# Histórico de Tramitações da Matéria: 16/2026

Tipo de matéria: PROJETO DE LEI
Autor: GELSON COELHO DO ROSÁRIO - PREFEITO

| Data Tramitacação | Unidade Local | Unidade Destino | Status |
|---|---|---|---|
| 20 de Outubro de 2026 | SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEADM | SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEADM | Aguardando sanção governamental |
| 20 de Outubro de 2026 | PLENÁRIO - PLEN | SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEADM | Proposição aprovada |
| 16 de Outubro de 2026 | GABINETE DA PRESIDÊNCIA - GABPRES | PLENÁRIO - PLEN | Proposição inclusa na Ordem do Dia |
| 7 de Outubro de 2026 | SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEADM | GABINETE DA PRESIDÊNCIA - GABPRES | Aguardando a inclusão na ordem do dia |
| 5 de Outubro de 2026 | GABINETE DA PRESIDÊNCIA - GABPRES | SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEADM | APROVADO |
| 2 de Outubro de 2026 | SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEADM | GABINETE DA PRESIDÊNCIA - GABPRES | Proposição inclusa na Ordem do Dia |
| 1 de Outubro de 2026 | SECRETARIA DE COMISSÕES - SECCOM | SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEADM | Aguardando a inclusão na ordem do dia |
| 1 de Outubro de 2026 | ESAS - Educação, Saúde e Assistência Social. | SECRETARIA DE COMISSÕES - SECCOM | Parecer favorável da comissão |
| 1 de Outubro de 2026 | OSPACT - Obras, Serviços Públicos, Agroindústria, Comércio e Turismo | ESAS - Educação, Saúde e Assistência Social. | Parecer favorável da comissão |
| 30 de Setembro de 2026 | ESAS - Educação, Saúde e Assistência Social. | OSPACT - Obras, Serviços Públicos, Agroindústria, Comércio e Turismo | Aguardando emissão de parecer da comissão |
| 30 de Setembro de 2026 | SECRETARIA DE COMISSÕES - SECCOM | ESAS - Educação, Saúde e Assistência Social. | Aguardando emissão de parecer da comissão |
| 30 de Setembro de 2026 | LJRF - Legislação, Justiça e Redação Final | SECRETARIA DE COMISSÕES - SECCOM | Parecer favorável da comissão |
| 22 de Setembro de 2026 | SECRETARIA DE COMISSÕES - SECCOM | LJRF - Legislação, Justiça e Redação Final | Aguardando emissão de parecer da comissão |
| 22 de Setembro de 2026 | FO - Finanças e Orçamento | SECRETARIA DE COMISSÕES - SECCOM | Parecer favorável da comissão |
| 16 de Setembro de 2026 | SECRETARIA DE COMISSÕES - SECCOM | FO - Finanças e Orçamento | Aguardando emissão de parecer da comissão |
| 15 de Setembro de 2026 | SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEADM | SECRETARIA DE COMISSÕES - SECCOM | Aguardando emissão de parecer da comissão |
| 15 de Setembro de 2026 | PLENÁRIO - PLEN | SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEADM | Proposição apresentada em Plenário |
| 15 de Setembro de 2026 | PLENÁRIO - PLEN | PLENÁRIO - PLEN | Proposição inclusa na Ordem do Dia |
| 15 de Setembro de 2026 | SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEADM | PLENÁRIO - PLEN | Aguardando a inclusão na ordem do dia |

**PROJETO DE LEI Nº 16/2026 - SUBSTITUTIVO**

**Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício financeiro de 2027 do Município de São Jorge D'Oeste e dá outras providências.**

A Câmara Municipal de Vereadores, aprovou, e eu, **Gelson Coelho do Rosário**, Prefeito do Município de São Jorge D'Oeste – PR, sanciono a seguinte,

**LEI**

**Capítulo I**

**Disposições Preliminares**

**Art. 1º** Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2.º, da Constituição Federal, no art. 133, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município de São Jorge D'Oeste - PR, relativas ao exercício financeiro de 2027, compreendendo:

I - as metas e riscos fiscais;

II – as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2026/2029;

III - a organização e estrutura do orçamento;

IV - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;

V - as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII - as Disposições Relativas ao Regime de Execução das Emendas Individuais apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual;

IX - as disposições gerais.

**§ 1º.** As diretrizes orçamentárias têm entre suas finalidades:

I – orientar a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o alcance dos objetivos e das metas do Plano Plurianual – PPA;

II – ampliar a capacidade do Município de garantir o provimento de bens e serviços à população;

**§ 2º.** A elaboração, fiscalização e controle da lei orçamentária anual para o exercício de 2027, bem como a aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social do Município, além de serem orientados para viabilizar o alcance dos objetivos declarados no PPA, devem:

I – priorizar o equilíbrio entre receitas e despesas;

II – evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo amplo acesso da sociedade aos dados do orçamento, inclusive por meio eletrônico;

III – atingir as metas relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública estabelecidos no Anexo I – Metas Fiscais desta Lei.

## Capítulo II

## Das Metas e Riscos Fiscais

**Art. 2º** As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2027, 2028 e 2029, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I, composto dos seguintes demonstrativos:

I - das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4o, § 1o, da LC nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;

II – da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2025;

III - das metas fiscais previstas para 2026 e 2027, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2023, 2024 e 2025;

IV - da evolução do patrimônio líquido, conforme o art. 4o, § 2o, inciso III, da LC nº 101/2000;

V - da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4o, § 2o, inciso III, da LC nº 101/2000;

VI - da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, de acordo com o art. 4o, § 2o, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000;

VII - da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4o, § 2o, inciso V, da LC nº 101/2000;

VIII – da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000.

**§ 1º.** As metas fiscais estabelecidas no Anexo I desta Lei poderão ser ajustadas quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;

**§ 2º.** Na hipótese prevista pelo § 1º, o demonstrativo de que trata o inciso I do Caput deverá ser reelaborado e encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, acompanhado da memória e metodologia de cálculo.

**Art. 3º.** Estão discriminados, no Anexo II, que integra esta Lei, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4o, § 3o, da LC nº 101/2000.

**§ 1º.** Consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações a serem cumpridas em 2027, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Município.

**§ 2º.** Também são passivos contingentes, obrigações decorrentes de eventos passados, cuja liquidação em 2027 seja improvável ou cujo valor não possa ser tecnicamente estimado.

**§ 3º.** Caso se concretizem, os riscos fiscais serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e, sendo esta insuficiente, serão indicados, também, o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior, se houver, obedecida a fonte de recursos correspondente.

**§ 4º.** Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo poderá reduzir as dotações destinadas para investimentos, desde que não comprometidas.

## Capítulo III

## Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal Extraída do Plano Plurianual

**Art. 4º.** As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2027 estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2026/2029 e suas alterações, especificadas no Anexo III, integrante desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária.

**§ 1º.** Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, podendo ser atualizados pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais.

**§ 2º.** As metas e prioridades de que trata o caput deste artigo, bem como as respectivas ações planejadas para o seu atingimento, poderão ser alteradas, se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para 2027 surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

**§ 3º.** Na hipótese prevista no §2º, as alterações do Anexo de Metas e Prioridades serão evidenciadas em demonstrativo específico, a ser encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

## Capítulo IV

## Da Estrutura e Organização do Orçamento

**Art. 5º.** Para efeito desta Lei entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores, conforme estabelecido no plano plurianual;

II - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Órgão Orçamentário: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional;

**§ 1º.** Na Lei de Orçamento, cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como os órgãos e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

**§ 2º.** Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam de acordo com a Portaria MOG nº 42/1999 e suas atualizações.

**§ 3º.** A classificação das unidades orçamentárias atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

**§ 4º.** As operações especiais relacionadas ao pagamento de encargos gerais do Município, serão consignadas em unidade orçamentária específica.

**Art. 6º.** Independentemente do grupo de natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social.

**Parágrafo único.** As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social serão executadas obrigatoriamente por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

**Art. 7º.** Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por elementos de despesa, na forma do art. 15, § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 8º.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, e será composto de:

I - texto da Lei;

II – consolidação dos quadros orçamentários;

**Parágrafo Único**: Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, os seguintes quadros:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II – demonstrativo da evolução da receita, por origem de arrecadação, em atendimento ao disposto no art. 12 da LC nº 101/2000;

III – demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da LC nº 101/2000;

IV – demonstrativo das receitas por origem e das despesas por grupo de natureza de despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;

V - demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais de que trata o art. 2º, § 2º, I, da Lei Federal nº 4.320/64;

VI – demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com o art. 5º, inciso I, da LC nº 101/2000;

VII - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, nos termos dos artigos 19 e 20 da LC nº 101/2000, acompanhado da memória de cálculo;

VIII - demonstrativo da previsão das aplicações de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

IX - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), conforme a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

X - demonstrativo das categorias de programação a serem financiadas com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar, com indicação da dotação e do orçamento a que pertencem;

XI - demonstrativo do cálculo do limite máximo da despesa do Poder Legislativo, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, observado o disposto no § 2º do art. 13 desta Lei.

**Art. 9º.** A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto da situação econômica e financeira do Município e projeções para o exercício de 2027, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa e dos seus principais agregados, conforme dispõe o inciso I do art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

IV - memória de cálculo da receita e premissas utilizadas;

V - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do estoque da dívida pública, dos últimos três anos, a situação provável no final de 2026 e a previsão para o exercício de 2027;

VI - relação dos precatórios a serem cumpridos em 2027 com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária;

VII – relação das ações prioritárias aprovadas nas audiências públicas realizadas na forma estabelecida pelo art. 11 desta Lei, com a identificação dos respectivos projetos, atividades ou operações especiais, bem como os valores correspondentes.

## Capítulo V

## Das Diretrizes para Elaboração e Execução do Orçamento e suas Alterações

### Seção I - Das Diretrizes Gerais

**Art. 10.** Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas do Poder Legislativo e do Poder Executivo, neste abrangidos seus respectivos fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as empresas e sociedades de economia mista em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto e que dele recebam recursos.

**Parágrafo único.** Os órgãos da Administração Indireta e o Poder Legislativo encaminharão ao Setor de Contabilidade, até 15 de setembro de 2026, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2027, observadas as disposições desta Lei.

**Art. 11.** A elaboração e a aprovação do Orçamento para o exercício de 2027 e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

**§ 1º**. Para fins de atendimento ao disposto no art. 48, § 1º, I, da LC nº 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência pública a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.

**§ 2º.** A Câmara Municipal poderá organizar audiência pública para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

**Art. 12.** Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 8º, § 1º, inciso V, desta Lei.

**Parágrafo único.** A administração dos Fundos Municipais será efetivada pelo Chefe do Poder Executivo, podendo, por ato formal deste, e observada a respectiva legislação pertinente, ser delegada a Secretários, servidores municipais ou comissão de servidores.

**Art. 13.** Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos e benefícios fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2027.

**§ 1º.** Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício de 2027, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

**§ 2º.** Para fins do limite das despesas do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal, considerar-se-á a receita arrecadada até o último mês anterior ao prazo para a entrega da proposta orçamentária, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

**Art. 14.** Constarão no projeto de lei orçamentária reservas de contingência, desdobradas para atender às seguintes finalidades:

I - atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos relacionados no Anexo de que trata o art. 3º desta lei, através de cobertura de créditos adicionais;

II – atender ao disposto no art. 58 desta lei.

**§ 1º.** A reserva de contingência, de que trata o inciso I do caput, será fixada em, no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida, e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

**§ 2º.** Na hipótese de ficar demonstrado que as reservas de contingência constituídas na forma dos incisos I e II do caput não precisarão ser utilizadas para sua finalidade, no todo ou em parte, o Chefe do Executivo poderá utilizar seu saldo para dar cobertura a outros créditos adicionais, legalmente autorizados na forma dos artigos 41, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

**Art. 15.** Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente serão incluídos novos projetos na Lei Orçamentária de 2027 se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do Anexo IV desta Lei;

II - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo não se aplica às despesas programadas com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

**Art. 16.** Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da LC nº 101/2000, quando for o caso, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

**§ 1º.** Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da LC nº 101/2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2027, em cada evento, não exceda aos valores limites para dispensa de licitação fixados na Lei nº 14.133/2021, conforme o caso.

**Art. 17.** A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da LC nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, adequar-se-ão as receitas do município, desde que observados:

I – o limite das respectivas dotações constantes da Lei Orçamentária de 2027 e de créditos adicionais;

II – os limites estabelecidos nos arts. 20, inciso III, e 22, parágrafo único, da LC nº 101/2000, no caso da geração de despesas com pessoal e respectivos encargos; e

III – o valor da margem líquida de expansão constante no demonstrativo de que trata o art. 2º, VIII, dessa Lei.

**Art. 18.** O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o art. 50, § 3º, da LC nº 101/2000, deverá, no mínimo, evidenciar, em relatórios os gastos das obras e dos serviços públicos, tais como:

I - dos programas finalísticos e respectivas ações previsto no Plano Plurianual;

II - do m² das construções e do m² das pavimentações;

III - do custo aluno/ano da educação infantil e do ensino fundamental, do custo aluno/ano do transporte escolar e do custo aluno/ano com merenda escolar;

IV - do custo da destinação final da tonelada de lixo;

V - do custo do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

**§ 1º.** O controle de custos de que trata o caput será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

**§ 2º.** Os custos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base, a comparação entre as despesas autorizadas e liquidadas, bem como a comparação entre as metas físicas previstas e as realizadas.

**Art. 19.** As metas fiscais estabelecidas no demonstrativo de que trata o inciso I do art. 2º serão desdobradas em metas quadrimestrais para fins de avaliação em audiência pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar os gastos e também o cumprimento das metas físicas estabelecidas.

## Seção II

## Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

**Art. 20.** O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I – do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II – das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no caput deste artigo.

**Parágrafo único.** O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no art. 8º, § 1º, inciso IV, desta Lei.

## Seção III

## Das Disposições sobre a Programação e Execução Orçamentária e Financeira

**Art. 21.** O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

**§ 1º.** O ato referido no caput deste artigo e os que o modificarem conterá:

I - metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no art. 13 da LC nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;

II - cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão orçamentário;

**§ 2º.** Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

**Art. 22.** Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, e observado o disposto no § 2º do art. 2º desta Lei, os Poderes Executivo e Legislativo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;

III – aquisição de combustíveis e derivados, destinada à frota de veículos, exceto dos setores de educação e saúde;

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

V - diárias de viagem;

VI - festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza;

VII – despesas com publicidade institucional;

VIII - horas extras.

**§ 1º.** Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2026, observada a vinculação de recursos.

**§ 2º.** Não serão objeto de limitação de empenho:

I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da LC nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal n.º 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no art. 24 desta Lei.

**§ 3º.** Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

**§ 4º.** Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar, em ato próprio, os ajustes processados, que será discriminado, no mínimo, por unidade orçamentária.

**§ 5º.** Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da LC nº 101/2000.

**§ 6º.** Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da LC nº 101/2000.

**Art. 23.** O repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo, obedecida a programação financeira, será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

**§ 1º.** No caso da limitação de empenhos e movimentação financeira, observado o disposto no §3º do art. 22 desta Lei, o repasse financeiro de que trata o caput será reduzido na mesma proporção.

**§ 2º.** Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadadas através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no caput deste artigo.

**§ 3º.** Ao final do exercício financeiro de 2027, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, poderá ser devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo.

**§ 4º.** O eventual saldo de recursos financeiros que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2028.

**Art. 24.** Os projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado, ainda, o montante ingressado ou garantido.

**§ 1º.** No caso dos recursos de transferências voluntárias e de operações de crédito, considerar-se-á garantido o ingresso no fluxo de caixa, a partir da assinatura do respectivo convênio, contrato ou instrumento congênere, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.

**§ 2º.** A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da execução dos recursos mencionados no caput deste artigo.

**Art. 25.** A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

**§ 1º.** Enquanto não aprovada a Lei Orçamentária de 2027, os valores consignados no respectivo Projeto de Lei poderão ser utilizados para demonstrar, quando exigível, a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

**§ 2º.** A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no caput deste artigo.

**§ 3º.** A realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, após 31 de dezembro de 2027, relativos ao exercício findo, não será permitida, exceto ajustes para fins de elaboração das demonstrações contábeis, os quais deverão ocorrer até o trigésimo dia de seu encerramento.

## Seção IV

## Das Diretrizes sobre Alterações da Lei Orçamentária

**Art. 26.** A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64.

**§ 1º.** A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 4.320/64, será realizada por fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da LC nº 101/2000.

**§ 2º.** Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

**§ 3º.** Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2026, por fonte de recursos;

II - créditos especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2027;

III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;

IV – saldo atualizado do superávit financeiro disponível, por fonte de recursos.

**§ 4º.** Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação de recursos de redução de dotações do próprio poder, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até cinco dias, a contar do recebimento da solicitação.

**Art. 27.** No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária para 2027, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

**Art. 28.** A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada, quando necessária, até 30 de dezembro de 2027.

**Parágrafo único**. Caso seja necessário, a codificação da programação objeto da reabertura dos créditos especiais e extraordinários poderá ser adequada à constante da Lei Orçamentária de 2027, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

**Art. 29.** O Poder Executivo e Legislativo poderá nos termos da legislação vigente poderá:

I - mediante decreto, a transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente as categorias de programação constante desta lei, mantido o respectivo detalhamento por esfera, subtítulo, modalidade de aplicação e fontes de recursos, a fim de ajustar a programação aprovada, até o limite de 10% (dez por cento).

II - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento), do Orçamento das despesas de conformidade com o Artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64.

III -Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização Legislativa, nos termos no Inc. VI, do art. 167, da Constituição Federal, até o limite de 10% (dez por cento) do orçamento geral do município.

**§ 1º.** Fica também autorizado a realizar mediante decreto, não sendo computado para os fins do limite que trata o caput deste artigo:

a) remanejamento de dotações:

I - Entre os elementos, grupos e categorias de programação de despesa dentro de cada projeto ou atividade;

II - Entre as fontes de recursos livres e/ou vinculados dentro de cada projeto ou atividade para fins de compatibilização com a efetiva disponibilidade dos recursos.

b) abertura de crédito adicional suplementar, utilizando-se do superávit financeiro por fonte apurado no balanço do exercício anterior e o excesso de arrecadação apurado por fonte de recurso até a data de abertura do crédito.

**§ 2º.** Mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2027 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação.

**§ 3º.** A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

## Seção V

## Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas

### Subseção I - Das Subvenções Econômicas

**Art. 30.** A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da Lei Complementar no 101/2000.

**§ 1º.** Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei Federal no 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o caput somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

**§ 2º.** As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o "caput" deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação "60 – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos" e no elemento de despesa "45 – Subvenções Econômicas".

**Art. 31.** No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica.

### Subseção II

**Das Subvenções Sociais**

**Art. 32.** A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos arts. 12, § 3°, I, 16 e 17 da Lei Federal no 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

**Subseção III**
**Das Contribuições Correntes**

**Art. 33.** A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

I – estejam autorizadas em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária;

II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2027; ou

III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

**Parágrafo único.** No caso dos incisos I e II do caput, a transferência dependerá da formalização do ajuste, observadas as exigências legais aplicáveis à espécie.

**Subseção IV**

**Dos Auxílios**

**Art. 34.** A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6°, da Lei Federal n° 4.320/1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica;

II – para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;

III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;

IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal no 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;

V – qualificadas como Organizações Sociais – OS, com contrato de gestão celebrado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal no 9.637/1998, para fomento e execução de atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, de acordo com o programa de trabalho proposto, as metas a serem atingidas e os prazos de execução previstos;

VI - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;

VII - destinada a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação e integração social e cidadania, nos termos da Lei no 13.146/2015;

VIII - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas em situação de risco social, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, cujas ações estejam contempladas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei no 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto Federal no 7.404/2010; e

IX - voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:

a) se destinem a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;

b) sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda;

§ 1° No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.

§ 2° No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

## Subseção V

## Das Disposições Gerais para Destinação de Recursos Públicos para Pessoas Físicas e Jurídicas

**Art. 35.** Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta seção, a transferência de recursos prevista na Lei Federal no 4.320/1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

I – execução da despesa na modalidade de aplicação "50 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos" e nos elementos de despesa "41 - Contribuições", "42 - Auxílio" ou "43 - Subvenções Sociais";

II – estar regularmente constituída, assim considerado:

a) no mínimo 3 (três) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, admitida a redução deste prazo por autorização legislativa específica na hipótese de nenhuma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos atingi-lo;

b) tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

III – ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congênere celebrados;

IV – inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição.

V – não ter como dirigente pessoa que:

a) seja membro de Poder, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros.

b) incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1o, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

c) cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

d) tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

e) tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 02 de junho de 1992.

VI – formalização de processo administrativo, no qual fiquem demonstrados formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão de pareceres do órgão técnico da Administração Pública e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

**Parágrafo único**. Caberá ao setor Jurídico do Poder Executivo verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta seção, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.

**Art. 36.** É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma de subvenções, auxílios e contribuições, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

**Art. 37.** As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

**Parágrafo único.** Enquanto vigentes os respectivos convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:

I – nome e CNPJ da entidade;

II – nome, função e CPF dos dirigentes;

III – área de atuação;

IV – endereço da sede;

V – data, objeto, valor e número do convênio, termo de parceria, contrato ou instrumento congênere;

VI – valores transferidos e respectivas datas.

**Art. 38.** Não serão consideradas subvenções, auxílios ou contribuições, o rateio das despesas decorrentes da participação do Município em Consórcios Públicos instituído nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005.

**Art. 39.** As transferências de recursos de que trata esta Seção serão feitas por intermédio de instituição financeira oficial determinada pela Administração Pública, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo convênio, termo de parceria, ajuste ou instrumento congênere, observado o princípio da competência da despesa, previsto no art. 50, inciso II, da Lei Complementar no 101/2000.

**Art. 40.** Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I – depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência;

II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

**Parágrafo único.** Em sendo formalmente demonstrada a impossibilidade de pagamento de fornecedores ou prestadores de serviços mediante transferência bancária, o convênio, o termo de parceria, o ajuste ou instrumento congênere poderá admitir a realização de pagamento em espécie, desde que a relação de tais pagamentos conste no plano de trabalho e os recibos ou documentos fiscais pertinentes identifiquem adequadamente os credores.

## Seção VI

## Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos

**Art. 41.** Observado o disposto no art. 27 da LC nº 101/2000, a concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas fica condicionada ao pagamento de juros não inferiores a 12 % ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;

II - pré-seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;

III - formalização de contrato;

IV – assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

**§ 1º** No caso das pessoas jurídicas, serão consideradas como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que:

I - desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental;

II - integrem as cadeias produtivas locais;

III - empreguem pessoas com deficiência em proporção superior à exigida no art. 110 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

IV - adotem políticas de participação dos trabalhadores nos lucros;

**§ 2º**. Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o caput deste artigo;

§ 3º. As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em lei específica.

## Capítulo VI

## Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

**Art. 42.** A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

**Art. 43.** O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

## Capítulo VII

## Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

**Art. 44.** No exercício de 2027, as despesas globais com pessoal e encargos sociais do Município, dos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 10 dessa Lei, deverão obedecer às disposições da LC nº 101/2000.

**§ 1º.** Os Poderes Executivo e Legislativo terão como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de agosto de 2026, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, o crescimento vegetativo, e o disposto no art. 49 desta Lei.

**§ 2º.** A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e do subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal, levará em conta, tanto quanto possível, a variação do poder aquisitivo da moeda nacional, segundo índices oficiais.

**§ 3º.** Ficam os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, autorizados a conceder reposição salarial no exercício de 2027, conforme determina a Lei nº 1101/2023.

**Art. 45.** Para fins dos limites previstos no art. 19, inciso III, alíneas "a" e "b" da LC nº 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos poderes executivo e legislativo deverá observar as prescrições do Tribunal de Contas do Estado, ou a norma que lhe for superveniente.

**Art. 46.** Para fins de atendimento ao disposto no § 6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

**Parágrafo único.** O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

**Art. 47.** O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, desde que observada a legislação vigente, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da LC nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado para:

I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;

II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;

III – prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;

IV – prover cargos em comissão e funções de confiança;

V - melhorar a qualidade do serviço público mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho;

VI - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;

VII - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;

VIII - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte, segurança no trabalho e justa remuneração.

**§ 1º.** No caso dos incisos I, II, III e IV além dos requisitos estabelecidos no caput deste artigo, os projetos de lei deverão demonstrar, em sua exposição de motivos, para os efeitos dos artigos 16 e 17 da LC nº 101/2000, as seguintes informações:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se os valores a serem acrescidos e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;

II - declaração do ordenador de despesas de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e os programas de trabalho da Lei Orçamentária Anual que contenha as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados e os saldos remanescentes.

**§ 2º.** No caso de provimento de cargos, salvo quando ocorrer dentro de seis meses da sua criação, a estimativa do impacto orçamentário e financeiro deverá instruir o expediente administrativo correspondente, juntamente com a declaração do ordenador da despesa, de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária anual, exigência essa a ser cumprida nos demais atos de contratação.

**§ 3º.** No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

**§ 4º.** Ficam dispensados, da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório.

**Art. 48.** Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

I – as situações de emergência ou de calamidade pública;

II – as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;

III – a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

**Parágrafo único.** A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas neste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

## Capítulo VIII

## Das Alterações na Legislação Tributária

**Art. 49.** As receitas serão estimadas e discriminadas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2027, especialmente sobre:

a) atualização da planta genérica de valores do Município;

b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;

c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;

g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;

h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;

i) demais incentivos e benefícios fiscais.

**Art. 50.** Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 49, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

**Art. 51.** O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

**§ 1º.** A concessão ou ampliação de incentivo fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerado na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

**§ 2º.** Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, o acréscimo que for observado na arrecadação dos tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, em percentual que supere a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

**§ 3º.** Não se sujeitam às regras do §1º:

I - a homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente;

**Art. 52.** Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do §3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, não se constituindo como renúncia de receita.

## Capítulo IX

## Das Disposições Gerais

**Art. 53.** Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da LC nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

**Parágrafo único.** A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o caput deste artigo.

**Art. 54.** As emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei do Plano Plurianual 2026/2029 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

**§ 1º.** Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

a) pessoal e encargos sociais e
b) serviço da dívida.

**§ 2º.** Para fins do disposto no § 3º, inciso I, do art. 166 da Constituição, serão consideradas incompatíveis com esta lei:

I - as emendas que acarretem a aplicação de recursos abaixo dos limites constitucionais mínimos previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;

II - as emendas que não preservem as dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais;

III – as emendas que reduzam o montante de dotações suportadas por recursos oriundos de transferências legais ou voluntárias da União e do Estado, alienação de bens e operações de crédito;

**§ 3º.** Para fins do disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência referida no inciso II do art. 14 os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2027, ficarem sem despesas correspondentes.

**Art. 55.** Por meio do Gabinete do Prefeito, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

**Art. 56.** Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

**Art. 57.** Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2026, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

**§ 1º.** Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos legalmente vinculados à educação, saúde e assistência social, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.

**§ 2º.** Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

**Art. 58.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, 63° anos de emancipação.**

GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918

Assinado de forma digital por GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918

**Gelson Coelho do Rosário**
**Prefeito**

25ª Sessão Ordinária
Câmara de Vereadores
São Jorge D' Oeste - PR
14 / 09 / 26
APRESENTADO

1ª Votação.
Câmara de Vereadores
São Jorge D' Oeste - PR
05 / 10 / 26
APROVADO

2ª Votação.
Câmara de Vereadores
São Jorge D' Oeste - PR
19 / 10 / 26
APROVADO

## DESPACHO À ASSESSORIA JURÍDICA

Prezada Assessora Jurídica da Mesa Diretora, encaminhamos por meio deste o **Projeto de Lei Substitutivo nº 16/2026** de autoria do Executivo Municipal que "*Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício financeiro de 2027 do Município de São Jorge D'Oeste e dá outras providências*" para vossa análise e parecer, bem como encaminhamentos necessários às Comissões Permanentes desta casa legislativa, e que após aprovação das Comissões, retornem o projeto, os pareceres e seus anexos para encaminhamento ao plenário.

**Observação:** Trata-se de projeto substitutivo em razão de demanda oriunda da Comissão de Finanças e Orçamento, observe-se que o projeto substitutivo não acompanha justificativa, ao mesmo tempo não há ofício ou menção do autor que os anexos do projeto original permanecem inalterados, o que merece atenção.

Atenciosamente,

São Jorge D'Oeste, 15 de Setembro de 2026.

**LEANDRO PAGLIARI JACOBS.**
*Diretor Administrativo*

Recebi em: 16/09/26
Às 09 h 12 min.
Assinatura:
Fernanda Maroneze
Advogada
OAB/PR 76.847

# Histórico de Tramitações da Matéria: 16/2026

Tipo de matéria: PROJETO DE LEI
Autor: GELSON COELHO DO ROSÁRIO - PREFEITO

| Data Tramitacação | Unidade Local | Unidade Destino | Status |
|---|---|---|---|
| 15 de Setembro de 2026 | SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEADM | SECRETARIA DE COMISSÕES - SECCOM | Aguardando emissão de parecer da comissão |
| 15 de Setembro de 2026 | PLENÁRIO - PLEN | SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEADM | Proposição apresentada em Plenário |
| 15 de Setembro de 2026 | PLENÁRIO - PLEN | PLENÁRIO - PLEN | Proposição inclusa na Ordem do Dia |
| 15 de Setembro de 2026 | SECRETARIA ADMINISTRATIVA - SEADM | PLENÁRIO - PLEN | Aguardando a inclusão na ordem do dia |

**CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JORGE D'OESTE - SÃO JORGE D'OESTE - PR**

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo

000006

**COMPROVANTE DE PROTOCOLO** - Autenticação: 12026/09/15000006

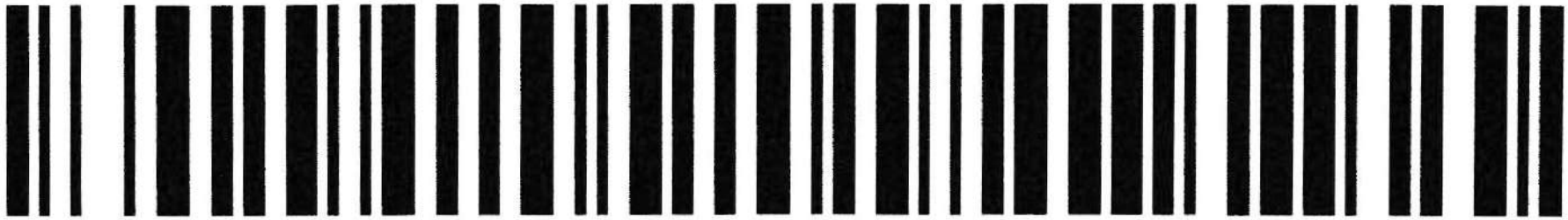
| | |
|---|---|
| **Número / Ano** | 000006/2026 |
| **Data / Horário** | 15/09/2026 - 13:27:21 |
| **Ementa** | Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício financeiro de 2027 do Município de São Jorge D'Oeste e dá outras providências. |
| **Autor** | GELSON COELHO DO ROSÁRIO - PREFEITO |
| **Natureza** | Legislativo |
| **Tipo Matéria** | PROJETO DE LEI |
| **Número Páginas** | 23 |
| **Número da Matéria** | 16 |
| **Emitido por** | LEANDRO |

**Materia Legislativa - 16/2026**

Tipo: PL - PROJETO DE LEI

Data: 14 de Setembro de 2026

Ementa: Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício financeiro de 2027 do Município de São Jorge D'Oeste e dá outras providências.



São Jorge D'Oeste/PR, 22 de setembro de 2026.

**PARECER PLE 16/2026 – SUBSTITUTIVO**

**Projeto de Lei nº 16/2026 – SUBSTITUTIVO** de autoria do Execitivo Municipal cuja súmula dispõe: Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício financeiro de 2027 do Município de São Jorge D'Oeste e dá outras providências.

Os membros da Comissão de **Finanças e Orçamentos**, reuniram-se ordinariamente, na presente data, e juntos analisaram o presente Projeto de Lei.

A Comissão composta pelos Vereadores Moacir Antônio Costa e Silva, Anderson Dierings e Claudinei Cordeiro reuniu-se sob a presidência do Moacir Antônio Costa e Silva, sendo registrada a ausência do Vereador Anderson, devidamente justificada.

Na ocasião, os membros presentes analisaram o **Projeto de Lei nº 16/2026 – SUBSTITUTIVO** de Autoria do Executivo Municipal, nada havendo em contrário os Membros da comissão deram parecer favorável, e considerando o plenário soberano que o mesmo tenha discussão em plenário.

Sem mais este é o parecer da Comissão.

Moacir A. Costa e Silva
Presidente da Comissão

Claudinei Cordeiro
Secretário

## ANÁLISE JURÍDICA PRÉVIA

**PROJETO DE LEI Nº 16/2026 – SUBSTITUTIVO**
**AUTORIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL**

### ASSUNTO

Análise do Projeto de Lei do Executivo nº 16/2026 – Substitutivo, com a seguinte súmula:

**"Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício financeiro de 2027 do Município de São Jorge D'Oeste e dá outras providências."**

### RELATÓRIO

Trata-se de recomendação expedida pela Assessoria Jurídica da Câmara de Vereadores de São Jorge D'Oeste/PR, com a finalidade de orientar os vereadores quanto à análise do Projeto de Lei do Executivo nº 16/2026.

O presente instrumento destina-se à análise da constitucionalidade, da regularidade formal e da tramitação do referido projeto de lei, bem como da adequada instrução documental que o acompanha.

Tem-se que o referido Projeto de Lei fora protocolado na Câmara Municipal em data de 21/08/2026, e realizada a leitura na sessão do dia 24/08/2026, despacho encaminhando às Comissões em 25/08/2026. Recepcionado pela Assessoria Jurídica no dia 26/08/2026 às 08h06min.

Após análise pela Comissão de Finanças e Orçamento, solicitou-se esclarecimentos por meio do Ofício nº 129/2026, razão pela qual sobreveio o projeto substitutivo, que fora protocolado em data de 14/09/2026, e realizada a leitura na sessão do dia 14/09/2026, despacho encaminhado às Comissões 15/09/2026. Recepcionado pela Assessoria Jurídica no dia 16/09/2026 às 09h12min.

É o sucinto relatório.

### FUNDAMENTAÇÃO

**DA COMPETÊNCIA DE INICIATIVA E CONSTITUCIONALIDADE**



*Avenida Prefeito Adelarte Umiltro Debortoli, nº 753, Centro, Piso Superior, São Jorge D'Oeste, PR. E-mail: administracao@camarasjo.pr.gov.br*

O presente Projeto de Lei trata sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, que trata das metas e prioridades do governo e determina como serão feitas as transferências de recursos, orientando a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ano seguinte.

A LDO é o instrumento que define o que é possível ou não realizar no ano seguinte, de modo a assegurar o equilíbrio fiscal e disciplina a execução do orçamento e a política tributária do município.

A iniciativa do referido projeto foi do Executivo Municipal, o qual é competente para propor o referido Projeto de Lei, conforme previsto na Constituição Federal, bem como na Lei Orgânica e no Regimento Interno.

> **Constituição Federal**
> **Art. 30. Compete aos Municípios:**
> **I - legislar sobre assuntos de interesse local;**
>
> **Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:**
> **II - as diretrizes orçamentárias;**
>
> **Lei Orgânica**
> **Art. 9º - Compete ao Município:**
> **I - legislar sobre assuntos de interesse local;**
> **X – elaborar o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais;**
> **XXXIV – prover sobre qualquer outra matéria de sua competência exclusiva.**
>
> **Regimento Interno**
> **Art. 38. São atribuições do Plenário:**
> **I - elaborar, com a participação do Poder Executivo, as leis municipais;**
> **II – votar o orçamento anual, a lei de diretrizes orçamentárias e o plano plurianual.**

Sob o aspecto da legitimidade para a propositura do presente projeto de lei vislumbra-se, que o Poder Executivo detém a prerrogativa de iniciar o processo legislativo, sendo assim, o **autor da matéria é competente** no presente caso.

Portanto, conforme consta nos dispositivos normativos acima, não se verifica nenhum vício de iniciativa na propositura do Projeto de Lei, uma vez que todas as competências foram respeitadas.

No que diz respeito a Constitucionalidade da matéria objeto do Projeto de Lei em análise, entendemos que é constitucional, estando previsto na Constituição Federal e demais normas aplicáveis a competência do Poder Executivo para propor a matéria, estando revestido da legalidade e constitucionalidade.

## DO MÉRITO

Quanto ao mérito tratado no Projeto de Lei do Executivo nº 16/2026 verifica-se por sua própria justificativa que o mesmo está revestido da legalidade, uma vez que trata



*Avenida Prefeito Adelarte Umiltro Debortoli, nº 753, Centro, Piso Superior, São Jorge D'Oeste, PR. E-mail: administracao@camarasjo.pr.gov.br*

sobre as metas fiscais, bem como determina quais as prioridades e metas da administração referente ao exercício financeiro de 2027.

Ademais, conforme previsão do artigo 169, II da Lei Orgânica Municipal – LOM, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, deverá ser encaminhado ao Poder Legislativo até o dia 15 de agosto de cada exercício.

**No caso em análise, verifica-se que a proposição foi protocolada após o prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal. Não obstante a intempestividade do encaminhamento, tal circunstância, por si só, não constitui óbice à análise e regular tramitação da matéria por esta Casa Legislativa, sem prejuízo das providências que eventualmente se mostrarem cabíveis quanto ao cumprimento do prazo legal pelo Poder Executivo.**

## DO REGIME DE TRAMITAÇÃO

A tramitação da presente proposição deverá seguir o rito ordinário, uma vez que não foi determinada sua tramitação em regime de urgência nos termos no art. 118 e seguintes do Regimento Interno.

Assim, deverá ser observada a tramitação do rito ordinário regimental.

## DAS COMISSÕES COMPETENTES

Desta feita, conforme acima exposto, o presente Projeto de Lei, em obediência ao contido no Regimento Interno, antes de ser submetido a votação deverá passar pelas comissões competentes para parecer, devendo manifestarem-se as seguintes comissões:

1 – Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. (Competência: Art. 57 do Regimento Interno);

2 – Comissão de Finanças e Orçamento (Competência: Art. 58 do Regimento Interno).

3 – Comissão de Obras, Serviços Públicos, Agroindústria, Comércio e Turismo (Competência: Art. 59 do Regimento Interno).

4 – Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social (Competência: Art. 60 do Regimento Interno).

Assim, cabe as comissões acima nominadas, analisar o mérito da matéria correspondente às suas atribuições, conforme previsto no Regimento Interno.



*Avenida Prefeito Adelarte Umiltro Debortoli, nº 753, Centro, Piso Superior, São Jorge D'Oeste, PR. E-mail: administracao@camarasjo.pr.gov.br*

## DA DELIBERAÇÃO E VOTAÇÃO

Após concluídos os pareceres necessários e desde que favoráveis, nos termos do art. 144 do Regimento Interno desta casa a matéria contida no Projeto de Lei nº 28/2025 deverá ter **duas discussões (dois turnos de votação)**

Quanto a aprovação deste Projeto de Lei, de acordo com o previsto no artigo 158 do Regimento Interno, o mesmo dependerá de voto favorável de **maioria absoluta**, ou seja, **05 (cinco) votos favoráveis para aprovação.**

> **Art. 158. Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, além de outros casos previstos em lei, a aprovação e a alteração das seguintes matérias:**
> **XIII - Plano Plurianual – PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, Lei Orçamentária Anual – LOA, e suas alterações.**

Quanto ao voto da Presidente, a mesma poderá manifestar de acordo com o inciso II, do artigo 33 do Regimento Interno.

> **Art. 33. O Presidente da Câmara poderá votar nos seguintes casos:**
> **I – na eleição da Mesa;**
> **II – quando a matéria exigir, para sua aprovação, voto favorável de dois terços ou da maioria absoluta dos membros da Câmara;**
> **III – nos casos de empate.**

Ademais, considerando que o referido Projeto de Lei exige quórum de maioria absoluta de votos, a **votação será nominal**, nos termos do artigo 168 do Regimento Interno.

No que concerne ao quesito mérito e conveniência e aprovação ou não do projeto, deverá se pronunciar o soberano Plenário, pois, não compete à assessoria jurídica adentrar nestas questões, cabendo ao mesmo somente a análise formal e constitucional.

Em vista da análise, a proposta está dentro da competência constitucional do Ente Municipal, possui oportunidade e conveniência, não apresentando, no nosso entendimento, nenhum óbice de natureza legal ou constitucional.

## CONCLUSÃO

Considerando que esta assessoria se limita à análise dos aspectos legais e constitucionais da presente proposição e, diante do exposto, conclui-se, com base na fundamentação acima, que o **Projeto de Lei nº 16/2026 – Substitutivo** apresenta amparo legal quanto à competência e iniciativa, não se verificando, a priori, qualquer inconstitucionalidade ou ilegalidade.



*Avenida Prefeito Adelarte Umiltro Debortoli, nº 753, Centro, Piso Superior, São Jorge D'Oeste, PR. E-mail: administracao@camarasjo.pr.gov.br*

Esta manifestação tem caráter opinativo e orientativo às comissões e aos senhores vereadores quanto à matéria tratada, não possuindo efeito vinculante, cabendo ao plenário decidir quanto ao seu acolhimento.

São Jorge D'Oeste/PR, aos 22 dias do mês de setembro de 2026.

**WATSON MÜELLER**
**OAB/PR 36.172**

**FERNANDA CRISTIELI MARONEZE**
**OAB/PR 76.847**



*Avenida Prefeito Adelarte Umiltro Debortoli, nº 753, Centro, Piso Superior, São Jorge D'Oeste, PR. E-mail: administracao@camarasjo.pr.gov.br*

São Jorge D'Oeste/PR, 28 de setembro de 2026.

**PARECER PL 16/2026**

**Projeto de Lei nº 16/2026** de autoria do Executivo Municipal cuja súmula dispõe: Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício financeiro de 2027 do Município de São Jorge D'Oeste e dá outras providências.

Os membros da Comissão de **Legislação, Justiça e Redação**, reuniram-se ordinariamente na presente data, e juntos analisaram o referido projeto de Lei.

A Comissão composta pelos Vereadores Adir Antônio Marafon, Moacir Antônio Costa e Silva e Soeli Stermer, que reunidos sob a presidência do Vereador Adir Antônio Marafon, juntos analisaram o **Projeto de Lei nº 16/2026** de Autoria do Executivo Municipal e nada havendo em contrário os Membros da comissão deram parecer favorável, e considerando o plenário soberano que o mesmo tenha discussão em plenário.

Sem mais este é o parecer da Comissão.

Adir Antônio Marafon
Presidente da Comissão

Moacir A. Costa e Silva
Relator

Soeli Stermer
Secretária

São Jorge D'Oeste/PR, 1º de outubro de 2026.

**PARECER PLE 16/2026**

**Projeto de Lei nº 16/2026** de autoria do Executivo Municipal cuja súmula dispõe: Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício financeiro de 2027 do Município de São Jorge D'Oeste e dá outras providências.

Os membros da Comissão de **Educação, Saúde e Assistência Social**, reuniram-se, ordinariamente, na presente data, e juntos analisaram o Projeto de Lei.

A Comissão composta pelos Vereadores Anderson Dierings, Valdir Martendal e Santolino Ferreira, que reunidos sob a presidência do Vereador Anderson Dierings, juntos analisaram o **Projeto de Lei nº 16/2026** de Autoria do Executivo Municipal e nada havendo em contrário os Membros da comissão deram parecer favorável, e considerando o plenário soberano que o mesmo tenha discussão em plenário.

Sem mais este é o parecer da Comissão.

| Anderson Dierings | Valdir Martendal | Santolino Ferreira |
|---|---|---|
| Presidente da Comissão | Relator | Secretário |

São Jorge D'Oeste/PR, 1º de outubro de 2026.

**PARECER PLE 16/2026**

**Projeto de Lei nº 16/2026** de autoria do Executivo Municipal cuja súmula dispõe: Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício financeiro de 2027 do Município de São Jorge D'Oeste e dá outras providências.

Os membros da Comissão de **Obras, Serviços Públicos, Agroindústria, Comércio e Turismo**, reuniram-se, ordinariamente, na presente data, e juntos analisaram o Projeto de Lei.

A Comissão composta pelos Vereadores Valdir Antônio Martendal, Adir Antônio Marafon e Rozi Terezinha Marmitt, que reunidos sob a presidência do Vereador Valdir Antônio Martendal, juntos analisaram o **Projeto de Lei nº 16/2026** de Autoria do Executivo Municipal e nada havendo em contrário os Membros da comissão deram parecer favorável, e considerando o plenário soberano que o mesmo tenha discussão em plenário.

Sem mais este é o parecer da Comissão.

| | | |
|---|---|---|
| Valdir A. Martendal | Adir A. Marafon | Rozi T. Marmitt |
| Presidente da Comissão | Relator | Secretária |

## DESPACHO DA ASSESSORIA JURÍDICA

O Projeto de Lei nº 16/2026 de autoria do Executivo Municipal, tramitou regularmente no âmbito desta Casa Legislativa, tendo sido submetido à apreciação das Comissões Permanentes competentes, que procederam à análise da matéria e emitiram pareceres favoráveis à sua aprovação.

Observa-se, portanto, que foram cumpridas as etapas regimentais pertinentes no que se refere à análise técnica e temática da proposição.

Assim, não se verificando impedimentos jurídicos ao prosseguimento da tramitação, esta Assessoria Jurídica manifesta-se no sentido de que o projeto se encontra apto para apreciação e deliberação pelo Plenário, ressalvado melhor entendimento.

Por ocasião da votação, deverá ser observado o quórum de deliberação e aprovação previsto no Regimento Interno, conforme a natureza da matéria.

Encaminhe-se à Secretaria Legislativa para as providências cabíveis.

São Jorge D'Oeste/PR, ao 1º dia do mês de outubro de 2026.

**WATSON MÜELLER**
**OAB/PR 36.172**

**FERNANDA CRISTIELI MARONEZE**
**OAB/PR 76.847**



*Avenida Prefeito Adelarte Umiltro Debortoli, nº 753, Centro, Piso Superior, São Jorge D'Oeste, PR. E-mail: administracao@camarasjo.pr.gov.br*

# TRAMITAÇÃO DO PROJETO DE LEI Nº **16/2026**

## de Autoria do Executivo Municipal

Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício financeiro de 2027 do Município de São Jorge D'Oeste e dá outras providências.

Recebimento: **21/08/2026 – Servidor Leandro**

**Votação Quórum: (___) Simples (X) Absoluto (___) Dois Terços**

Leitura do Projeto: 24 /08 **/2026** – Ata da Sessão nº 23 **/2026**

Despacho encaminhando para as comissões/ass. Jurídica: 25 /08 **/2026**

Encaminhado para a Comissão: **Legislação Justiça e Redação**

Recebido ____/____**/2026** – Presidente da Comissão: Adir Antônio Marafon

Devolvido com parecer ____/____**/2026**

Encaminhado para a Comissão: **Finanças e Orçamento**

Recebido 26 /08 **/2026** – Presidente da Comissão: Moacir A. da Costa e Silva

Devolvido com parecer ____/____**/2026**

Encaminhado para a Comissão: **Obras e Serviços Públicos, Agroindústria, Comercio e Turismo**

Recebido ____/____**/2026** – Presidente da Comissão: Valdir Martendal

Devolvido com parecer ____/____**/2026**

Encaminhado para a Comissão: **Educação Saúde e Assistência Social**

Recebido ____/____**/2026** – Presidente da Comissão: Anderson Luiz Dierings

Devolvido com parecer ____/____**2026**

Primeira Votação: ____/____**/2026** - Ata da Sessão Ordinária **nº** _____ **/2026**

Segunda Votação: ____/____**/2026** - Ata da Sessão Ordinária **nº** _____ **/2026**

Encaminhamento para o Executivo: ____/____**/2026** – 1Doc. **Nº** _____ **/2026**

Data Publicação AMP: ____/____**/2026** – Número da Lei **nº** _____ **/2026**

**EMENDAS:**

**ANOTAÇÕES:**

**Ofício nº 129/2026**

São Jorge D'Oeste/PR, 01 de setembro de 2026.

**Excelentíssimo Senhor Gelson Coelho do Rosário**
**Prefeito de São Jorge D'Oeste**

Assunto: Solicitação de esclarecimentos sobre o Projeto de Lei nº 16/2026.

Senhor Prefeito,

Cumprimentando-o cordialmente, os membros da **Comissão Permanente de Finanças e Orçamento** vêm por meio deste, solicitar esclarecimentos quanto à redação do artigo 54, § 4º, do referido Projeto de Lei, tendo em vista que o dispositivo faz remissão ao Capítulo IX, o qual, contudo, não consta da redação apresentada.

Diante disso, solicitamos os esclarecimentos necessários quanto à referida remissão, bem como, se for o caso, a devida correção do dispositivo.

Certos de sua atenção e colaboração, aguardamos o encaminhamento das informações solicitadas no prazo legal.

Atenciosamente;

| Moacir A. Costa e Silva | Anderson L. Dierings | Claudinei Cordeiro |
|---|---|---|
| Presidente da Comissão | Relator | Secretário |

Fernanda Maroneze
Advogada
OAB/PR 76.847
01/09/26
Fls. 06




*Avenida Prefeito Adelarte Umiltro Debortoli, nº 753, Centro, Piso Superior, São Jorge D'Oeste, PR. E-mail: administracao@camarasjo.pr.gov.br*

**Projeto de Lei nº 16/2026**

**Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício financeiro de 2027 do Município de São Jorge D'Oeste e dá outras providências.**

A Câmara Municipal de Vereadores, aprovou, e eu, **Gelson Coelho do Rosário**, Prefeito do Município de São Jorge D'Oeste – PR, sanciono a seguinte,

**LEI**

**Capítulo I**
**Disposições Preliminares**

**Art. 1º** Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2.º, da Constituição Federal, no art. 133, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município de São Jorge D'Oeste - PR, relativas ao exercício financeiro de 2027, compreendendo:

I - as metas e riscos fiscais;

II – as prioridades e metas da administração municipal extraídas do Plano Plurianual para 2026/2029;

III - a organização e estrutura do orçamento;

IV - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;

V - as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VIII - as Disposições Relativas ao Regime de Execução das Emendas Individuais apresentadas ao projeto de lei orçamentária anual;

IX - as disposições gerais.

**§ 1º.** As diretrizes orçamentárias têm entre suas finalidades:

I – orientar a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o alcance dos objetivos e das metas do Plano Plurianual – PPA;

II – ampliar a capacidade do Município de garantir o provimento de bens e serviços à população;

**§ 2º.** A elaboração, fiscalização e controle da lei orçamentária anual para o exercício de 2027, bem como a aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social do Município, além de serem orientados para viabilizar o alcance dos objetivos declarados no PPA, devem:

I – priorizar o equilíbrio entre receitas e despesas;

II – evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo amplo acesso da sociedade aos dados do orçamento, inclusive por meio eletrônico;

III – atingir as metas relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública estabelecidos no Anexo I – Metas Fiscais desta Lei.

## Capítulo II

## Das Metas e Riscos Fiscais

**Art. 2º** As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2027, 2028 e 2029, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO I, composto dos seguintes demonstrativos:

I - das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4o, § 1o, da LC nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;

II – da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2025;

III - das metas fiscais previstas para 2026 e 2027, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2023, 2024 e 2025;

IV - da evolução do patrimônio líquido, conforme o art. 4o, § 2o, inciso III, da LC nº 101/2000;

V - da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4o, § 2o, inciso III, da LC nº 101/2000;

VI - da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, de acordo com o art. 4o, § 2o, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000;

VII - da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4o, § 2o, inciso V, da LC nº 101/2000;

VIII – da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000.

**§ 1º.** As metas fiscais estabelecidas no Anexo I desta Lei poderão ser ajustadas quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;

**§ 2º.** Na hipótese prevista pelo § 1º, o demonstrativo de que trata o inciso I do Caput deverá ser reelaborado e encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, acompanhado da memória e metodologia de cálculo.

**Art. 3º.** Estão discriminados, no Anexo II, que integra esta Lei, os Riscos Fiscais, onde são avaliados os riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4o, § 3o, da LC nº 101/2000.

**§ 1º.** Consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações a serem cumpridas em 2027, cuja existência será confirmada somente pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Município.

**§ 2º.** Também são passivos contingentes, obrigações decorrentes de eventos passados, cuja liquidação em 2027 seja improvável ou cujo valor não possa ser tecnicamente estimado.

**§ 3º.** Caso se concretizem, os riscos fiscais serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e, sendo esta insuficiente, serão indicados, também, o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior, se houver, obedecida a fonte de recursos correspondente.

**§ 4º.** Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo poderá reduzir as dotações destinadas para investimentos, desde que não comprometidas.

## Capítulo III

## Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal Extraída do Plano Plurianual

**Art. 4º.** As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2027 estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2026/2029 e suas alterações, especificadas no Anexo III, integrante desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária.

**§ 1º.** Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, podendo ser atualizados pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais.

**§ 2º.** As metas e prioridades de que trata o caput deste artigo, bem como as respectivas ações planejadas para o seu atingimento, poderão ser alteradas, se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para 2027 surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

**§ 3º.** Na hipótese prevista no §2º, as alterações do Anexo de Metas e Prioridades serão evidenciadas em demonstrativo específico, a ser encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

## Capítulo IV

## Da Estrutura e Organização do Orçamento

**Art. 5º.** Para efeito desta Lei entende-se por:

I - Programa: instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, mensurados por indicadores, conforme estabelecido no plano plurianual;

II - Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV - Operação Especial: despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

V - Órgão Orçamentário: o maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

VI - Unidade Orçamentária: o menor nível da classificação institucional;

**§ 1º.** Na Lei de Orçamento, cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores, bem como os órgãos e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

**§ 2º.** Cada atividade, projeto ou operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam de acordo com a Portaria MOG nº 42/1999 e suas atualizações.

**§ 3º.** A classificação das unidades orçamentárias atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

**§ 4º.** As operações especiais relacionadas ao pagamento de encargos gerais do Município, serão consignadas em unidade orçamentária específica.

**Art. 6º.** Independentemente do grupo de natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes, vedando-se a consignação de crédito a título de transferência a unidades orçamentárias integrantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social.

**Parágrafo único.** As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social serão executadas obrigatoriamente por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

**Art. 7º.** Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por elementos de despesa, na forma do art. 15, § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64.

**Art. 8º.** O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/64, e será composto de:

I - texto da Lei;

II – consolidação dos quadros orçamentários;

**Parágrafo Único**: Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, os seguintes quadros:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

II – demonstrativo da evolução da receita, por origem de arrecadação, em atendimento ao disposto no art. 12 da LC nº 101/2000;

III – demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da LC nº 101/2000;

IV – demonstrativo das receitas por origem e das despesas por grupo de natureza de despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;

V - demonstrativo da receita e planos de aplicação dos Fundos Especiais de que trata o art. 2º, § 2º, I, da Lei Federal nº 4.320/64;

VI – demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com as metas fiscais estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com o art. 5º, inciso I, da LC nº 101/2000;

VII - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, nos termos dos artigos 19 e 20 da LC nº 101/2000, acompanhado da memória de cálculo;

VIII - demonstrativo da previsão das aplicações de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

IX - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), conforme a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

X - demonstrativo das categorias de programação a serem financiadas com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar, com indicação da dotação e do orçamento a que pertencem;

XI - demonstrativo do cálculo do limite máximo da despesa do Poder Legislativo, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, observado o disposto no § 2º do art. 13 desta Lei.

**Art. 9º.** A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto da situação econômica e financeira do Município e projeções para o exercício de 2027, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa e dos seus principais agregados, conforme dispõe o inciso I do art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;

IV - memória de cálculo da receita e premissas utilizadas;

V - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do estoque da dívida pública, dos últimos três anos, a situação provável no final de 2026 e a previsão para o exercício de 2027;

VI - relação dos precatórios a serem cumpridos em 2027 com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária;

VII – relação das ações prioritárias aprovadas nas audiências públicas realizadas na forma estabelecida pelo art. 11 desta Lei, com a identificação dos respectivos projetos, atividades ou operações especiais, bem como os valores correspondentes.

## Capítulo V

## Das Diretrizes para Elaboração e Execução do Orçamento e suas Alterações

### Seção I - Das Diretrizes Gerais

**Art. 10.** Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas do Poder Legislativo e do Poder Executivo, neste abrangidos seus respectivos fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como as empresas e

sociedades de economia mista em que o Município detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto e que dele recebam recursos.

**Parágrafo único.** Os órgãos da Administração Indireta e o Poder Legislativo encaminharão ao Setor de Contabilidade, até 15 de setembro de 2026, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2027, observadas as disposições desta Lei.

**Art. 11.** A elaboração e a aprovação do Orçamento para o exercício de 2027 e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

**§ 1º.** Para fins de atendimento ao disposto no art. 48, § 1º, I, da LC nº 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência pública a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.

**§ 2º.** A Câmara Municipal poderá organizar audiência pública para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

**Art. 12.** Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no art. 8º, § 1º, inciso V, desta Lei.

**Parágrafo único.** A administração dos Fundos Municipais será efetivada pelo Chefe do Poder Executivo, podendo, por ato formal deste, e observada a respectiva legislação pertinente, ser delegada a Secretários, servidores municipais ou comissão de servidores.

**Art. 13.** Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos e benefícios fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2027.

**§ 1º.** Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para o exercício de 2027, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

**§ 2º.** Para fins do limite das despesas do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal, considerar-se-á a receita arrecadada até o último mês anterior ao prazo para a entrega da proposta orçamentária, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

**Art. 14** Constarão no projeto de lei orçamentária reservas de contingência, desdobradas para atender às seguintes finalidades:

I - atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos relacionados no Anexo de que trata o art. 3º desta lei, através de cobertura de créditos adicionais;

II – atender ao disposto no art. 58 desta lei.

**§ 1º.** A reserva de contingência, de que trata o inciso I do caput, será fixada em, no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida, e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

**§ 2º.** Na hipótese de ficar demonstrado que as reservas de contingência constituídas na forma dos incisos I e II do caput não precisarão ser utilizadas para sua finalidade, no todo ou em parte, o Chefe do Executivo poderá utilizar seu saldo para dar cobertura a outros créditos adicionais, legalmente autorizados na forma dos artigos 41, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

**Art. 15.** Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente serão incluídos novos projetos na Lei Orçamentária de 2027 se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do Anexo IV desta Lei;

II - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

**Parágrafo único.** O disposto neste artigo não se aplica às despesas programadas com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

**Art. 16.** Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da LC nº 101/2000, quando for o caso, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

**§ 1º.** Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da LC nº 101/2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2027, em cada evento, não exceda aos valores limites para dispensa de licitação fixados na Lei nº 14.133/2021, conforme o caso.

**Art. 17.** A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da LC nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, adequar-se-ão as receitas do município, desde que observados:

I – o limite das respectivas dotações constantes da Lei Orçamentária de 2027 e de créditos adicionais;

II – os limites estabelecidos nos arts. 20, inciso III, e 22, parágrafo único, da LC nº 101/2000, no caso da geração de despesas com pessoal e respectivos encargos; e

III – o valor da margem líquida de expansão constante no demonstrativo de que trata o art. 2º, VIII, dessa Lei.

**Art. 18.** O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o art. 50, § 3º, da LC nº 101/2000, deverá, no mínimo, evidenciar, em relatórios os gastos das obras e dos serviços públicos, tais como:

I - dos programas finalísticos e respectivas ações previsto no Plano Plurianual;

II - do m² das construções e do m² das pavimentações;

III - do custo aluno/ano da educação infantil e do ensino fundamental, do custo aluno/ano do transporte escolar e do custo aluno/ano com merenda escolar;

IV - do custo da destinação final da tonelada de lixo;

V - do custo do atendimento nas unidades de saúde, entre outros.

**§ 1º.** O controle de custos de que trata o caput será orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

**§ 2º.** Os custos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base, a comparação entre as despesas autorizadas e liquidadas, bem como a comparação entre as metas físicas previstas e as realizadas.

**Art. 19.** As metas fiscais estabelecidas no demonstrativo de que trata o inciso I do art. 2º serão desdobradas em metas quadrimestrais para fins de avaliação em audiência pública até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios, avaliar os gastos e também o cumprimento das metas físicas estabelecidas.

## Seção II

## Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

**Art. 20.** O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I – do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II – das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no caput deste artigo.

**Parágrafo único.** O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no art. 8º, § 1º, inciso IV, desta Lei.

## Seção III

## Das Disposições sobre a Programação e Execução Orçamentária e Financeira

**Art. 21.** O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

**§ 1º.** O ato referido no caput deste artigo e os que o modificarem conterá:

I - metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no art. 13 da LC nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;

II - cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão orçamentário;

**§ 2º.** Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

**Art. 22.** Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultados primário e nominal, e observado o disposto no § 2º do art. 2º desta Lei, os Poderes Executivo e Legislativo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;

III – aquisição de combustíveis e derivados, destinada à frota de veículos, exceto dos setores de educação e saúde;

IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

V - diárias de viagem;

VI - festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza;

VII – despesas com publicidade institucional;

VIII - horas extras.

**§ 1º.** Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2026, observada a vinculação de recursos.

**§ 2º.** Não serão objeto de limitação de empenho:

I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da LC nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal n.º 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no art. 24 desta Lei.

**§ 3º.** Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

**§ 4º.** Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar, em ato próprio, os ajustes processados, que será discriminado, no mínimo, por unidade orçamentária.

**§ 5º.** Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da LC nº 101/2000.

**§ 6º.** Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da LC nº 101/2000.

**Art. 23.** O repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo, obedecida a programação financeira, será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

**§ 1º.** No caso da limitação de empenhos e movimentação financeira, observado o disposto no §3º do art. 22 desta Lei, o repasse financeiro de que trata o caput será reduzido na mesma proporção.

**§ 2º.** Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadadas através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no caput deste artigo.

**§ 3º.** Ao final do exercício financeiro de 2027, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, poderá ser devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo.

**§ 4º.** O eventual saldo de recursos financeiros que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2028.

**Art. 24.** Os projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado, ainda, o montante ingressado ou garantido.

**§ 1º.** No caso dos recursos de transferências voluntárias e de operações de crédito, considerar-se-á garantido o ingresso no fluxo de caixa, a partir da assinatura do respectivo convênio, contrato ou instrumento congênere, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.

**§ 2º.** A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da execução dos recursos mencionados no caput deste artigo.

**Art. 25.** A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

**§ 1º.** Enquanto não aprovada a Lei Orçamentária de 2027, os valores consignados no respectivo Projeto de Lei poderão ser utilizados para demonstrar, quando exigível, a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

**§ 2º.** A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no caput deste artigo.

**§ 3º.** A realização de atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, após 31 de dezembro de 2027, relativos ao exercício findo, não será permitida, exceto ajustes para fins de elaboração das demonstrações contábeis, os quais deverão ocorrer até o trigésimo dia de seu encerramento.

## Seção IV

## Das Diretrizes sobre Alterações da Lei Orçamentária

**Art. 26.** A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/64.

**§ 1º.** A apuração do excesso de arrecadação de que trata o art. 43, § 3º, da Lei Federal nº 4.320/64, será realizada por fonte de recursos para fins de abertura de créditos adicionais, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da LC nº 101/2000.

**§ 2º.** Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

**§ 3º.** Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2026, por fonte de recursos;

II - créditos especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2027;

III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;

IV – saldo atualizado do superávit financeiro disponível, por fonte de recursos.

**§ 4º.** Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação de recursos de redução de dotações do próprio poder, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até cinco dias, a contar do recebimento da solicitação.

**Art. 27.** No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária para 2027, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

**Art. 28.** A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada, quando necessária, até 30 de dezembro de 2027.

**Parágrafo único**. Caso seja necessário, a codificação da programação objeto da reabertura dos créditos especiais e extraordinários poderá ser adequada à constante da Lei Orçamentária de 2027, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

**Art. 29.** O Poder Executivo e Legislativo poderá nos termos da legislação vigente poderá:

I - mediante decreto, a transpor, remanejar ou transferir, total ou parcialmente as categorias de programação constante desta lei, mantido o respectivo detalhamento por esfera, subtítulo, modalidade de aplicação e fontes de recursos, a fim de ajustar a programação aprovada, até o limite de 10% (dez por cento).

II - abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 10% (dez por cento), do Orçamento das despesas de conformidade com o Artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64.

III -Transpor, remanejar ou transferir recursos, dentro de uma mesma categoria de programação, sem prévia autorização Legislativa, nos termos no Inc. VI, do art. 167, da Constituição Federal, até o limite de 10% (dez por cento) do orçamento geral do município.

**§ 1º.** Fica também autorizado a realizar mediante decreto, não sendo computado para os fins do limite que trata o caput deste artigo:

a) remanejamento de dotações:

I - Entre os elementos, grupos e categorias de programação de despesa dentro de cada projeto ou atividade;

II - Entre as fontes de recursos livres e/ou vinculados dentro de cada projeto ou atividade para fins de compatibilização com a efetiva disponibilidade dos recursos.

b) abertura de crédito adicional suplementar, utilizando-se do superávit financeiro por fonte apurado no balanço do exercício anterior e o excesso de arrecadação apurado por fonte de recurso até a data de abertura do crédito.

**§ 2º.** Mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2027 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação.

**§ 3º.** A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

## Seção V

## Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas

### Subseção I - Das Subvenções Econômicas

**Art. 30.** A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da Lei Complementar no 101/2000.

**§ 1º.** Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei Federal no 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o caput somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

**§ 2º.** As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o "caput" deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação "60 – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos" e no elemento de despesa "45 – Subvenções Econômicas".

**Art. 31.** No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica.

**Subseção II**
**Das Subvenções Sociais**

**Art. 32.** A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos arts. 12, § 3º, I, 16 e 17 da Lei Federal no 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

**Subseção III**
**Das Contribuições Correntes**

**Art. 33.** A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

I – estejam autorizadas em lei que identifique expressamente a entidade beneficiária;

II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2027; ou

III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

**Parágrafo único.** No caso dos incisos I e II do caput, a transferência dependerá da formalização do ajuste, observadas as exigências legais aplicáveis à espécie.

**Subseção IV**

**Dos Auxílios**

**Art. 34.** A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica;

II – para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;

III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;

IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei

Federal no 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;

V – qualificadas como Organizações Sociais – OS, com contrato de gestão celebrado com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal no 9.637/1998, para fomento e execução de atividades dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, de acordo com o programa de trabalho proposto, as metas a serem atingidas e os prazos de execução previstos;

VI - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;

VII - destinada a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação e integração social e cidadania, nos termos da Lei no 13.146/2015;

VIII - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas em situação de risco social, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, cujas ações estejam contempladas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei no 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto Federal no 7.404/2010; e

IX - voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:

a) se destinem a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;

b) sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda;

§ 1º No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.

§ 2º No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

## Subseção V

## Das Disposições Gerais para Destinação de Recursos Públicos para Pessoas Físicas e Jurídicas

**Art. 35.** Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta seção, a transferência de recursos prevista na Lei Federal no 4.320/1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

I – execução da despesa na modalidade de aplicação "50 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos" e nos elementos de despesa "41 - Contribuições", "42 - Auxílio" ou "43 - Subvenções Sociais";

II – estar regularmente constituída, assim considerado:

a) no mínimo 3 (três) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, admitida a redução deste prazo por autorização legislativa específica na hipótese de nenhuma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos atingi-lo;

b) tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

III – ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congênere celebrados;

IV – inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição.

V – não ter como dirigente pessoa que:

a) seja membro de Poder, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros.

b) incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1o, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

c) cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

d) tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

e) tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 02 de junho de 1992.

VI – formalização de processo administrativo, no qual fiquem demonstrados formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão de pareceres do órgão técnico da Administração Pública e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

**Parágrafo único**. Caberá ao setor Jurídico do Poder Executivo verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta seção, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.

**Art. 36.** É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma de subvenções, auxílios e contribuições, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

**Art. 37.** As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

**Parágrafo único.** Enquanto vigentes os respectivos convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:

I – nome e CNPJ da entidade;

II – nome, função e CPF dos dirigentes;

III – área de atuação;

IV – endereço da sede;

V – data, objeto, valor e número do convênio, termo de parceria, contrato ou instrumento congênere;

VI – valores transferidos e respectivas datas.

**Art. 38.** Não serão consideradas subvenções, auxílios ou contribuições, o rateio das despesas decorrentes da participação do Município em Consórcios Públicos instituído nos termos da Lei Federal nº 11.107/2005.

**Art. 39.** As transferências de recursos de que trata esta Seção serão feitas por intermédio de instituição financeira oficial determinada pela Administração Pública, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo convênio, termo de parceria, ajuste ou instrumento congênere, observado o princípio da competência da despesa, previsto no art. 50, inciso II, da Lei Complementar no 101/2000.

**Art. 40.** Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

I – depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência;

II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

**Parágrafo único.** Em sendo formalmente demonstrada a impossibilidade de pagamento de fornecedores ou prestadores de serviços mediante transferência bancária, o convênio, o termo de parceria, o ajuste ou instrumento congênere poderá admitir a realização de pagamento em espécie, desde que a relação de tais pagamentos conste no plano de trabalho e os recibos ou documentos fiscais pertinentes identifiquem adequadamente os credores.

## Seção VI

## Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos

**Art. 41.** Observado o disposto no art. 27 da LC nº 101/2000, a concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas fica condicionada ao pagamento de juros não inferiores a 12 % ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;

II - pré-seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;

III - formalização de contrato;

IV – assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

**§ 1º** No caso das pessoas jurídicas, serão consideradas como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que:

I - desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental;

II - integrem as cadeias produtivas locais;

III - empreguem pessoas com deficiência em proporção superior à exigida no art. 110 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

IV - adotem políticas de participação dos trabalhadores nos lucros;

**§ 2º**. Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o caput deste artigo;

**§ 3º**. As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em lei específica.

## Capítulo VI

## Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

**Art. 42.** A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

**Art. 43.** O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

## Capítulo VII

## Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

**Art. 44.** No exercício de 2027, as despesas globais com pessoal e encargos sociais do Município, dos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 10 dessa Lei, deverão obedecer às disposições da LC nº 101/2000.

**§ 1º.** Os Poderes Executivo e Legislativo terão como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de agosto de 2026, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, o crescimento vegetativo, e o disposto no art. 49 desta Lei.

**§ 2º.** A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e do subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal, levará em conta, tanto quanto possível, a variação do poder aquisitivo da moeda nacional, segundo índices oficiais.

**§ 3º.** Ficam os Poderes Executivo e Legislativo Municipal, autorizados a conceder reposição salarial no exercício de 2027, conforme determina a Lei nº 1101/2023.

**Art. 45.** Para fins dos limites previstos no art. 19, inciso III, alíneas "a" e "b" da LC nº 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos poderes executivo e legislativo deverá observar as prescrições do Tribunal de Contas do Estado, ou a norma que lhe for superveniente.

**Art. 46.** Para fins de atendimento ao disposto no § 6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o

Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

**Parágrafo único.** O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

**Art. 47.** O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1°, da Constituição Federal, desde que observada a legislação vigente, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da LC n° 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado para:

I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;

II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;

III – prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;

IV – prover cargos em comissão e funções de confiança;

V - melhorar a qualidade do serviço público mediante a valorização do servidor municipal, reconhecendo a função social do seu trabalho;

VI - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;

VII - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;

VIII - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte, segurança no trabalho e justa remuneração.

**§ 1°.** No caso dos incisos I, II, III e IV além dos requisitos estabelecidos no caput deste artigo, os projetos de lei deverão demonstrar, em sua exposição de motivos, para os efeitos dos artigos 16 e 17 da LC n° 101/2000, as seguintes informações:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se os valores a serem acrescidos e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;

II - declaração do ordenador de despesas de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e os programas de trabalho da Lei Orçamentária Anual que contenha as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados e os saldos remanescentes.

**§ 2°.** No caso de provimento de cargos, salvo quando ocorrer dentro de seis meses da sua criação, a estimativa do impacto orçamentário e financeiro deverá instruir o expediente administrativo correspondente, juntamente com a declaração do ordenador da despesa, de que o aumento tem adequação com a lei orçamentária anual, exigência essa a ser cumprida nos demais atos de contratação.

**§ 3°.** No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

**§ 4°.** Ficam dispensados, da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório.

**Art. 48.** Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

I – as situações de emergência ou de calamidade pública;

II – as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;

III – a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

**Parágrafo único.** A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas neste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

## Capítulo VIII

## Das Alterações na Legislação Tributária

**Art. 49.** As receitas serão estimadas e discriminadas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2027, especialmente sobre:

a) atualização da planta genérica de valores do Município;

b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;

c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;

e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;

f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;

g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;

h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;

i) demais incentivos e benefícios fiscais.

**Art. 50.** Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 49, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

**Art. 51.** O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o

crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

**§ 1º.** A concessão ou ampliação de incentivo fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerado na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;
b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

**§ 2º.** Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, o acréscimo que for observado na arrecadação dos tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, em percentual que supere a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

**§ 3º.** Não se sujeitam às regras do §1º:

I - a homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente;

**Art. 52.** Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do §3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, não se constituindo como renúncia de receita.

## Capítulo X

## Das Disposições Gerais

**Art. 53.** Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da LC nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

**Parágrafo único.** A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o caput deste artigo.

**Art. 54.** As emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei do Plano Plurianual 2026/2029 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

**§ 1°.** Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3° do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

a) pessoal e encargos sociais e
b) serviço da dívida.

**§ 2°.** Para fins do disposto no § 3°, inciso I, do art. 166 da Constituição, serão consideradas incompatíveis com esta lei:

I - as emendas que acarretem a aplicação de recursos abaixo dos limites constitucionais mínimos previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;

II - as emendas que não preservem as dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais;

III – as emendas que reduzam o montante de dotações suportadas por recursos oriundos de transferências legais ou voluntárias da União e do Estado, alienação de bens e operações de crédito;

**§ 3°.** Para fins do disposto no art. 166, § 8°, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência referida no inciso II do art. 14 os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2027, ficarem sem despesas correspondentes.

**§ 4°.** O disposto neste artigo aplica-se no que couber às emendas sujeitas ao regime de execução de que trata o Capitulo IX desta lei.

**Art. 55.** Por meio do Gabinete do Prefeito, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

**Art. 56.** Em consonância com o que dispõe o § 5° do art. 166 da Constituição Federal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

**Art. 57.** Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2026, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

**§ 1°.** Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos legalmente vinculados à educação, saúde e assistência social, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.

**§ 2°.** Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento.

**Art. 58.** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, 63º anos de emancipação.**

GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918
Assinado de forma digital por GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918
Dados: 2026.08.21 10:51:19 -03'00'

**Gelson Coelho do Rosário**
**Prefeito**

23ª Sessão Ordinária.
Câmara de Vereadores
São Jorge D' Oeste - PR
24 / 08 / 26.
APRESENTADO

**Leandro Pagliari Jacobs**
**Diretor Administrativo**
**Câmara de Vereadores de São Jorge D'Oeste PR**
21/08/26.

# Justificativa Projeto de Lei nº 16/2026

**Senhora Presidente,**
**Senhora Vereadora,**
**Senhores Vereadores:**

Encaminhamos o Projeto de Lei nº. 16/2026, que dispõe as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2027, em consonância com a Lei nº. 4320/64, Lei Complementar nº. 101 de 04.05.2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e com o aprovado no Plano Plurianual.

Este Projeto caracteriza-se como instrumento que assegura a definição das prioridades relativas às ações do Governo Municipal compatibilizadas com os anseios da população.

Estas considerações expressam as intenções da Administração Pública Municipal visando o amplo desenvolvimento do município.

Temos certeza de que este projeto será amplamente discutido por essa Casa de Leis, contribuindo assim para o aperfeiçoamento deste instrumento.

Confiamos na compreensão e discernimento de Vossas Excelências aprovando o Projeto de Lei em pauta.

Atenciosamente,

GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918

Assinado de forma digital por GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918
Dados: 2026.08.21 10:51:37 -03'00'

**Gelson Coelho do Rosário**
**Prefeito**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027**

**TABELA 01 - Parâmentos Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas**

| Indicador | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A) | 4,18% | 5,10% | 5,11% | 4,03% | 3,65% | 3,50% |
| VARIAÇÃO DO PIB | 3,40% | 2,30% | 1,91% | 1,70% | 2,00% | 2,00% |
| Total | 7,58% | 7,40% | 7,02% | 5,73% | 5,65% | 5,50% |
| PIB em valores | 11.700.000.000.000,00 | 12.700.000.000.000,00 | 13.050.000.000.000,00 | 13.271.850.000.000,00 | 13.537.287.000.000,00 | 13.808.032.740.000,00 |

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origem/espécia/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa.

| Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes | | |
|---|---|---|
| ANO | IPCA | Fator de Atualização |
| 2023 | 5,79% | 1,1507 |
| 2024 | 4,18% | 1,0928 |
| 2025 | 5,10% | 1,0510 |
| 2026 | 5,11% | 1,0000 |
| 2027 | 4,03% | 0,9597 |
| 2028 | 3,65% | 0,9232 |
| 2029 | 3,50% | 0,8882 |

IVANIR DA SILVA:83881816968 Assinado de forma digital por IVANIR DA SILVA:83881816968 Dados: 2026.08.21 11:11:38 -03'00'

Ivanir da Silva
Contador - CRC PR 047871/O-8

GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Assinado de forma digital por GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Dados: 2026.08.21 10:59:20 -03'00'

Gelson Coelho do Rosário
Prefeito

DEMONSTRATIVO IX – PROJEÇÃO DE RECEITAS

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MEMÓRIA DE CÁLCULO - PROJEÇÃO DE RECEITAS
2026

## METAS FISCAIS

| CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS | ARRECADADA 2023 | ARRECADADA 2024 | ARRECADADO 2025 | PROJETADO 2026 | PROJETADO 2027 | PROJETADO 2028 | PROJETADO 2029 | PROJETADO 2030 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **Receitas Correntes** | **R$ 79.843.923,53** | **R$ 86.420.714,29** | **R$ 94.212.382,96** | **R$ 95.058.584,40** | **R$ 98.432.941,05** | **R$ 104.073.148,57** | **R$ 109.953.281,46** | **R$ 115.056.113,84** |
| **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria** | **R$ 7.016.095,66** | **R$ 8.873.129,95** | **R$ 10.166.391,06** | **R$ 9.237.384,86** | **R$ 10.852.526,98** | **R$ 11.474.376,77** | **R$ 12.122.679,06** | **R$ 11.844.828,30** |
| Imposto predial e territorial urbano (IPTU) | R$ 708.061,86 | R$ 817.482,72 | R$ 1.006.767,45 | **R$ 786.445,44** | R$ 1.039.822,60 | R$ 1.099.404,43 | R$ 1.161.520,78 | R$ 1.225.404,43 |
| Imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) | R$ 2.161.515,84 | R$ 3.791.397,44 | R$ 3.447.102,06 | **R$ 3.845.395,29** | R$ 4.125.944,72 | R$ 4.362.361,35 | R$ 4.608.834,76 | R$ 4.148.700,84 |
| Imposto sobre transmissão de bens imóveis (ITBI) | R$ 1.478.371,65 | R$ 1.305.207,40 | R$ 1.675.933,41 | **R$ 1.642.029,76** | R$ 1.699.250,26 | R$ 1.796.617,30 | R$ 1.898.126,18 | R$ 1.771.544,85 |
| **Imposto de renda retido na fonte (IRRF)** | **R$ 2.338.669,59** | **R$ 2.616.113,39** | **R$ 3.659.541,16** | **R$ 2.597.564,06** | **R$ 3.577.123,09** | **R$ 3.782.092,25** | **R$ 3.995.780,46** | **R$ 4.215.548,38** |
| IRRF s/Rend.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Executivo/Indiretas | R$ 2.278.721,58 | R$ 2.494.331,10 | R$ 3.506.133,27 | **R$ 2.530.979,70** | R$ 3.420.264,69 | R$ 3.616.245,86 | R$ 3.820.563,75 | R$ 4.030.694,75 |
| IRRF s/Rend.Trabalho - Principal - Ativos/Inativos do Poder Legislativo | R$ 59.948,01 | R$ 121.782,29 | R$ 153.407,89 | **R$ 66.584,35** | R$ 156.858,40 | R$ 165.846,39 | R$ 175.216,71 | R$ 184.853,63 |
| Demais Impostos | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | R$ - | R$ - | R$ - |
| **Taxas** | **R$ 329.476,72** | **R$ 342.929,00** | **R$ 377.046,98** | **R$ 365.950,32** | **R$ 410.386,31** | **R$ 433.901,44** | **R$ 458.416,88** | **R$ 483.629,80** |
| Contribuição de Melhoria | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | R$ - | R$ - | R$ - |
| **Contribuições** | **R$ 805.727,92** | **R$ 961.222,44** | **R$ 1.108.234,59** | **R$ 1.042.233,51** | **R$ 1.174.537,90** | **R$ 1.241.838,92** | **R$ 1.312.002,82** | **R$ 1.384.162,98** |
| **Contribuições Sociais** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ 1.108.234,59** | **R$ -** | **R$ 1.174.537,90** | **R$ 1.241.838,92** | **R$ 1.312.002,82** | **R$ 1.384.162,98** |
| Contribuição para o Regime Próprio de Previdência Social - RPPS (dos servidores) | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | R$ - | R$ - | R$ - |
| Contribuição para os Fundos de Assistência Médica | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | R$ - | R$ - | R$ - |
| Outras Contribuições Sociais | **R$ -** | **R$ -** | **R$ 8.864,22** | **R$ -** | **R$ -** | R$ - | R$ - | R$ - |
| Contribuições Sociais específicas de Estados, DF, Municípios | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | R$ - | R$ - | R$ - |
| Contribuições Econômicas | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | R$ - | R$ - | R$ - |
| Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública | **R$ 805.727,92** | **R$ 961.222,44** | **R$ 1.099.370,37** | **R$ 1.042.233,51** | **R$ 1.174.537,90** | **R$ 1.241.838,92** | **R$ 1.312.002,82** | **R$ 1.384.162,98** |
| **Receita Patrimonial** | **R$ 1.572.816,16** | **R$ 1.854.572,95** | **R$ 2.511.904,09** | **R$ 1.746.929,43** | **R$ 2.488.891,91** | **R$ 2.631.505,42** | **R$ 2.780.185,48** | **R$ 2.933.695,68** |
| Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado | **R$ 7.696,98** | **R$ 16.265,93** | **R$ 6.599,39** | **R$ 8.549,05** | **R$ 13.033,23** | R$ 13.780,04 | R$ 14.558,61 | R$ 15.359,33 |
| **Valores Mobiliários** | **R$ 1.565.119,18** | **R$ 1.838.307,02** | **R$ 2.505.304,70** | **R$ 1.738.380,38** | **R$ 2.475.858,68** | **R$ 2.617.725,38** | **R$ 2.765.626,87** | **R$ 2.917.736,34** |
| Remuneração de Depósitos de Recursos Vinculados - Principal | **R$ 1.270.835,94** | **R$ 1.395.808,95** | **R$ 2.036.782,49** | **R$ 1.411.519,51** | **R$ 1.956.577,12** | R$ 2.068.688,99 | R$ 2.185.569,92 | R$ 2.305.776,26 |
| Remuneração de Depósitos de Recursos Não Vinculados - Principal | **R$ 294.283,24** | **R$ 442.498,07** | **R$ 468.522,21** | **R$ 326.860,87** | **R$ 519.281,56** | R$ 549.036,39 | R$ 580.056,95 | R$ 611.960,08 |
| Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | R$ - | R$ - | R$ - |
| Juros de Títulos de Renda | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | R$ - | R$ - | R$ - |
| Outros Valores Mobiliários | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | R$ - | R$ - | R$ - |
| Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | R$ - | R$ - | R$ - |
| Cessão de Direitos | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | R$ - | R$ - | R$ - |
| Demais Receitas Patrimoniais | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | R$ - | R$ - | R$ - |
| **Receita Agropecuária** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | R$ - | R$ - | R$ - |
| **Receita Industrial** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | **R$ -** | R$ - | R$ - | R$ - |
| **Receita de Serviços** | **R$ 1.012.414,16** | **R$ 896.091,90** | **R$ 957.409,53** | **R$ 1.124.490,03** | **R$ 1.056.495,82** | R$ 1.117.033,03 | R$ 1.180.145,39 | R$ 1.245.053,39 |
| **Transferências Correntes** | **R$ 69.069.341,62** | **R$ 73.300.506,48** | **R$ 78.599.772,74** | **R$ 81.755.197,50** | **R$ 82.710.013,85** | **R$ 87.449.297,64** | **R$ 92.390.182,96** | **R$ 97.471.643,02** |
| **Transferências da União e de suas Entidades** | **R$ 23.110.160,46** | **R$ 25.204.401,26** | **R$ 34.600.655,52** | **R$ 25.668.492,20** | **R$ 30.012.099,88** | **R$ 31.731.793,20** | **R$ 33.524.639,51** | **R$ 35.368.494,69** |
| Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal | **R$ 15.121.052,70** | **R$ 17.428.792,67** | **R$ 18.943.956,17** | **R$ 16.794.977,43** | **R$ 20.732.466,84** | R$ 21.920.437,19 | R$ 23.158.941,89 | R$ 24.432.683,69 |
| Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios – Cotas Extraordinárias | **R$ 1.488.537,13** | **R$ 1.799.726,16** | **R$ 2.335.447,81** | **R$ 1.653.320,57** | **R$ 2.662.410,50** | R$ 2.814.966,63 | R$ 2.974.012,24 | R$ 3.137.582,91 |
| Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural | **R$ 143.694,10** | **R$ 139.707,79** | **R$ 148.523,59** | **R$ 159.601,27** | **R$ 164.291,89** | R$ 173.705,81 | R$ 183.520,19 | R$ 193.613,80 |

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais | R$ | 11.399,56 | R$ | 34.654,65 | R$ | 27.867,48 | R$ | 12.661,51 | R$ | 35.637,61 | R$ | 37.679,65 | R$ | 39.808,55 | R$ | 41.998,02 |
| Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo | R$ | 2.723.047,79 | R$ | 3.834.226,79 | R$ | 4.418.299,55 | R$ | 3.024.493,54 | R$ | 4.703.940,01 | R$ | 4.973.475,78 | R$ | 5.254.477,16 | R$ | 5.543.473,40 |
| Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS | R$ | 320.349,21 | R$ | 121.043,00 | R$ | 154.271,44 | R$ | 355.812,38 | R$ | 156.929,23 | R$ | 165.921,28 | R$ | 175.295,83 | R$ | 184.937,10 |
| Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE | R$ | 906.741,50 | R$ | 885.926,94 | R$ | 903.843,82 | R$ | 1.007.119,23 | R$ | 1.020.169,33 | R$ | 1.078.625,04 | R$ | 1.139.567,35 | R$ | 1.202.243,55 |
| Transf. Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96 e ou Fundo Esp. Petróleo | R$ | 322.406,97 | R$ | 346.111,07 | R$ | 365.303,55 | R$ | 358.097,94 | R$ | 405.506,33 | R$ | 428.741,85 | R$ | 452.965,76 | R$ | 477.878,88 |
| Transferências de Convênios da União e de Suas Entidades | R$ | - | R$ | 229.382,67 | R$ | - | R$ | - | R$ | 130.748,12 | R$ | 138.239,99 | R$ | 146.050,55 | R$ | 154.083,33 |
| Outras Transferências da União | R$ | 2.072.931,50 | R$ | 384.829,52 | R$ | 7.303.142,11 | R$ | 2.302.408,33 | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Cota parte da Compensação financeira pela utilização de Recursos Hídricos | R$ | 6.062.259,60 | R$ | 7.433.491,72 | R$ | 7.096.453,55 | R$ | 9.389.790,33 | R$ | 8.282.068,80 | R$ | 8.756.631,35 | R$ | 9.251.381,02 | R$ | 9.760.206,97 |
| **Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades** | R$ | 33.093.441,96 | R$ | 32.232.037,59 | R$ | 34.841.446,11 | R$ | 36.735.125,74 | R$ | 34.442.534,46 | R$ | 36.416.091,69 | R$ | 38.473.600,87 | R$ | 40.589.648,91 |
| Cota-Parte do ICMS | R$ | 28.194.505,41 | R$ | 28.332.446,17 | R$ | 29.699.276,32 | R$ | 31.315.682,27 | R$ | 30.791.642,00 | R$ | 32.556.003,09 | R$ | 34.395.417,26 | R$ | 36.287.165,21 |
| Cota-Parte do IPVA | R$ | 2.304.336,62 | R$ | 2.372.183,68 | R$ | 2.539.992,94 | R$ | 2.559.430,37 | R$ | 1.959.958,47 | R$ | 2.072.264,09 | R$ | 2.189.347,01 | R$ | 2.309.761,10 |
| Cota-Parte do IPI - Municípios | R$ | 294.523,76 | R$ | 433.596,74 | R$ | 437.061,92 | R$ | 327.128,01 | R$ | 496.275,44 | R$ | 524.712,02 | R$ | 554.358,25 | R$ | 584.847,95 |
| Cota-Parte Royalties - Comp. Financ. | R$ | 19.639,11 | R$ | - | R$ | 21.182,37 | R$ | - | R$ | 12.073,95 | R$ | 12.765,79 | R$ | 13.487,06 | R$ | 14.228,84 |
| Outras Participações na Receita dos Estados | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Outras Transferências dos Estados | R$ | - | R$ | 19.582,88 | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde – Repasse Fundo a Fundo | R$ | 586.803,84 | R$ | 389.310,17 | R$ | 353.161,24 | R$ | 651.763,96 | R$ | 423.208,70 | R$ | 447.458,56 | R$ | 472.739,97 | R$ | 498.740,67 |
| Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e de Suas Entidades | R$ | - | R$ | 684.917,95 | R$ | 458.532,90 | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Outras Transferências dos Estados | R$ | 1.693.633,22 | R$ | - | R$ | 1.332.238,42 | R$ | 1.881.121,13 | R$ | 759.375,90 | R$ | 802.888,14 | R$ | 848.251,32 | R$ | 894.905,14 |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Transferências de Instituições Privadas | R$ | 35.000,00 | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Transferências de Recursos do FUNDEB - Principal | R$ | 6.768.479,60 | R$ | 8.428.299,34 | R$ | 9.068.736,99 | R$ | 9.961.789,23 | R$ | 9.973.310,71 | R$ | 10.544.781,41 | R$ | 11.140.561,56 | R$ | 11.753.292,45 |
| Outras transferencias multigovernamentais | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Transferências do Exterior | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Transferências de Pessoas Físicas | R$ | - | R$ | 2.276,57 | R$ | 88.934,12 | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| **Outras Receitas Correntes** | R$ | 367.528,01 | R$ | 535.190,57 | R$ | 868.670,95 | R$ | 152.349,07 | R$ | 150.474,59 | R$ | 159.096,78 | R$ | 168.085,75 | R$ | 177.330,47 |
| Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais | R$ | 162.768,59 | R$ | 204.129,42 | R$ | 83.070,79 | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Indenizações, Restituições e Ressarcimentos | R$ | 137.164,72 | R$ | 225.051,06 | R$ | 38.939,45 | R$ | 152.349,07 | R$ | 150.474,59 | R$ | 159.096,78 | R$ | 168.085,75 | R$ | 177.330,47 |
| Bens, direitos e valores incorporados ao patrimônio | R$ | - | R$ | 6.726,36 | R$ | 60.551,10 | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| **Demais Receitas Correntes** | R$ | 67.594,70 | R$ | 99.283,73 | R$ | 686.109,61 | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Compensações Financeiras entre o Regime Geral e os Regimes Próprios de Previdência dos Servidores | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Contrapartida de Subvenções ou Subsídios | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Encargos Legais pela Inscrição em Dívida Ativa e Receitas de Ônus de Sucumbência | R$ | - | R$ | 637,30 | R$ | 41.540,94 | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Outras Receitas | R$ | 67.594,70 | R$ | 98.646,43 | R$ | 644.568,67 | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| **Receitas de Capital** | R$ | 13.826.672,00 | R$ | 1.535.645,87 | R$ | 13.888.467,66 | R$ | 7.954.579,46 | R$ | 6.200.000,00 | R$ | 6.555.260,00 | R$ | 6.925.632,19 | R$ | 7.306.541,96 |
| Operações de Crédito | R$ | 5.600.000,00 | R$ | 400.000,00 | R$ | - | R$ | 7.833.504,31 | R$ | 6.000.000,00 | R$ | 6.343.800,00 | R$ | 6.702.224,70 | R$ | 7.070.847,06 |
| **Alienação de Bens** | R$ | - | R$ | - | R$ | 54.819,20 | R$ | 121.075,15 | R$ | 200.000,00 | R$ | 211.460,00 | R$ | 223.407,49 | R$ | 235.694,90 |
| Alienação de Bens Móveis | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | 121.075,15 | R$ | 200.000,00 | R$ | 211.460,00 | R$ | 223.407,49 | R$ | 235.694,90 |
| Alienação de Bens Imóveis | R$ | - | R$ | - | R$ | 54.819,20 | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Amortização de Empréstimos | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| **Transferências de Capital** | R$ | 8.226.672,00 | R$ | 1.135.645,87 | R$ | 13.833.648,46 | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Transferências de Convenios da União e de suas Entidades | R$ | 3.625.357,68 | R$ | 170.000,00 | R$ | 1.902.824,47 | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Transferênciasde Convênio dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades | R$ | 2.216.038,51 | R$ | 965.645,87 | R$ | 4.833.779,11 | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Outras transferências de capital (União, Estado, Municípios) | | | | | R$ | 7.097.044,88 | | | | | | | | | | |
| Transferências dos Municípios e de suas Entidades | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Transferências de Instituições Privadas | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Transferências de Outras Instituições Públicas | R$ | 2.385.275,81 | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Transferências do Exterior | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Transferências de Pessoas Físicas | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| **Outras Receitas de Capital** | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Outras Receitas Diretamente Arrecadadas pelo RPPS - Principal | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Remuneracao de Depósitos Bancários - Principal | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Receitas Correntes Intraorçamentárias - RPPS | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |

| | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Receitas de Capital Intraorçamentárias | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| **( R ) Deduções da Receita** | **R$** | **9.386.726,30** | **R$** | **9.741.044,72** | **R$** | **10.353.761,62** | **R$** | **10.231.363,86** | **R$** | **11.095.167,98** | **R$** | **11.730.921,11** | **R$** | **12.393.718,15** | **R$** | **13.075.372,65** |
| Deduções da Receita de Impostos | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| **Deduções para o FUNDEB** | **R$** | **9.386.726,30** | **R$** | **9.741.044,72** | **R$** | **10.353.761,62** | **R$** | **10.231.363,86** | **R$** | **11.095.167,98** | **R$** | **11.730.921,11** | **R$** | **12.393.718,15** | **R$** | **13.075.372,65** |
| Demais Deduções da Receita Cotrente | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| Demais Deduções da Receita de Capital | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - | R$ | - |
| **TOTAL DA RECEITA** | **R$** | **84.283.869,23** | **R$** | **78.215.315,44** | **R$** | **97.747.089,00** | **R$** | **92.781.800,00** | **R$** | **93.537.773,07** | **R$** | **98.897.487,46** | **R$** | **104.485.195,50** | **R$** | **109.287.283,15** |

IVANIR DA SILVA:83881816968

Assinado de forma digital por IVANIR DA SILVA:83881816968
Dados: 2026.08.21 11:14:17 -03'00'

Ivanir da Silva
Contador - CRC PR 047871/O-8

GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918

Assinado de forma digital por GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918
Dados: 2026.08.21 10:59:43 -03'00'

Gelson Coelho do Rosário
Prefeito

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2027
### Estimativas para a Receita Corrente Líquida

| ESPECIFICAÇÃO | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
|---|---|---|---|---|---|---|
| **I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)** | **86.420.714,29** | **94.212.382,96** | **95.058.584,40** | **98.432.941,05** | **104.073.148,57** | **109.953.281,46** |
| **II - DEDUÇÕES** | **9.741.044,72** | **10.353.761,62** | **10.231.363,86** | **11.095.167,98** | **11.730.921,11** | **12.393.718,15** |
| Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio | - | - | - | - | - | - |
| Compensação Financeira entre Regimes | - | - | - | - | - | - |
| Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários | - | - | - | - | - | - |
| Deduções da Receita para formação do Fundeb | 9.741.044,72 | 10.353.761,62 | 10.231.363,86 | 11.095.167,98 | 11.730.921,11 | 12.393.718,15 |
| **III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb** | - | - | - | - | - | - |
| **IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II+III)** | **76.679.669,57** | **83.858.621,34** | **84.827.220,54** | **87.337.773,07** | **92.342.227,46** | **97.559.563,31** |

IVANIR DA SILVA:83881816968 Assinado de forma digital por IVANIR DA SILVA:83881816968 Dados: 2026.08.21 11:14:57 -03'00'

Ivanir da Silva
Contador - CRC PR 047871/O-8

GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Assinado de forma digital por GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Dados: 2026.08.21 11:00:55 -03'00'

Gelson Coelho do Rosário
Prefeito

MUNICÍPIO DE

# SÃO JORGE D'OESTE

Estado do Paraná www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ 76.995.380/0001-03

## DEMONSTRATIVO X – PROJEÇÃO DE DESPESAS

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**
**ANEXO DE METAS FISCAIS**
**PROJEÇÃO DE DESPESAS**
**2027**

### METAS FISCAIS
### DESPESAS POR NATUREZA DA DESPESA

| Discrinação | Realização | | | Provável | Estimativa | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
| **Despesa Total** | **78.652.002,87** | **83.478.082,34** | **95.441.138,32** | **92.781.800,00** | **99.295.082,36** | **104.984.690,58** | **110.916.325,60** |
| **Despesas Correntes** | **62.936.848,20** | **67.152.612,45** | **74.162.251,15** | **77.682.250,00** | **83.135.543,95** | **87.899.210,62** | **92.865.516,02** |
| Pessoal e Encargos Sociais | 30.582.986,47 | 30.695.076,38 | 36.785.563,76 | 40.732.622,35 | 43.592.052,44 | 46.089.877,04 | 48.693.955,10 |
| Juros e Encargos da Dívida | 1.863.454,16 | 2.209.446,69 | 2.469.503,73 | 1.900.000,00 | 2.033.380,00 | 2.149.892,67 | 2.271.361,61 |
| Outras Despesas Correntes | 30.490.407,57 | 34.248.089,38 | 34.907.183,66 | 35.049.627,65 | 37.510.111,51 | 39.659.440,90 | 41.900.199,31 |
| **Despesas de Capital** | **15.715.154,67** | **16.325.469,89** | **21.278.887,17** | **14.634.550,00** | **15.661.895,41** | **16.559.322,02** | **17.494.923,71** |
| Investimentos | 12.992.797,93 | 11.792.638,89 | 17.075.885,98 | 10.749.550,00 | 11.504.168,41 | 12.163.357,26 | 12.850.586,95 |
| Inversões Financeiras | - | - | - | - | - | - | - |
| Amortização da Dívida | 2.722.356,74 | 4.532.831,00 | 4.203.001,19 | 3.885.000,00 | 4.157.727,00 | 4.395.964,76 | 4.644.336,77 |
| Outras Despesas de Capital | - | - | - | - | | | |
| **Reserva de Contingência** | - | - | - | 465.000,00 | 497.643,00 | 526.157,94 | 555.885,87 |

IVANIR DA SILVA:83881816968 Assinado de forma digital por IVANIR DA SILVA:83881816968 Dados: 2026.08.21 11:15:45 -03'00'

Ivanir da Silva
Contador - CRC PR 047871/O-8

GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Assinado de forma digital por GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Dados: 2026.08.21 11:00:23 -03'00'

Gelson Coelho do Rosário
Prefeito

## DEMONSTRATIVO XI – RESULTADO NOMINAL

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**
**ANEXO DE METAS FISCAIS**
**RESULTADO NOMINAL**
**2027**

### RESULTADO NOMINAL
**Art. 4º, § 2º, II da LRF**

| ESPECIFICAÇÃO | 2023 (a) | 2024 (b) | 2025 (c) | 2026 (d) | 2027 (e) | 2028 (f) | 2029 (g) |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **DÍVIDA CONSOLIDADA (I)** | **16.741.968,62** | **15.019.762,07** | **12.927.402,51** | **21.000.000,00** | **14.896.377,73** | **16.315.721,53** | **16.274.593,41** |
| **DEDUÇÕES (II)** | **22.779.124,63** | **15.869.326,29** | **15.879.657,24** | **15.000.000,00** | **18.176.036,05** | **15.582.994,51** | **16.351.897,76** |
| Ativo Disponível | 22.220.144,08 | 16.338.753,69 | 20.257.921,18 | 15.000.000,00 | 19.605.606,32 | 17.198.891,62 | 18.287.842,50 |
| Haveres Financeiros | 1.007.620,81 | 292.219,42 | 735.644,05 | - | 678.494,76 | 342.621,16 | 471.379,60 |
| (-) Restos a Pagar Processados | 448.640,26 | 515.163,40 | 4.810.934,66 | - | 1.924.912,77 | 1.775.366,02 | 2.245.282,48 |
| (-) Depositos Restituiveis e valores vinculador | - | 246.483,42 | 302.973,33 | - | 183.152,25 | 183.152,25 | 162.041,86 |
| **= DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I-II)** | **(6.037.156,01)** | **(849.564,22)** | **(2.952.254,73)** | **6.000.000,00** | **(3.279.658,32)** | **732.727,02** | **(77.304,35)** |
| RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV) | - | - | - | - | - | - | - |
| PASSIVOS RECONHECIDOS (V) | - | - | - | - | - | - | - |
| **= DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III+IV-V)** | **(6.037.156,01)** | **(849.564,22)** | **(2.952.254,73)** | **6.000.000,00** | **(3.279.658,32)** | **732.727,02** | **(77.304,35)** |
| | **(b-a)** | **(c-b)** | **(d-c)** | **(e-d)** | **(f-e)** | **(g-f)** | **(g-f)** |
| **RESULTADO NOMINAL** | **7.730.811,82** | **(5.187.591,79)** | **2.102.690,51** | **(8.952.254,73)** | **9.279.658,32** | **(4.012.385,34)** | **810.031,37** |

Notas:
a) O Cálculo da Meta de Resultado Nominal obedeceu à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, por meio de Portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

IVANIR DA SILVA:83881816968 Assinado de forma digital por IVANIR DA SILVA:83881816968 Dados: 2026.08.21 11:16:23 -03'00'

Ivanir da Silva
Contador - CRC PR 047871/O-8

GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Assinado de forma digital por GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Dados: 2026.08.21 11:00:42 -03'00'

Gelson Coelho do Rosário
Prefeito

MUNICÍPIO DE

# SÃO JORGE D'OESTE

Estado do Paraná www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ 76.995.380/0001-03

## DEMONSTRATIVO I – METAS ANUAIS

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**

**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**METAS ANUAIS**

**2027**

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º) R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | 2027 | | | | 2028 | | | | 2029 | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | Valor Corrente (b) | Valor Constante | % PIB (b / PIB) x 100 | % RCL (b / RCL) x 100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (c / PIB) x 100 | % RCL (c / RCL) x 100 | Valor Corrente (c) | Valor Constante | % PIB (c / PIB) x 100 | % RCL (c / RCL) x 100 |
| Receita Total | 93.537.773,07 | 93.537.773,07 | 0,0007048 | 107,10% | 98.897.487,46 | 94.911.918,72 | 0,0007306 | 107,10% | 104.485.195,50 | 100.274.442,13 | 0,0007567 | 113,15% |
| Receitas Primárias (I) | 82.667.372,85 | 82.667.372,85 | 0,0006229 | 94,65% | 87.404.213,31 | 83.881.823,51 | 0,0006457 | 94,65% | 92.342.551,36 | 88.621.146,54 | 0,0006688 | 100,00% |
| Receitas Primárias Correntes | 82.467.372,85 | 82.467.372,85 | 0,0006214 | 94,42% | 87.192.753,31 | 83.678.885,35 | 0,0006441 | 94,42% | 92.119.143,87 | 88.406.742,37 | 0,0006671 | 99,76% |
| Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 10.852.526,98 | 10.852.526,98 | 0,0000818 | 12,43% | 11.474.376,77 | 11.011.959,39 | 0,0000848 | 12,43% | 12.122.679,06 | 11.634.135,09 | 0,0000878 | 13,13% |
| Transferências Correntes | 71.614.845,87 | 71.614.845,87 | 0,0005396 | 82,00% | 75.718.376,54 | 72.666.925,96 | 0,0005593 | 82,00% | 79.996.464,81 | 76.772.607,28 | 0,0005793 | 86,63% |
| Demais Receitas Primárias Correntes | 0,00 | 0,00 | - | 0,00% | 0,00 | 0,00 | - | 0,00% | 0,00 | 0,00 | - | 0,00% |
| Receitas Primárias de Capital | 200.000,00 | 200.000,00 | 0,0000015 | 0,23% | 211.460,00 | 202.938,16 | 0,0000016 | 0,23% | 223.407,49 | 214.404,17 | 0,0000016 | 0,24% |
| Despesa Total | 99.295.082,36 | 99.295.082,36 | 0,0007482 | 113,69% | 104.984.690,58 | 100.753.807,55 | 96.693.429,10 | 113,69% | 6.478.817,21 | 6.217.720,88 | 0,0000469 | 7,02% |
| Despesas Primárias (II) | 92.606.332,36 | 92.606.332,36 | 0,0006978 | 106,03% | 97.912.675,20 | 93.966.794,39 | 0,0007233 | 106,03% | 95.259.503,78 | 91.420.545,78 | 0,0006899 | 103,16% |
| Despesas Primárias Correntes | 81.102.163,95 | 81.102.163,95 | 0,0006111 | 92,86% | 85.749.317,94 | 82.293.620,43 | 0,0006334 | 92,86% | 83.425.740,95 | 80.063.683,59 | 0,0006042 | 90,34% |
| Pessoal e Encargos Sociais | 43.592.052,44 | 43.592.052,44 | 0,0003285 | 49,91% | 46.089.877,04 | 44.232.455,00 | 0,0003405 | 49,91% | 44.840.964,74 | 43.033.873,86 | 0,0003247 | 48,56% |
| Outras Despesas Correntes | 37.510.111,51 | 37.510.111,51 | 0,0002826 | 42,95% | 39.659.440,90 | 38.061.165,43 | 0,0002930 | 42,95% | 38.584.776,21 | 37.029.809,72 | 0,0002794 | 41,78% |
| Despesas Primárias de Capital | 11.504.168,41 | 11.504.168,41 | 0,0000867 | 13,17% | 12.163.357,26 | 11.673.173,96 | 0,0000899 | 13,17% | 11.833.762,83 | 11.356.862,19 | 0,0000857 | 12,82% |
| Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias | 0,00 | 0,00 | - | 0,00% | 0,00 | 0,00 | - | 0,00% | 0,00 | 0,00 | - | 0,00% |
| Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II) | -9.938.959,51 | -9.938.959,51 | (0,0000749) | -11,38% | -10.508.461,89 | -10.084.970,88 | (0,0000776) | -11,38% | -2.916.952,42 | -2.799.399,24 | (0,0000211) | -3,16% |
| Dívida Pública Consolidada (DC) | 14.896.377,73 | 14.896.377,73 | 0,0001122 | 17,06% | 16.315.721,53 | 15.658.197,95 | 0,0001205 | 17,67% | 16.274.593,41 | 15.618.727,30 | 0,0001179 | 17,62% |
| Dívida Consolidada Líquida (DCL) | -3.279.658,32 | -3.279.658,32 | (0,0000247) | -3,76% | 732.727,02 | 703.198,12 | 0,0000054 | 0,79% | -77.304,35 | -74.188,98 | (0,0000006) | -0,08% |
| Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha | 9.279.658,32 | 9.279.658,32 | 0,0000699 | 10,63% | -4.012.385,34 | -3.850.686,21 | (0,0000296) | -4,35% | 810.031,37 | 777.387,10 | 0,0000059 | 0,88% |

FONTE:

| Parâmetros | 2027 | 2028 | 2029 |
|---|---|---|---|
| PIB nominal | 13.271.850.000.000 | 13.537.287.000.000 | 13.808.032.740.000 |
| Receita Corrente Líquida - RCL | 87.337.773,07 | 92.342.227,46 | 97.559.563,31 |

IVANIR DA SILVA:83881816968 Assinado de forma digital por IVANIR DA SILVA:83881816968 Dados: 2026.08.21 11:17:01 -03'00'

Ivanir da Silva

Contador - CRC PR 047871/O-8

GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Assinado de forma digital por GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Dados: 2026.08.21 11:00:58 -03'00'

Gelson Coelho do Rosário

Prefeito

**DEMONSTRATIVO XII – RESULTADO PRIMÁRIO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**
**ANEXO DE METAS FISCAIS**
**RESULTADO PRIMÁRIO**
**2027**

## RESULTADO PRIMÁRIO

| RECEITAS PRIMÁRIAS | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 | 2028 | 2029 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| **RECEITAS CORRENTES (I)** | **73.432.501,06** | **77.637.048,64** | **83.858.621,28** | **84.696.472,41** | **87.207.024,94** | **92.342.227,46** | **97.559.563,31** |
| **Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria** | **7.016.095,66** | **8.873.129,95** | **10.166.391,06** | **9.237.384,86** | **10.852.526,98** | **11.474.376,77** | **12.122.679,06** |
| IPTU | 708.061,86 | 817.482,72 | 1.006.767,45 | 786.445,44 | 1.039.822,60 | 1.099.404,43 | 1.161.520,78 |
| ISS | 2.161.515,84 | 3.791.397,44 | 3.447.102,06 | 3.845.395,29 | 4.125.944,72 | 4.362.361,35 | 4.608.834,76 |
| ITBI | 1.478.371,65 | 1.305.207,40 | 1.675.933,41 | 1.642.029,76 | 1.699.250,26 | 1.796.617,30 | 1.898.126,18 |
| IRRF | 2.338.669,59 | 2.616.113,39 | 3.659.541,16 | 2.597.564,06 | 3.577.123,09 | 3.782.092,25 | 3.995.780,46 |
| Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria | 329.476,72 | 342.929,00 | 377.046,98 | 365.950,32 | 410.386,31 | 433.901,44 | 458.416,88 |
| **Contribuições** | **805.727,92** | **961.222,44** | **1.108.234,59** | **1.042.233,51** | **1.174.537,90** | **1.241.838,92** | **1.312.002,82** |
| **Receita patrimonial** | **1.572.816,16** | **1.854.572,95** | **2.511.904,09** | **1.746.929,43** | **2.488.891,91** | **2.631.505,42** | **2.780.185,48** |
| Aplicações Financeiras (II) | 1.565.119,18 | 1.838.307,02 | 2.505.304,70 | 1.738.380,38 | 2.475.858,68 | 2.617.725,38 | 2.765.626,87 |
| Outras Receitas Patrimoniais | 7.696,98 | 16.265,93 | 6.599,39 | 8.549,05 | 13.033,23 | 13.780,04 | 14.558,61 |
| **Transferências correntes** | **62.657.919,15** | **64.516.840,83** | **68.246.011,12** | **71.393.085,51** | **71.484.097,75** | **75.718.376,54** | **79.996.464,80** |
| Cota-Parte do FPM | 16.609.589,83 | 19.228.518,83 | 21.279.403,98 | 18.448.298,00 | 23.394.877,34 | 24.735.403,81 | 26.132.954,13 |
| Cota-Parte do ICMS | 28.194.505,41 | 28.332.446,17 | 29.699.276,32 | 31.315.682,27 | 30.791.642,00 | 32.556.003,09 | 34.395.417,26 |
| Cota-Parte do IPVA | 2.304.336,62 | 2.372.183,68 | 2.539.992,94 | 2.559.430,37 | 1.959.958,47 | 2.072.264,09 | 2.189.347,01 |
| Cota-Parte do ITR | 143.694,10 | 139.707,79 | 148.523,59 | 159.601,27 | 164.291,89 | 173.705,81 | 183.520,19 |
| Transferências da LC 87/1996 | 322.406,97 | 346.111,07 | 365.303,55 | 358.097,94 | 405.506,33 | 428.741,85 | 452.965,76 |
| Transferências da LC 61/1989 | | | | | | | |
| Transferências do FUNDEB | 6.768.479,60 | 8.428.299,34 | 9.068.736,99 | 9.961.789,23 | 9.973.310,71 | 10.544.781,41 | 11.140.561,56 |
| Outras transferências correntes | 8.314.906,62 | 5.669.573,95 | 15.498.535,37 | 18.821.550,30 | 15.889.678,99 | 16.938.397,58 | 17.895.417,04 |
| **Demais receitas correntes** | **1.379.942,17** | **1.431.282,47** | **1.826.080,42** | **1.276.839,10** | **1.206.970,41** | **1.276.129,81** | **1.348.231,14** |
| Outras Receitas Financeiras (III) | | | | | | | |
| Receitas Correntes Restantes | 1.379.942,17 | 1.431.282,47 | 1.826.080,42 | 1.276.839,10 | 1.206.970,41 | 1.276.129,81 | 1.348.231,14 |
| **RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)** | **71.867.381,88** | **75.798.741,62** | **81.353.316,58** | **82.958.092,03** | **84.731.166,26** | **89.724.502,08** | **94.793.936,44** |
| **RECEITAS DE CAPITAL (V)** | **5.600.000,00** | **400.000,00** | **13.888.467,66** | **7.954.579,46** | **6.200.000,00** | **6.555.260,00** | **6.925.632,19** |
| **Operações de Crédito (VI)** | **5.600.000,00** | **400.000,00** | **-** | **7.833.504,31** | **6.000.000,00** | **6.343.800,00** | **6.702.224,70** |
| Amortização de Empréstimos (VII) | | | | | | | |

**DEMONSTRATIVO III – METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**
**ANEXO DE METAS FISCAIS**
**METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES**
**2027**

AMF – Tabela 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II) R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CORRENTES | | | | | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| | 2024 | % | 2025 | % | 2026 | % | 2027 Referência | % | 2028 | % | 2029 | % |
| Receita Total | 78.215.315,44 | -7,20% | 97.747.089,00 | 24,97% | 92.781.800,00 | -5,08% | 93.537.773,07 | 0,81% | 104.485.195,50 | 11,70% | 109.287.283,15 | 4,60% |
| Receitas Primárias (I) | 75.798.741,62 | 5,47% | 95.241.784,24 | 25,65% | 83.079.167,18 | -12,77% | 84.931.166,26 | 2,23% | 89.935.962,08 | 5,89% | 95.017.343,93 | 5,65% |
| Despesa Total | 83.478.082,34 | -0,96% | 97.747.089,00 | 17,09% | 92.781.800,00 | -5,08% | 93.537.773,07 | 0,81% | 104.485.195,50 | 11,70% | 109.287.283,15 | 4,60% |
| Despesas Primárias (II) | 76.735.804,65 | 3,60% | 86.768.633,40 | 13,08% | 86.531.800,00 | -2,52% | 92.606.332,36 | 7,02% | 97.912.675,20 | 5,73% | 103.444.741,35 | 5,65% |
| Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II) | (937.063,03) | -57,38% | 6.473.150,84 | -790,79% | (3.452.632,82) | -153,34% | (7.675.166,10) | 122,30% | (7.976.713,12) | 3,93% | (8.427.397,43) | 5,65% |
| Dívida Pública Consolidada (DC) | 15.019.762,07 | 94,28% | 12.927.402,51 | -13,93% | 21.000.000,00 | 62,45% | 14.896.377,73 | -29,06% | 16.315.721,53 | 9,53% | 16.274.593,41 | -0,25% |
| Dívida Consolidada Líquida (DCL) | (849.564,22) | -105,07% | (2.952.254,73) | 247,50% | 6.000.000,00 | -303,23% | 732.727,02 | -87,79% | 732.727,02 | 0,00% | (77.304,35) | -110,55% |
| Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha | (5.187.591,79) | -14,07% | 2.102.690,51 | -140,53% | (8.952.254,73) | -525,75% | 9.279.658,32 | -203,66% | (4.012.385,34) | -143,24% | 810.031,37 | -120,19% |
| | | | | | | | | | | | | |
| ESPECIFICAÇÃO | VALORES A PREÇOS CONSTANTES | | | | | | | | | | | |
| | 2024 | % | 2025 | % | 2026 | % | 2027 | % | 2028 | % | 2029 | % |
| | | | | | | | | | | | | |
| Receita Total | 89.470.499,33 | -7,20% | 107.727.066,79 | 20,41% | 97.522.949,98 | -9,47% | 93.537.773,07 | -4,09% | 100.671.485,87 | 7,63% | 101.473.242,41 | 0,80% |
| Receitas Primárias (I) | 86.706.180,54 | 5,47% | 104.965.970,41 | 21,06% | 87.324.512,62 | -16,81% | 84.931.166,26 | -2,74% | 86.653.299,46 | 2,03% | 88.223.603,84 | 1,81% |
| Despesa Total | 95.490.578,39 | -0,96% | 107.727.066,79 | 12,81% | 97.522.949,98 | -9,47% | 93.537.773,07 | -4,09% | 100.671.485,87 | 7,63% | 101.473.242,41 | 0,80% |
| Despesas Primárias (III) | 87.778.086,94 | 3,60% | 97.831.910,87 | 11,45% | 90.953.574,98 | -7,03% | 92.606.332,36 | 1,82% | 94.338.862,56 | 1,87% | 96.048.442,35 | 1,81% |
| Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II) | (1.071.906,40) | -57,38% | 7.134.059,54 | -765,55% | (3.629.062,36) | -150,87% | - 7.675.166,10 | 111,49% | - 7.685.563,10 | 0,14% | (7.824.838,51) | 1,81% |
| Dívida Pública Consolidada (DC) | 17.181.105,83 | 94,28% | 14.247.290,31 | -17,08% | 22.073.100,00 | 54,93% | 14.896.377,73 | -32,51% | 15.720.197,69 | 5,53% | 15.110.959,99 | -3,88% |
| Dívida Consolidada Líquida (DCL) | (971.816,51) | -105,07% | (3.253.679,94) | 234,80% | 6.306.600,00 | -293,83% | 732.727,02 | -88,38% | 705.982,48 | -3,65% | (71.777,09) | -110,17% |
| Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha | (5.934.086,25) | -14,07% | 2.317.375,21 | -139,05% | (9.409.714,95) | -506,05% | 9.279.658,32 | -198,62% | - 3.865.933,27 | -141,66% | 752.114,12 | -119,45% |

IVANIR DA SILVA:83881816968 Assinado de forma digital por IVANIR DA SILVA:83881816968 Dados: 2026.08.21 11:21:42 -03'00'

Ivanir da Silva
Contador - CRC PR 047871/O-8

GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Assinado de forma digital por GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Dados: 2026.08.21 11:01:37 -03'00'

Gelson Coelho do Rosário
Prefeito

**DEMONSTRATIVO II – AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**
**ANEXO DE METAS FISCAIS**
**AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**
**2027**

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I) R$ 1,00

| ESPECIFICAÇÃO | Metas Previstas em 2025 (a) | % PIB | Realizadas em 2025 (b) | % PIB | Variação | |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | | | Valor (c) = (b-a) | % (c/a) x 100 |
| Receita Total | 80.300.257,75 | 0,0000063 | 97.747.089,00 | 0,0000077 | 17.446.831,25 | 21,727 |
| Receitas Primárias (I) | 70.662.785,53 | 0,0000056 | 95.241.784,24 | 0,0000075 | 24.578.998,71 | 34,784 |
| Despesa Total | 80.300.257,75 | 0,0000063 | 95.441.138,32 | 0,0000075 | 15.140.880,57 | 18,855 |
| Despesas Primárias (II) | 75.561.905,03 | 0,0000059 | 88.768.633,40 | 0,0000070 | 13.206.728,37 | 17,478 |
| Resultado Primário (III) = (I–II) | (4.899.119,50) | (0,0000004) | 6.473.150,84 | 0,0000005 | 11.372.270,34 | -232,13 |
| Resultado Nominal | (3.000.000,00) | (0,0000002) | 2.102.690,51 | 0,0000002 | 5.102.690,51 | -170,09 |
| Dívida Pública Consolidada | 16.000.000,00 | 0,0000013 | 12.927.402,51 | 0,0000010 | -3.072.597,49 | -19,20 |
| Dívida Consolidada Líquida | 13.000.000,00 | 0,0000010 | (2.952.254,73) | (0,0000002) | -15.952.254,73 | -122,71 |

IVANIR DA SILVA:83881816968 Assinado de forma digital por IVANIR DA SILVA:83881816968 Dados: 2026.08.21 11:22:41 -03'00'

Ivanir da Silva
Contador - CRC PR 047871/O-8

GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Assinado de forma digital por GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Dados: 2026.08.21 11:01:58 -03'00'

Gelson Coelho do Rosário
Prefeito

**DEMONSTRATIVO IV – EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**
**ANEXO DE METAS FISCAIS**
**EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
**2027**

AMF - Tabela 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | 2025 | % | 2024 | % | 2023 | % |
|---|---|---|---|---|---|---|
| Patrimônio/Capital | | | | | | |
| Reservas | | | | | | |
| Resultado Acumulado | 144.952.003,90 | | 128.758.870,71 | | 125.798.937,32 | |
| **TOTAL** | **144.952.003,90** | 12,58% | **128.758.870,71** | 2,35% | **125.798.937,32** | 10,48% |

IVANIR DA SILVA:83881816968 Assinado de forma digital por IVANIR DA SILVA:83881816968 Dados: 2026.08.21 11:31:24 -03'00'

Ivanir da Silva
Contador - CRC PR 047871/O-8

GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Assinado de forma digital por GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Dados: 2026.08.21 11:02:31 -03'00'

Gelson Coelho do Rosário
Prefeito

**DEMONSTRATIVO V – ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**
**ANEXO DE METAS FISCAIS**
**ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS**
**2027**

AMF - Tabela 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R$ 1,00

| RECEITAS REALIZADAS | 2025 (a) | 2024 (b) | 2023 (c) |
|---|---|---|---|
| **RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)** | **78.404,18** | **31.920,25** | **163.457,13** |
| Alienação de Bens Móveis | | - | 114.287,00 |
| Alienação de Bens Imóveis | 54.819,20 | - | - |
| Alienação de Bens Intangíveis | | | |
| Rendimentos de Aplicações Financeiras | 23.584,98 | 31.920,25 | 49.170,13 |
| | | | |
| **DESPESAS LIQUIDADAS** | **2025 (d)** | **2024 (e)** | **2023 (f)** |
| **APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)** | **401.239,58** | **62.293,50** | **236.598,28** |
| **DESPESAS DE CAPITAL** | **401.239,58** | **62.293,50** | **236.598,28** |
| Investimentos | 401.239,58 | 62.293,50 | 236.598,28 |
| Inversões Financeiras | - | - | - |
| Amortização da Dívida | | - | - |
| **DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.** | **0** | **0** | **0** |
| Regime Geral de Previdência Social | | | |
| Regimes Próprios dos Servidores Públicos | | | |
| **SALDO FINANCEIRO** | **(g) = ((Ia - IId) + IIIh)** | **(h) = ((Ib - IIe) + IIIi)** | **(i) = (Ic-IIf)** |
| **VALOR (III)** | **48.980,10** | **371.815,50** | **402.188,75** |

Fontes: 105, 304 e 501.

IVANIR DA SILVA:83881816968 Assinado de forma digital por IVANIR DA SILVA:83881816968 Dados: 2026.08.21 11:31:58 -03'00'

Ivanir da Silva
Contador - CRC PR 047871/O-8

GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Assinado de forma digital por GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Dados: 2026.08.21 11:02:51 -03'00'

Gelson Coelho do Rosário
Prefeito

**DEMONSTRATIVO VI – ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**
**ANEXO DE METAS FISCAIS**
**ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA**
**2027**

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R$ 1,00

| TRIBUTO | MODALIDADE | Setores Programas Beneficiário | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA | | | COMPENSAÇÃO |
|---|---|---|---|---|---|---|
| | | | 2027 | 2028 | 2029 | |
| IPTU | Outros benefícios | Aposentados, igrejas, templos e associações | 32.000,00 | 33.635,20 | 34.990,70 | Atualização da planta de valores e medidas de cobrança dos créditos tributários |
| IPTU | Outros benefícios | Geral | 21.550,00 | 22.651,21 | 23.564,05 | |
| | | | | | | |
| TOTAL | | | 53.550,00 | 56.286,41 | 58.554,75 | - |

IVANIR DA SILVA:83881816968 Assinado de forma digital por IVANIR DA SILVA:83881816968 Dados: 2026.08.21 11:33:24 -03'00'

Ivanir da Silva
Contador - CRC PR 047871/O-8

GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Assinado de forma digital por GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Dados: 2026.08.21 11:03:12 -03'00'

Gelson Coelho do Rosário
Prefeito

**DEMONSTRATIVO VII – MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**
**ANEXO DE METAS FISCAIS**
**MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO**
**2027**

AMF - Tabela 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R$ 1,00

| EVENTO | 2027 |
|---|---|
| Aumento Permanente da Receita | 755.973,07 |
| (-) Aumento referente a transferências constitucionais | - |
| (-) Aumento referente a transferências do FUNDEF | 11.521,48 |
| Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I) | 744.451,59 |
| Redução Permanente de Despesa (II) | - |
| Margem Bruta (III) = (I+II) | 744.451,59 |
| Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV) | 2.859.430,09 |
| Novas DOCC (correção do salário mínimo e reajuste salarial) | 2.859.430,09 |
| Novas DOCC geradas por PPP | |
| Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV) | (2.114.978,50) |

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa permanente sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.
O aumento permanente de receita é entendido como aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição (§ 3º, do art. 17, da LRF). A presente estimativa considera como ampliação da base de cálculo o crescimento real da atividade econômica, dado que se refere à elevação da grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para se obter o montante a ser arrecadado, assim como os efeitos da legislação sobre a arrecadação total.
Por sua vez, considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (caput do art. 17, da LRF). Contabilizou-se também o aumento das despesas permanentes de caráter obrigatório que terão impacto em 2017. Tal aumento foi provocado basicamente pela correção real do valor do salário-mínimo, reposição salarial.

IVANIR DA SILVA:83881816968 Assinado de forma digital por IVANIR DA SILVA:83881816968 Dados: 2026.08.21 11:33:59 -03'00'

Ivanir da Silva
Contador - CRC PR 047871/O-8

GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Assinado de forma digital por GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Dados: 2026.08.21 11:03:39 -03'00'

Gelson Coelho do Rosário
Prefeito

**DEMONSTRATIVO VIII – DÍVIDA PÚBLICA**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**
**ANEXO DE METAS FISCAIS**
**DÍVIDA PÚBLICA**
**2027**

**METAS FISCAIS**
**DÍVIDA PÚBLICA**

| ESPECIFICAÇÃO | REALIZDO | REALIZADO | REALIZADO | FIXADO | ESTIMADO |
|---|---|---|---|---|---|
| | 2023 | 2024 | 2025 | 2026 | 2027 |
| **RECEITAS CORRENTES** | **79.843.923,53** | **86.420.714,29** | **94.212.382,96** | **95.058.584,40** | **98.432.941,05** |
| | | | | | |
| **DÍVIDA FUNDADA** | **23.733.393,63** | **20.202.930,27** | **20.996.032,90** | **21.000.000,00** | **20.732.987,72** |
| | | | | | |
| % em relação à receita | 29,7 | 23,4 | 22,3 | 22,1 | 21,1 |
| | | | | | |
| **DÍVIDA FLUTUANTE** | **2.692.652,65** | **3.205.578,14** | **7.827.105,01** | **4.575.111,93** | **5.202.598,36** |
| | | | | | |
| % em relação à receita corrente | 3,4 | 3,7 | 8,3 | 4,8 | 5,3 |

IVANIR DA SILVA:83881816968 Assinado de forma digital por IVANIR DA SILVA:83881816968 Dados: 2026.08.21 11:34:28 -03'00'

Ivanir da Silva
Contador - CRC PR 047871/O-8

GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Assinado de forma digital por GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Dados: 2026.08.21 11:04:02 -03'00'

Gelson Coelho do Rosário
Prefeito

**Metodologia e Memoria de Cálculo da Principais Despesas**
**LDO 2027**

**Pessoal e encargos sociais**

| Metas Anuais | Valor nominal | Variação Percentual % |
|---|---|---|
| 2022 | 29.324.437,35 | 23,349 |
| 2023 | 30.582.986,47 | 4,292 |
| 2024 | 30.695.076,38 | 0,367 |
| 2025 | 36.785.563,76 | 19,842 |
| 2026 | 40.732.622,35 | 10,730 |
| 2027 | 43.592.052,44 | 7,020 |

Nota: O aumento das despesas com pessoal decorre dos reajustes salariais dos servidores e da implementação de vantagens decorrentes do plano de cargos e carreira.

**Juros e encargos da dívida**

| Metas Anuais | Valor nominal | Variação Percentual % |
|---|---|---|
| 2022 | 987.500,00 | 48,756 |
| 2023 | 1.863.454,16 | 88,704 |
| 2024 | 2.209.446,69 | 18,567 |
| 2025 | 2.469.503,73 | 11,770 |
| 2026 | 1.900.000,00 | -23,061 |
| 2027 | 2.033.380,00 | 7,020 |

Nota: O pagamento de juros e encargos da dívida tem se mantido num patamar constante e razoavel demonstrando o empenho do município em honrar seus compromissos.

**Outras despesas correntes**

| Metas Anuais | Valor nominal | Variação Percentual % |
|---|---|---|
| 2022 | 28.539.897,05 | 51,971 |
| 2023 | 30.490.407,57 | 6,834 |
| 2024 | 34.248.089,38 | 12,324 |
| 2025 | 34.907.183,66 | 1,924 |
| 2026 | 35.049.627,65 | 0,408 |
| 2027 | 37.510.111,51 | 7,020 |

Nota: As outras despesas que visam a manutenção da máquina administrativa foi projeta considerando o aumento gradual das receitas na mesma proporção, para apresentar um atendimento adequado a população.

**Investimentos**

| Metas Anuais | Valor nominal | Variação Percentual % |
|---|---|---|
| 2022 | 11.767.115,70 | 60,917 |
| 2023 | 12.992.797,93 | 10,416 |
| 2024 | 11.792.638,89 | -9,237 |
| 2025 | 17.075.885,98 | 44,801 |
| 2026 | 10.749.550,00 | -37,048 |
| 2027 | 11.504.168,41 | 7,020 |

Nota: Com o atendimento básica garantido a população, e com o incremente da arrecadação, bem como com obtenção de recursos junto ao governo estadual e federal, vai ser possível investir na melhoria da infra estrutura do município.

**Amortização da dívida**

| Metas Anuais | Valor nominal | Variação Percentual % |
|---|---|---|
| 2022 | 2.886.846,03 | 37,065 |

| | | |
|---|---|---|
| 2023 | 2.722.356,74 | -5,698 |
| 2024 | 4.532.831,00 | 66,504 |
| 2025 | 4.203.001,19 | -7,276 |
| 2026 | 3.885.000,00 | -7,566 |
| 2027 | 4.157.727,00 | 7,020 |

Nota: O pagamento de amortização da dívida tem se mantido num patamar constante e razoavel demonstrando o empenho do município em hontar seus compromissos.

IVANIR DA SILVA:83881816968 Assinado de forma digital por IVANIR DA SILVA:83881816968 Dados: 2026.08.21 11:35:03 -03'00'

Ivanir da Silva

Contador - CRC PR 047871/O-8

GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Assinado de forma digital por GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Dados: 2026.08.21 11:04:26 -03'00'

Gelson Coelho do Rosário

Prefeito

MUNICÍPIO DE
# SÃO JORGE D'OESTE
Estado do Paraná www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ 76.995.380/0001-03

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS**
**ANEXO DE RISCOS FISCAIS**
**DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**
**2027**

ARF (LRF, art 4º, § 3º) R$ 1,00

| PASSIVOS CONTINGENTES | | PROVIDENCIAS | |
|---|---|---|---|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Demandas Judiciais | 70.000,00 | Diminuição das despesas com pessoal, corte de horas extras e dispensa de servidores não efetivos. | 70.000,00 |
| Dívidas em Processo de Reconhecimento | | | |
| Avais e Garantias Concedidas | | | |
| Assunção de Passivos | | | |
| Assistências Diversas | | | |
| Outros Passivos Contingentes | | | |
| **SUBTOTAL** | **70.000,00** | **SUBTOTAL** | **70.000,00** |

| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS | | PROVIDENCIAS | |
|---|---|---|---|
| Descrição | Valor | Descrição | Valor |
| Frustração de Arrecadação | 500.000,00 | Execução da dívida atíva | 300.000,00 |
| Restituição de Tributos a Maior | 10.000,00 | Execução da dívida atíva | 10.000,00 |
| Discrepância de Projeções: | 500.000,00 | Diminuição das despesas com pessoal | 700.000,00 |
| Outros Riscos Fiscais | | | |
| **SUBTOTAL** | **1.010.000,00** | **SUBTOTAL** | **1.010.000,00** |
| **TOTAL** | **1.080.000,00** | **TOTAL** | **1.080.000,00** |

**Passivos Contingentes**: Possíveis obrigações em processos; ações trabalhistas; indenizatórias; contratuais; de desapropriações; expectativa de despesa por alteração de legislação em curso, etc.
**Riscos Fiscais:** situação de emergência; calamidade pública; frustação de arrecadação de uma receita prevista; contestação judicial de tributo; crise financeira cambial com impacto nos preços; falhas de planejamento na qualificação de necessidades, etc.
**Eventos Fiscais Imprevistos:** fato gerador de desiquilíbrio financeiro não previsto; extinção de tributos; ocorrência de fatos não previstos na execução de obras e serviços e campanhas de saúde, etc.

IVANIR DA SILVA:83881816968 Assinado de forma digital por IVANIR DA SILVA:83881816968 Dados: 2026.08.21 11:35:36 -03'00'

Ivanir da Silva
Contador - CRC PR 047871/O-8

GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Assinado de forma digital por GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Dados: 2026.08.21 11:04:56 -03'00'

Gelson Coelho do Rosário
Prefeito

MUNICÍPIO DE

# SÃO JORGE D'OESTE

Estado do Paraná www.pmsjorge.pr.gov.br | CNPJ 76.995.380/0001-03

**DEMONSTRATIVO XIV – PROJETOS E OBRAS EM ANDAMENTO**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**
**PROJETOS E OBRAS EM ANDAMENTO**
**2027**

| Código | ESPECIFICAÇÃO DO PROJETO | Valor atualizado Projeto/Atividade | Valor Executado | % Executado | SITUAÇÃO ATUAL Observações |
|---|---|---|---|---|---|
| 08.244.0001.1005 | Programa Pão de Cada Dia | **100.000,00** | - | 0,00 | Não Iniciado |
| 08.244.0008.1006 | Programa de distribuição de presentes ás crianças | **80.000,00** | - | 0,00 | Não Iniciado |
| 08.244.0008.1007 | Programa de distribuição de Cestas Básicas | **65.000,00** | **54.400,55** | 83,69 | Executado parcialmente |
| 08.244.0008.1008 | Programa de Auxilio a População Carente | **110.000,00** | **13.205,83** | 12,01 | Executado parcialmente |
| 16.482.0012.1010 | Construção e Infra Estrutura Habitacional | **2.625.000,00** | **69.524,99** | 2,65 | Executado parcialmente |
| 22.661.0017.1016 | Barracões Industriais e Equipamentos | **265.000,00** | - | 0,00 | Não Iniciado |
| 22.661.0017.1017 | Aquisição de Equipamentos | **100.000,00** | - | 0,00 | Não Iniciado |
| 22.661.0017.1018 | Aquisição de Imóveis | **760.000,00** | - | 0,00 | Não Iniciado |
| 17.511.0018.1028 | Saneamento Basico Rural | **42.000,00** | **9.803,67** | 23,34 | Executado parcialmente |
| 20.605.0016.1029 | Programa de formento a produção de hortifrutigranjeiros | **45.000,00** | | 0,00 | Não Iniciado |
| 20.606.0016.1030 | Programa Porteira Adentro | **170.000,00** | - | 0,00 | Não Iniciado |
| 20.606.0016.1031 | Programa de Melhorias em Propriedades Rurais | **205.000,00** | **3.499,31** | 1,71 | Executado parcialmente |
| 18.544.0016.1038 | Programa de Proteção de Fontes | **60.000,00** | | 0,00 | Não Iniciado |
| 10.301.0011.1049 | Construção e reformas de unidade de saúde | **1.510.339,57** | **502.522,65** | 33,27 | Executado parcialmente |
| 10.512.0018.1051 | Saneamento Basico Urbano | **58.450,00** | - | 0,00 | Não Iniciado |
| 17.512.0012.1051 | Saneamento Basico Urbano | **15.000,00** | - | 0,00 | Não Iniciado |
| 15.451.0010.1057 | Pavimentação urbana | **5.653.818,51** | **3.217.864,72** | 56,91 | Executado parcialmente |
| 15.452.0010.1058 | Obras, instalações e revitalização de espaços públicos | **1.032.500,00** | **56.080,04** | 5,43 | Executado parcialmente |
| 26.451.0010.1059 | Rota da trafegabilidade | **1.140.000,00** | - | 0,00 | Não Iniciado |
| 26.782.0009.1060 | Programa Estrada do Agricultor | **2.954.362,73** | **754.108,60** | 25,53 | Executado parcialmente |
| 26.782.0009.1061 | Aquisição de máquinas e equipamentos para o departamento rodoviário | **1.895.040,65** | **1.119.000,00** | 59,05 | Executado parcialmente |

IVANIR DA SILVA:83881816968 Assinado de forma digital por IVANIR DA SILVA:83881816968 Dados: 2026.08.21 11:04:20 -03'00'

Ivanir da Silva
Contador - CRC PR 047871/O-8

GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Assinado de forma digital por GELSON COELHO DO ROSARIO:06473321918 Dados: 2026.08.21 11:05:20 -03'00'

Gelson Coelho do Rosário
Prefeito

**Memorando** 3.425/2026

SÃO JORGE D'OESTE

Responder apenas via 1Doc

Camille S. [ASJ]

Para
[CV]

CC

3 setores envolvidos
[ASJ] [CV] [DA]
21/08/2026 11:43

# PROJETO DE LEI N. 16/2026

Bom dia!

Segue em anexo o Projeto de Lei n. 16/2026.

Atenciosamente,

–
**Camille Barbara Sangaletti**
*Assessora Jurídica do Gabinete*

| | |
|---|---|
| Anexos_LDO_2027_com_timbre.rar (864,13 KB) | 1 download |
| PROJETO_DE_LEI.pdf (4,95 MB) | 1 download |

Quem já visualizou? 2 ou mais pessoas

**Despacho 1- 3.425/2026**
21/08/2026 15:45
(Encaminhado)

Leandro J. [CV]

[DA]
*A/C Leandro J.*
CC

–
***Leandro Pagliari Jacobs***
*Diretor Administrativo*
*Poder Legislativo Municipal*

Quem já visualizou? 1 pessoa

**DESPACHO À ASSESSORIA JURÍDICA**

Prezada Assessora Jurídica da Mesa Diretora, encaminhamos por meio deste o **Projeto de Lei nº 16/2026** de autoria do Executivo Municipal que "*Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO para o exercício financeiro de 2027 do Município de São Jorge D'Oeste e dá outras providências*" para vossa análise e parecer, bem como encaminhamentos necessários às Comissões Permanentes desta casa legislativa, e que após aprovação das Comissões, retornem o projeto, os pareceres e seus anexos para encaminhamento ao plenário.

**Observação:** Anexo à este despacho encaminho Relatório Técnico realizado após analise do Projeto de Lei em tela, bem como íntegra da Lei Complementar nº. 101 (LRF).

Atenciosamente,

São Jorge D'Oeste, 25 de Agosto de 2026.

**LEANDRO PAGLIARI JACOBS.**
*Diretor Administrativo*

Recebi em: 26/08/26
Às 08 h 00 min.
Assinatura: _____
Fernanda Maroneze
Advogada
OAB/PR 76.847

# RELATÓRIO TÉCNICO

## ANÁLISE DO PROJETO DE LEI Nº. 16/2026
## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2027

Município de São Jorge D'Oeste - Paraná

Objeto da análise: Projeto de Lei nº 16/2026 e Anexos da LDO - 2027

## RELATÓRIO PARA SUBSIDIAR A ATUAÇÃO DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Elaborado por: **LEANDRO PAGLIARI JACOBS – DIRETOR ADMINISTRATIVO**

## 1. OBJETIVO E ESCOPO

Este relatório consolida a análise documental realizada sobre o Projeto de Lei nº 16/2026, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2027, e sobre o arquivo de Anexos da LDO 2027 encaminhado juntamente com o projeto.

Foram examinados: a estrutura do projeto; as remissões internas; as regras de execução e alteração orçamentária; o regime de duodécimos; as disposições sobre pessoal, dívida e renúncia de receita; os demonstrativos de metas fiscais; as projeções de receita e despesa; a dívida pública; os riscos fiscais; a margem de expansão de despesas obrigatórias; e o quadro de projetos e obras em andamento.

A análise é de natureza técnica e documental. Ela não substitui parecer jurídico formal nem a conferência com a Lei Orgânica, o Regimento Interno, o PPA 2026/2029, a LOA 2026, a legislação municipal específica e os atos/decisões atualizados do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Fontes documentais: Projeto de Lei nº 16/2026, especialmente arts. 1º a 58 e justificativa (pp. 1-23); Anexos da LDO 2027, pp. 1-21.

## 2. RESUMO EXECUTIVO

Conclusão geral: recomenda-se que o projeto não seja aprovado em sua redação atual sem o saneamento das inconsistências abaixo. O principal problema é que os próprios anexos fiscais não convergem entre si, havendo diferenças materiais em receita, despesa, resultado primário e demais indicadores, além de contradições entre o texto do projeto e os valores anexos.

Os pontos de maior risco são: (1) art. 23, §1º, que prevê redução do repasse ao Legislativo em caso de limitação de empenho; (2) art. 23, §4º, que trata saldo financeiro da Câmara como antecipação de repasse do exercício seguinte; (3) art. 29, que contém autorização ampla para transposição, remanejamento, transferência e créditos suplementares por decreto; (4) reserva de contingência inferior ao mínimo estabelecido pelo próprio art. 14; (5) divergências relevantes entre os demonstrativos fiscais; (6) margem líquida negativa de expansão de DOCC; (7) compensação da renúncia de receita sem quantificação suficiente; e (8) referência a um Capítulo IX que não aparece no projeto analisado.

## 3. QUADRO DE ACHADOS POR GRAVIDADE

| Gravidade | Achado | Risco | Recomendação |
|---|---|---|---|
| CRÍTICO | Demonstrativos fiscais com valores incompatíveis. | LDO sem base fiscal coerente; risco de apontamentos e execução baseada em metas conflitantes. | Refazer todos os demonstrativos a partir de uma única planilha-base. |
| CRÍTICO | Reserva de contingência abaixo de 1% da RCL, embora o próprio projeto exija 1%. | Contradição entre texto legal e anexo. | Recalcular a reserva ou revisar fundamentadamente o dispositivo legal. |
| ALTO | Art. 54, §4º remete a Capítulo IX inexistente no texto analisado. | Erro de remissão e possível lacuna sobre emendas. | Corrigir a numeração ou inserir a disciplina faltante. |
| ALTO | Margem líquida de expansão de DOCC negativa. | Novas despesas permanentes sem cobertura suficiente na margem demonstrada. | Reavaliar origem da receita, compensações e impactos. |
| ALTO | Renúncia de receita com compensação genérica. | Risco de insuficiência de demonstração exigida pela LRF. | Quantificar a compensação e a memória de cálculo. |

| | | | |
|---|---|---|---|
| ALTO | Projetadas operações de crédito de R$ 6 milhões em 2027 sem detalhamento suficiente. | Risco de superestimação da receita e de pressão sobre endividamento. | Apresentar cronograma, finalidade, autorização e impacto na dívida. |
| MÉDIO | Indícios de reaproveitamento de modelo antigo: **FUNDEF**, ano 2017, tabelas deslocadas. | Erros materiais e perda de confiabilidade do documento. | Fazer revisão integral dos anexos e textos antes da votação. |
| MÉDIO | Quadro de projetos em andamento mistura obras, programas e aquisições e não demonstra claramente saldo para conclusão. | Dificulta verificar o cumprimento da regra de priorização dos projetos em andamento. | Apresentar cronograma físico-financeiro por projeto/obra. |

## 4. ANÁLISE DETALHADA DOS PRINCIPAIS PROBLEMAS

### 4.1. *Reserva de contingência - contradição entre texto e anexo*

O art. 14, §1°, determina reserva de contingência mínima de 1% da Receita Corrente Líquida. A RCL de 2027 informada nos anexos é de R$ 87.337.773,07, de modo que 1% corresponde a R$ 873.377,73.

Entretanto, o quadro de projeção de despesas informa reserva de contingência de R$ 497.643,00. A diferença é de R$ 375.734,73. É necessário corrigir os valores ou alterar fundamentadamente a redação.

*Fontes: Projeto, art. 14, §1°, p. 7; Anexos LDO, Demonstrativo de RCL e Projeção de Despesas, pp. 5-6.*

### 4.2. *Despesas totais de 2027 não coincidem entre os demonstrativos*

O Demonstrativo X de Projeção de Despesas apresenta despesa total de R$ 99.295.082,36 para 2027. Já o Demonstrativo III apresenta despesa total de R$ 93.537.773,07 para o mesmo ano. A diferença é de R$ 5.757.309,29. Não se trata de arredondamento. É necessária revisão da planilha-base e das fórmulas que geraram os demonstrativos.

*Fonte: Anexos LDO, Projeção de Despesas (p. 6) e Metas Fiscais Comparadas (p. 11).*

### 4.3. *Resultado primário de 2027 diverge entre os anexos*

O Demonstrativo XII apresenta resultado primário de -R$ 7.675.166,10 para 2027, enquanto o Demonstrativo I apresenta -R$ 9.938.959,51. A diferença aproximada é de R$ 2.263.793,41. Como a LDO precisa estabelecer uma meta fiscal coerente, os dois valores não podem permanecer no mesmo documento.

*Fonte: Anexos LDO, Demonstrativo XII, p. 10; Demonstrativo I, p. 8.*

### 4.4. Operações de crédito projetadas em R$ 6 milhões para 2027

A memória de receita projeta R$ 6.000.000,00 de operações de crédito em 2027. O documento deve demonstrar, de forma conciliada, autorização, finalidade, cronograma de ingresso, condições da operação, serviço da dívida e impacto sobre o estoque da dívida. Recomenda-se exigir uma memória específica de endividamento.

*Fonte: Anexos LDO, Memória de Cálculo da Projeção de Receitas, p. 3.*

### 4.5. *Renúncia de receita e compensação insuficientemente quantificada*

O Demonstrativo VI prevê renúncias de R$ 53.550,00 em 2027, R$ 56.286,41 em 2028 e R$

58.554,75 em 2029, indicando como compensação "Atualização da planta de valores e medidas de cobrança dos créditos tributários". A compensação está descrita de forma genérica e sem valor individualizado. Recomenda-se apresentar a memória de cálculo da arrecadação adicional esperada e sua correspondência com a renúncia.

*Fonte: Anexos LDO, Demonstrativo VI, p. 15.*

### 4.6. *Indícios de reaproveitamento de modelo antigo*

Há referência a "FUNDEF" em vez de FUNDEB e há trecho que menciona impacto em "2017" em um documento de LDO 2027. Esses elementos indicam revisão incompleta do modelo. Há também indícios de deslocamento de colunas e anos em demonstrativos. Recomenda-se conferência integral antes da votação.

*Fonte: Anexos LDO, p. 16, e demais demonstrativos.*

### 4.7. *Possível ausência do Anexo III de Metas e Prioridades*

O art. 4º do projeto afirma que as metas e prioridades de 2027 estão estruturadas no Anexo III, mas, no conjunto de anexos disponibilizado para esta análise, não foi localizado o título "ANEXO III" nem a identificação de "METAS E PRIORIDADES". O ponto deve ser conferido na versão oficial completa dos autos. Se o anexo realmente não estiver juntado, a documentação deve ser complementada antes da votação.

*Fonte: Projeto, art. 4º, pp. 3; conferência do arquivo de Anexos LDO.*

### 4.8. *Art. 54, §4º - remissão a Capítulo IX inexistente*

O art. 54, §4º, remete ao regime de execução tratado no Capítulo IX. No texto analisado não foi localizado Capítulo IX. Isso indica erro de numeração ou conteúdo faltante. A remissão deve ser corrigida antes da aprovação.

*Fonte: Projeto de Lei nº 16/2026, art. 54, §4º, p. 21; conferência estrutural do documento.*

### 4.9. *Projetos e obras em andamento - quadro insuficiente*

O quadro final mistura programas sociais, obras, aquisições e projetos, sem apresentar em todos os casos o saldo necessário à conclusão, o cronograma físico-financeiro, a previsão de término e a fonte de financiamento para 2027. Recomenda-se separar "obras e projetos em andamento" de atividades continuadas e apresentar as parcelas necessárias à conclusão.

*Fonte: Anexos LDO, Demonstrativo XIV, p. 21.*

### 4.10. *Art. 2º, III - descrição de anos de comparação*

O art. 2º, III, menciona metas fiscais previstas para 2026 e 2027, comparadas com 2023, 2024 e 2025. Como a LDO é 2027 e os anexos tratam de 2027-2029, a redação deve ser conferida para eliminar possível erro de transcrição.

*Fonte: Projeto de Lei nº 16/2026, art. 2º, p. 2.*

### 4.11. *Art. 29, caput - ortografia*

O art. 29, caput, traz a seguinte redação "*Art. 29. O Poder Executivo e Legislativo poderá nos termos da legislação vigente poderá*" [...]. A palavra "poderá" encontra-se em redundância gramatical.

*Fonte: Projeto de Lei nº 16/2026, art. 29, caput, p. 12.*

### 4.12. *Art. 14, II – Citação à artigo conclusivo*

O art. 14, II, traz a seguinte redação "*Art. 14. Constarão no projeto de lei orçamentária reservas de contingência, desdobradas para atender às seguintes finalidades:*" [...] *II – atender ao disposto no art. 58 desta lei*". Ocorre que, o art. 58 mencionado na redação diz o seguinte: "*Art. 58. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário*".

*Fonte: Projeto de Lei nº 16/2026, art. 14, II, p. 6.*

### 4.13. *Art. 54, §4º – Citação à Capítulo inexistente (IX)*

O art. 54, §4º, traz a seguinte redação "*Art. 54. As emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei do Plano Plurianual 2026/2029 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei [...] § 4º. O disposto neste artigo aplica-se no que couber às emendas sujeitas ao regime de execução de que trata o Capitulo IX desta lei".* Ocorre que, em pesquisa à redação do Projeto de Lei na sua íntegra (22 páginas), não encontramos nenhum "Capítulo IX.

*Fonte: Projeto de Lei nº 16/2026, art. 54, §4º, p. 21.*

*Fonte: Projeto de Lei nº 16/2026, art. 4º, caput, p. 3.*

### 4.14. *Análise da redação geral*

• O Art. 1º, caput, menciona [...] no art. 133, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ocorre que referido texto legal (Lei Complementar nº. 101), possui apenas 75 artigos.

• O Art. 2º em seus incisos, menciona apenas oito (08) demonstrativos, enquanto no anexo existem quatorze (14) demonstrativos. Além de mencionar o "regime próprio de previdência" que o Município não possui.

• O art. 8º tem apenas parágrafo único, mas dois dispositivos remetem a um "art. 8º, §1º", (art. 12, caput; e art. 20, p. único.).

• O art. 46, caput, cita "§ 6º da Constituição" sem indicar o artigo.

• A numeração salta do Capítulo VIII para o Capítulo X, embora dois artigos citem o Capítulo IX.

• O art. 1º, VIII, anuncia capítulo sobre emendas individuais/impositivas que não existe no texto do projeto.

• O art. 29 é o ponto mais crítico: concede três autorizações cumulativas de 10% (transposição/remanejamento, créditos suplementares e transferência interna) e, no §1º, retira do cômputo do limite os remanejamentos, o superávit financeiro e o excesso de arrecadação — o que na prática esvazia o limite e conflita com o art. 167, V e VI, da Constituição. Além de e um §3º que contradiz o próprio caput.

• Além disso: o art. 48 adota 51,3% e 5,7% de pessoal quando a Lei de Responsabilidade Fiscal fixa 54% e 6%.

## 5. PROVIDÊNCIAS QUE A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO PODE EXIGIR

• Reenvio dos Anexos da LDO em versão integral, revisada e conferida.

• Entrega da planilha-base em formato editável utilizada para gerar os demonstrativos fiscais.

• Reconciliação entre Receita Total, RCL, Despesa Total, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública.

• Correção da reserva de contingência para compatibilizá-la com o mínimo de 1% da RCL previsto no próprio projeto, salvo alteração justificada do dispositivo legal.

• Juntada e conferência do Anexo III - Metas e Prioridades do exercício de 2027.

• Revisão do regime das emendas e correção da remissão ao Capítulo IX.

• Apresentação da memória das operações de crédito previstas para 2027-2029.

• Apresentação da memória de cálculo da renúncia de receita e da compensação.

• Reavaliação das novas DOCC, diante da margem líquida negativa apresentada.

• Revisão do Anexo de Riscos Fiscais e atualização dos passivos contingentes.

• Apresentação de quadro físico-financeiro dos projetos e obras em andamento, com saldo para conclusão e fonte de financiamento.

• Conferência de todos os anos, fórmulas, rótulos e referências de modelo antigo antes da votação final.

## 6. CONCLUSÃO TÉCNICA

À vista dos documentos analisados, a recomendação técnica é pela não aprovação do Projeto de Lei nº. 16/2026 em sua redação atual, até que sejam sanadas as inconsistências documentais, fiscais e de técnica legislativa apontadas neste relatório.

A recomendação não significa que a LDO, em seu conjunto, seja necessariamente inválida. O problema central é que o projeto e seus anexos, como apresentados, não fornecem segurança suficiente para afirmar que as metas fiscais e as regras de execução estão coerentes entre si. Em especial, os demonstrativos apresentam valores conflitantes e o texto contém disposições que podem gerar controvérsia sobre a autonomia financeira do Município e sobre o alcance das autorizações para alterações orçamentárias.

A Comissão de Finanças e Orçamento, portanto, deve solicitar o saneamento formal e material do projeto antes da votação definitiva, preservando a rastreabilidade dos cálculos e a compatibilidade com o PPA, a LOA, a legislação municipal, a Constituição Federal, a LRF e as normas do controle externo aplicáveis.

## 7. NOTA SOBRE OS LIMITES DESTA ANÁLISE

Este relatório foi elaborado com base nos dois arquivos PDF encaminhados pelo Poder Executivo Municipal: "PROJETO DE LEI 16-2026 - LDO.pdf" e "Anexos_LDO_2027 com timbre.pdf". A ausência de determinados documentos complementares nos arquivos recebidos não autoriza afirmar, sem consulta aos autos oficiais, que tais documentos não existam. Por isso, quando indicado como "possível ausência", a recomendação é conferir o processo legislativo oficial.

Para um parecer jurídico final, recomenda-se ainda conferência específica da Lei Orgânica do Município, Regimento Interno da Câmara, PPA 2026/2029, LOA 2026, legislação tributária municipal, legislação local de pessoal e a orientação vigente do TCE-PR na data da deliberação.

## 8. DOCUMENTOS ANALISADOS

• Projeto de Lei nº 16/2026 - LDO 2027 - Município de São Jorge D'Oeste - 23 páginas.

• Anexos da LDO 2027 com timbre - 21 páginas.

*Observação: os números e referências reproduzidos neste relatório foram extraídos dos arquivos examinados. Onde houve inferência técnica ou necessidade de conferência em autos complementares, isso foi expressamente indicado.*

*São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná – 25 de agosto de 2026.*

**LEANDRO PAGLIARI JACOBS**
*Diretor Administrativo – Poder Legislativo*
*Pós-Graduado em Direito Administrativo*

**Presidência da República**
**Casa Civil**
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

# LEI COMPLEMENTAR Nº 101, DE 4 DE MAIO DE 2000

Mensagem de veto

(Vide ADI 2238)

Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

## CAPÍTULO I

## DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.

§ 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

§ 2º As disposições desta Lei Complementar obrigam a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

§ 3º Nas referências:

I - à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, estão compreendidos:

a) o Poder Executivo, o Poder Legislativo, neste abrangidos os Tribunais de Contas, o Poder Judiciário e o Ministério Público;

b) as respectivas administrações diretas, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes;

II - a Estados entende-se considerado o Distrito Federal;

III - a Tribunais de Contas estão incluídos: Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado e, quando houver, Tribunal de Contas dos Municípios e Tribunal de Contas do Município.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como:

I - ente da Federação: a União, cada Estado, o Distrito Federal e cada Município;

II - empresa controlada: sociedade cuja maioria do capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação;

III - empresa estatal dependente: empresa controlada que receba do ente controlador recursos financeiros para pagamento de despesas com pessoal ou de custeio em geral ou de capital, excluídos, no último caso, aqueles provenientes de aumento de participação acionária; (Regulamento)

IV - receita corrente líquida: somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes, deduzidos:

~~a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;~~

a) na União, os valores transferidos aos Estados, Distrito Federal e Municípios por determinação constitucional ou legal, inclusive os valores entregues aos Estados e ao Distrito Federal por meio do Fundo instituído pelo art. 159-A da Constituição, e as contribuições mencionadas na alínea "a" do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição; (Redação dada pela Lei Complementar nº 214, de 2025) Produção de efeitos

b) nos Estados, as parcelas entregues aos Municípios por determinação constitucional;

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9º do art. 201 da Constituição.

§ 1º Serão computados no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996, e do fundo previsto pelo art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 2º Não serão considerados na receita corrente líquida do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e de Roraima os recursos recebidos da União para atendimento das despesas de que trata o inciso V do § 1º do art. 19.

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades.

## CAPÍTULO II

## DO PLANEJAMENTO

### Seção I

### Do Plano Plurianual

Art. 3º (VETADO)

### Seção II

### Da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Art. 4º A lei de diretrizes orçamentárias atenderá o disposto no § 2º do art. 165 da Constituição e:

I - disporá também sobre:

a) equilíbrio entre receitas e despesas;

b) critérios e forma de limitação de empenho, a ser efetivada nas hipóteses previstas na alínea *b* do inciso II deste artigo, no art. 9º e no inciso II do § 1º do art. 31;

c) (VETADO)

d) (VETADO)

e) normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;

f) demais condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;

II - (VETADO)

III - (VETADO)

§ 1º Integrará o projeto de lei de diretrizes orçamentárias Anexo de Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.(Vide ADI 7064)

§ 2º O Anexo conterá, ainda:

I - avaliação do cumprimento das metas relativas ao ano anterior;

II - demonstrativo das metas anuais, instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional;

III - evolução do patrimônio líquido, também nos últimos três exercícios, destacando a origem e a aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos;

IV - avaliação da situação financeira e atuarial:

a) dos regimes geral de previdência social e próprio dos servidores públicos e do Fundo de Amparo ao Trabalhador;

b) dos demais fundos públicos e programas estatais de natureza atuarial;

V - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

VI – quadro demonstrativo do cálculo da meta do resultado primário de que trata o § 1º deste artigo, que evidencie os principais agregados de receitas e despesas, os resultados, comparando-os com os valores programados para o exercício em curso e os realizados nos 2 (dois) exercícios anteriores, e as estimativas para o exercício a que se refere a lei de diretrizes orçamentárias e para os subsequentes. (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias conterá Anexo de Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

§ 4º A mensagem que encaminhar o projeto da União apresentará, em anexo específico, os objetivos das políticas monetária, creditícia e cambial, bem como os parâmetros e as projeções para seus principais agregados e variáveis, e ainda as metas de inflação, para o exercício subseqüente.

§ 5º No caso da União, o Anexo de Metas Fiscais do projeto de lei de diretrizes orçamentárias conterá também: (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

I - as metas anuais para o exercício a que se referir e para os 3 (três) seguintes, com o objetivo de garantir sustentabilidade à trajetória da dívida pública; (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

II – o marco fiscal de médio prazo, com projeções para os principais agregados fiscais que compõem os cenários de referência, distinguindo-se as despesas primárias das financeiras e as obrigatórias daquelas discricionárias; (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

III - o efeito esperado e a compatibilidade, no período de 10 (dez) anos, do cumprimento das metas de resultado primário sobre a trajetória de convergência da dívida pública, evidenciando o nível de resultados fiscais consistentes com a estabilização da Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB); (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

IV - os intervalos de tolerância para verificação do cumprimento das metas anuais de resultado primário, convertido em valores correntes, de menos 0,25 p.p. (vinte e cinco centésimos ponto percentual) e de mais 0,25 p.p. (vinte e cinco centésimos ponto percentual) do PIB previsto no respectivo projeto de lei de diretrizes orçamentárias; (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

V - os limites e os parâmetros orçamentários dos Poderes e órgãos autônomos compatíveis com as disposições estabelecidas na lei complementar prevista no inciso VIII do **caput** do art. 163 da Constituição Federal e no art. 6º da Emenda Constitucional nº 126, de 21 de dezembro de 2022; (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

VI – a estimativa do impacto fiscal, quando couber, das recomendações resultantes da avaliação das políticas públicas previstas no § 16 do art. 37 da Constituição Federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

§ 6º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão adotar, total ou parcialmente, no que couber, o disposto no § 5º deste artigo. (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

§ 7º A lei de diretrizes orçamentárias não poderá dispor sobre a exclusão de quaisquer despesas primárias da apuração da meta de resultado primário dos orçamentos fiscal e da seguridade social. (Incluído pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

**Seção III**

**Da Lei Orçamentária Anual**

Art. 5º O projeto de lei orçamentária anual, elaborado de forma compatível com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com as normas desta Lei Complementar:

I - conterá, em anexo, demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas constantes do documento de que trata o § 1º do art. 4º;

II - será acompanhado do documento a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, bem como das medidas de compensação a renúncias de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado;

III - conterá reserva de contingência, cuja forma de utilização e montante, definido com base na receita corrente líquida, serão estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, destinada ao:

a) (VETADO)

b) atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

IV - conterá a estimativa global de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia e para pessoas físicas e jurídicas; e (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

V - conterá, em anexo, a estimativa das despesas financeiras e das despesas primárias obrigatórias e discricionárias, no exercício de sua elaboração e para os 2 (dois) exercícios subsequentes. (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

§ 1º Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.

§ 2º O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas de crédito adicional.

§ 3º A atualização monetária do principal da dívida mobiliária refinanciada não poderá superar a variação do índice de preços previsto na lei de diretrizes orçamentárias, ou em legislação específica.

§ 4º É vedado consignar na lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

§ 5º A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no plano plurianual ou em lei que autorize a sua inclusão, conforme disposto no § 1º do art. 167 da Constituição.

§ 6º Integrarão as despesas da União, e serão incluídas na lei orçamentária, as do Banco Central do Brasil relativas a pessoal e encargos sociais, custeio administrativo, inclusive os destinados a benefícios e assistência aos servidores, e a investimentos.

§ 7º (VETADO)

§ 8º As estimativas de que trata o inciso IV do *caput* deste artigo serão organizadas em anexos específicos com estimativa das renúncias no exercício de referência e nos 2 (dois) exercícios subsequentes. (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

Art. 6º (VETADO)

Art. 7º O resultado do Banco Central do Brasil, apurado após a constituição ou reversão de reservas, constitui receita do Tesouro Nacional, e será transferido até o décimo dia útil subseqüente à aprovação dos balanços semestrais.

§ 1º O resultado negativo constituirá obrigação do Tesouro para com o Banco Central do Brasil e será consignado em dotação específica no orçamento.

§ 2º O impacto e o custo fiscal das operações realizadas pelo Banco Central do Brasil serão demonstrados trimestralmente, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias da União.

§ 3º Os balanços trimestrais do Banco Central do Brasil conterão notas explicativas sobre os custos da remuneração das disponibilidades do Tesouro Nacional e da manutenção das reservas cambiais e a rentabilidade de sua carteira de títulos, destacando os de emissão da União.

**Seção IV**

**Da Execução Orçamentária e do Cumprimento das Metas**

Art. 8º Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias e observado o disposto na alínea *c* do inciso I do art. 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso. (Vide Decreto nº 4.959, de 2004) (Vide Decreto nº 5.356, de 2005)

Parágrafo único. Os recursos legalmente vinculados a finalidade específica serão utilizados exclusivamente para atender ao objeto de sua vinculação, ainda que em exercício diverso daquele em que ocorrer o ingresso.

Art. 9º Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

~~§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias.~~

§ 2º Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, as relativas à inovação e ao desenvolvimento científico e tecnológico custeadas por fundo criado para tal finalidade e as ressalvadas pela lei de diretrizes orçamentárias. (Redação dada pela Lei Complementar nº 177, de 2021)

§ 3º No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput*, é o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros segundo os critérios fixados pela lei de diretrizes orçamentárias. (Vide ADI 2238)

~~§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.~~

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Ministro ou Secretário de Estado da Fazenda demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre e a trajetória da dívida, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição Federal ou conjunta com as comissões temáticas do Congresso Nacional ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 200, de 2023) Vigência

§ 5º No prazo de noventa dias após o encerramento de cada semestre, o Banco Central do Brasil apresentará, em reunião conjunta das comissões temáticas pertinentes do Congresso Nacional, avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços.

Art. 10. A execução orçamentária e financeira identificará os beneficiários de pagamento de sentenças judiciais, por meio de sistema de contabilidade e administração financeira, para fins de observância da ordem cronológica determinada no art. 100 da Constituição.

## CAPÍTULO III

## DA RECEITA PÚBLICA

### Seção I

### Da Previsão e da Arrecadação

Art. 11. Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação.

Parágrafo único. É vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no *caput*, no que se refere aos impostos.

Art. 12. As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos três anos, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§ 1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§ 2º O montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das despesas de capital constantes do projeto de lei orçamentária. (Vide ADI 2238)

§ 3º O Poder Executivo de cada ente colocará à disposição dos demais Poderes e do Ministério Público, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subseqüente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 13. No prazo previsto no art. 8º, as receitas previstas serão desdobradas, pelo Poder Executivo, em metas bimestrais de arrecadação, com a especificação, em separado, quando cabível, das medidas de combate à evasão e à sonegação, da quantidade e valores de ações ajuizadas para cobrança da dívida ativa, bem como da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa.

**Seção II**

**Da Renúncia de Receita**

~~Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:~~ (Vide Medida Provisória nº 2.159, de 2001) (Vide Lei nº 10.276, de 2001) (Vide ADI 6357)

Art. 14. A concessão, ampliação ou prorrogação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos 2 (dois) exercícios subsequentes e atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos 1 (uma) das seguintes condições: (Redação dada pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos (Vide Lei nº 10.276, de 2001) (Vide ADI 6357)

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no *caput*, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§ 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o *caput* deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso.

§ 3º O disposto neste artigo não se aplica:

I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;

II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Art. 14-A. A proposição legislativa que trate de concessão, ampliação ou prorrogação de qualquer incentivo ou benefício de natureza tributária que implique renúncia de receita e cujo beneficiário seja pessoa jurídica deverá estar acompanhada de: (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

I - estimativa de quantitativo de beneficiários; (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

II - prazo de vigência, que não poderá ser superior a 5 (cinco) anos; (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

III - metas de desempenho, que deverão ser objetivas e quantificáveis, em dimensões econômicas, sociais e ambientais; (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

IV - impacto previsto na redução das desigualdades regionais, se for o caso; e (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

V - mecanismos de transparência e de monitoramento e avaliação de resultados em relação às metas de que trata o inciso III deste *caput*. (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

§ 1º O prazo de que trata o inciso II do *caput* poderá ser superior a 5 (cinco) anos na hipótese de benefícios tributários associados a investimentos de longo prazo, nos termos estabelecidos em regulamento e desde que a proposição legislativa esteja acompanhada de estimativa dos investimentos durante o período em que vigorar o benefício, sem prejuízo de outras metas previstas na forma do inciso III do *caput* deste artigo. (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

§ 2º É vedada a prorrogação de benefícios tributários cujas metas de resultados definidas na forma do inciso III do *caput* deste artigo não tenham sido atingidas ou cuja avaliação de resultados não tenha sido realizada. (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

§ 3º Na hipótese de que trata o § 1º deste artigo, a vigência do benefício tributário fica condicionada à realização periódica de avaliação e ao atingimento de metas de resultados definidas na forma do inciso III do *caput* deste artigo, a cada 5 (cinco) anos. (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

§ 4º A avaliação de resultados em relação às metas de que trata o inciso III do *caput* deste artigo será realizada por órgão do Poder Executivo multidisciplinar e especializado no monitoramento e avaliação de políticas públicas, nos termos de regulamento. (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

§ 5º O disposto neste artigo: (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

I - aplica-se também a proposição legislativa que conceda diferimento de tributos, ressalvado o diferimento que implique postergação do pagamento do tributo: (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

a) por prazo igual ou inferior a 60 (sessenta) meses, para pagamento de forma parcelada, contado daquele em que seria devido o tributo; ou (Incluída pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

b) que, mesmo que concedido por prazo superior ao previsto na alínea "a" deste inciso, abranja a totalidade dos contribuintes de determinada região e seja destinado ao combate aos efeitos de situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos na forma da legislação; e (Incluída pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

II - não se aplica às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do caput do art. 153 da Constituição Federal, na forma do § 1º do referido artigo. (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

## CAPÍTULO IV

## DA DESPESA PÚBLICA

### Seção I

### Da Geração da Despesa

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do *caput* constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

**Subseção I**

**Da Despesa Obrigatória de Caráter Continuado**

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. (Vide ADI 6357)

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar. (Vide Lei Complementar nº 176, de 2020)

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

**Seção II**

**Das Despesas com Pessoal**

**Subseção I**

**Definições e Limites**

Art. 18. Para os efeitos desta Lei Complementar, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

§ 1º Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

~~§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.~~

§ 2º A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos 11 (onze) imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência, independentemente de empenho. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

§ 3º Para a apuração da despesa total com pessoal, será observada a remuneração bruta do servidor, sem qualquer dedução ou retenção, ressalvada a redução para atendimento ao disposto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal. (Incluído pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

Art. 19. Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinqüenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

§ 1º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição;

IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2º do art. 18;

V - com pessoal, do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União na forma dos incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e do art. 31 da Emenda Constitucional nº 19;

~~VI - com inativos, ainda que por intermédio de fundo específico, custeadas por recursos provenientes:~~

VI - com inativos e pensionistas, ainda que pagas por intermédio de unidade gestora única ou fundo previsto no art. 249 da Constituição Federal, quanto à parcela custeada por recursos provenientes: (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

a) da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira de que trata o § 9º do art. 201 da Constituição;

~~c) das demais receitas diretamente arrecadadas por fundo vinculado a tal finalidade, inclusive o produto da alienação de bens, direitos e ativos, bem como seu superávit financeiro.~~

c) de transferências destinadas a promover o equilíbrio atuarial do regime de previdência, na forma definida pelo órgão do Poder Executivo federal responsável pela orientação, pela supervisão e pelo acompanhamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

§ 2º Observado o disposto no inciso IV do § 1º, as despesas com pessoal decorrentes de sentenças judiciais serão incluídas no limite do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

§ 3º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, é vedada a dedução da parcela custeada com recursos aportados para a cobertura do déficit financeiro dos regimes de previdência. (Incluído pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

Art. 20. A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

I - na esfera federal:

a) 2,5% (dois inteiros e cinco décimos por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas da União;

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário;

c) 40,9% (quarenta inteiros e nove décimos por cento) para o Executivo, destacando-se 3% (três por cento) para as despesas com pessoal decorrentes do que dispõem os incisos XIII e XIV do art. 21 da Constituição e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, repartidos de forma proporcional à média das despesas relativas a cada um destes dispositivos, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar; (Vide Decreto nº 3.917, de 2001)

d) 0,6% (seis décimos por cento) para o Ministério Público da União;

II - na esfera estadual:

a) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado; (Vide ADI 6533)

b) 6% (seis por cento) para o Judiciário; (Vide ADI 6533)

c) 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo; (Vide ADI 6533)

d) 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados; (Vide ADI 6533)

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Executivo.

§ 1º Nos Poderes Legislativo e Judiciário de cada esfera, os limites serão repartidos entre seus órgãos de forma proporcional à média das despesas com pessoal, em percentual da receita corrente líquida, verificadas nos três exercícios financeiros imediatamente anteriores ao da publicação desta Lei Complementar. (Vide ADI 6533)

§ 2º Para efeito deste artigo entende-se como órgão:

I - o Ministério Público;

II - no Poder Legislativo:

a) Federal, as respectivas Casas e o Tribunal de Contas da União;

b) Estadual, a Assembléia Legislativa e os Tribunais de Contas;

c) do Distrito Federal, a Câmara Legislativa e o Tribunal de Contas do Distrito Federal;

d) Municipal, a Câmara de Vereadores e o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

III - no Poder Judiciário:

a) Federal, os tribunais referidos no art. 92 da Constituição;

b) Estadual, o Tribunal de Justiça e outros, quando houver.

§ 3º Os limites para as despesas com pessoal do Poder Judiciário, a cargo da União por força do inciso XIII do art. 21 da Constituição, serão estabelecidos mediante aplicação da regra do § 1º.

§ 4º Nos Estados em que houver Tribunal de Contas dos Municípios, os percentuais definidos nas alíneas *a* e *c* do inciso II do *caput* serão, respectivamente, acrescidos e reduzidos em 0,4% (quatro décimos por cento).

§ 5º Para os fins previstos no art. 168 da Constituição, a entrega dos recursos financeiros correspondentes à despesa total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, ou aqueles fixados na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 6º (VETADO)

§ 7º Os Poderes e órgãos referidos neste artigo deverão apurar, de forma segregada para aplicação dos limites de que trata este artigo, a integralidade das despesas com pessoal dos respectivos servidores inativos e pensionistas, mesmo que o custeio dessas despesas esteja a cargo de outro Poder ou órgão. (Incluído pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

**Subseção II**

**Do Controle da Despesa Total com Pessoal**

~~Art. 21. É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:~~

~~I - as exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar, e o disposto no inciso XIII do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição;~~

~~II - o limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo.~~

~~Parágrafo único. Também é nulo de pleno direito o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.~~

Art. 21. É nulo de pleno direito: (Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

I - o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

a) às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal; e (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

II - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; (Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

III - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

IV - a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

a) resultar em aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo; ou (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) resultar em aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

§ 1º As restrições de que tratam os incisos II, III e IV: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

I - devem ser aplicadas inclusive durante o período de recondução ou reeleição para o cargo de titular do Poder ou órgão autônomo; e (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

II - aplicam-se somente aos titulares ocupantes de cargo eletivo dos Poderes referidos no art. 20. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, serão considerados atos de nomeação ou de provimento de cargo público aqueles referidos no § 1º do art. 169 da Constituição Federal ou aqueles que, de qualquer modo, acarretem a criação ou o aumento de despesa obrigatória. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

Art. 22. A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 23. Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão referido no art. 20, ultrapassar os limites definidos no mesmo artigo, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos §§ 3º e 4º do art. 169 da Constituição.

§ 1º No caso do inciso I do § 3º do art. 169 da Constituição, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções quanto pela redução dos valores a eles atribuídos. (Vide ADI 2238)

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária. (Vide ADI 2238)

~~§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o ente não poderá:~~

§ 3º Não alcançada a redução no prazo estabelecido e enquanto perdurar o excesso, o Poder ou órgão referido no art. 20 não poderá: (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

I - receber transferências voluntárias;

II - obter garantia, direta ou indireta, de outro ente;

~~III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal.~~

III - contratar operações de crédito, ressalvadas as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária e as que visem à redução das despesas com pessoal. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

§ 4º As restrições do § 3º aplicam-se imediatamente se a despesa total com pessoal exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato dos titulares de Poder ou órgão referidos no art. 20.

§ 5º As restrições previstas no § 3º deste artigo não se aplicam ao Município em caso de queda de receita real superior a 10% (dez por cento), em comparação ao correspondente quadrimestre do exercício financeiro anterior, devido a: (Incluído pela Lei Complementar nº 164, de 2018) Produção de efeitos

I – diminuição das transferências recebidas do Fundo de Participação dos Municípios decorrente de concessão de isenções tributárias pela União; e (Incluído pela Lei Complementar nº 164, de 2018) Produção de efeitos

II – diminuição das receitas recebidas de **royalties** e participações especiais. (Incluído pela Lei Complementar nº 164, de 2018) Produção de efeitos

§ 6º O disposto no § 5º deste artigo só se aplica caso a despesa total com pessoal do quadrimestre vigente não ultrapasse o limite percentual previsto no art. 19 desta Lei Complementar, considerada, para este cálculo, a receita corrente líquida do quadrimestre correspondente do ano anterior atualizada monetariamente. (Incluído pela Lei Complementar nº 164, de 2018) Produção de efeitos

**Seção III**

**Das Despesas com a Seguridade Social**

Art. 24. Nenhum benefício ou serviço relativo à seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a indicação da fonte de custeio total, nos termos do § 5º do art. 195 da Constituição, atendidas ainda as exigências do art. 17. (Vide ADI 6357)

§ 1º É dispensada da compensação referida no art. 17 o aumento de despesa decorrente de:

I - concessão de benefício a quem satisfaça as condições de habilitação prevista na legislação pertinente;

II - expansão quantitativa do atendimento e dos serviços prestados;

III - reajustamento de valor do benefício ou serviço, a fim de preservar o seu valor real.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se a benefício ou serviço de saúde, previdência e assistência social, inclusive os destinados aos servidores públicos e militares, ativos e inativos, e aos pensionistas.

## CAPÍTULO V

## DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Art. 25. Para efeito desta Lei Complementar, entende-se por transferência voluntária a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

§ 1º São exigências para a realização de transferência voluntária, além das estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias:

I - existência de dotação específica;

II - (VETADO)

III - observância do disposto no inciso X do art. 167 da Constituição;

IV - comprovação, por parte do beneficiário, de:

a) que se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos;

b) cumprimento dos limites constitucionais relativos à educação e à saúde;

c) observância dos limites das dívidas consolidada e mobiliária, de operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, de inscrição em Restos a Pagar e de despesa total com pessoal;

d) previsão orçamentária de contrapartida.

§ 2º É vedada a utilização de recursos transferidos em finalidade diversa da pactuada.

§ 3º Para fins da aplicação das sanções de suspensão de transferências voluntárias constantes desta Lei Complementar, excetuam-se aquelas relativas a ações de educação, saúde e assistência social.

## CAPÍTULO VI

## DA DESTINAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS PARA O SETOR PRIVADO

Art. 26. A destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais.

§ 1º O disposto no *caput* aplica-se a toda a administração indireta, inclusive fundações públicas e empresas estatais, exceto, no exercício de suas atribuições precípuas, as instituições financeiras e o Banco Central do Brasil.

§ 2º Compreende-se incluída a concessão de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos, inclusive as respectivas prorrogações e a composição de dívidas, a concessão de subvenções e a participação em constituição ou aumento de capital.

Art. 26-A. (VETADO). (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

Art. 27. Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, ou jurídica que não esteja sob seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.

Parágrafo único. Dependem de autorização em lei específica as prorrogações e composições de dívidas decorrentes de operações de crédito, bem como a concessão de empréstimos ou financiamentos em desacordo com o *caput*, sendo o subsídio correspondente consignado na lei orçamentária.

Art. 28. Salvo mediante lei específica, não poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, ainda que mediante a concessão de empréstimos de recuperação ou financiamentos para mudança de controle acionário.

§ 1º A prevenção de insolvência e outros riscos ficará a cargo de fundos, e outros mecanismos, constituídos pelas instituições do Sistema Financeiro Nacional, na forma da lei.

§ 2º O disposto no *caput* não proíbe o Banco Central do Brasil de conceder às instituições financeiras operações de redesconto e de empréstimos de prazo inferior a trezentos e sessenta dias.

## CAPÍTULO VII

## DA DÍVIDA E DO ENDIVIDAMENTO

### Seção I

### Definições Básicas

Art. 29. Para os efeitos desta Lei Complementar, são adotadas as seguintes definições:

I - dívida pública consolidada ou fundada: montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses;

II - dívida pública mobiliária: dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios;

III - operação de crédito: compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros;

IV - concessão de garantia: compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada;

V - refinanciamento da dívida mobiliária: emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária.

§ 1º Equipara-se a operação de crédito a assunção, o reconhecimento ou a confissão de dívidas pelo ente da Federação, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos arts. 15 e 16.

§ 2º Será incluída na dívida pública consolidada da União a relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil.

§ 3º Também integram a dívida pública consolidada as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.

§ 4º O refinanciamento do principal da dívida mobiliária não excederá, ao término de cada exercício financeiro, o montante do final do exercício anterior, somado ao das operações de crédito autorizadas no orçamento para este efeito e efetivamente realizadas, acrescido de atualização monetária.

### Seção II

### Dos Limites da Dívida Pública e das Operações de Crédito

Art. 30. No prazo de noventa dias após a publicação desta Lei Complementar, o Presidente da República submeterá ao:

I - Senado Federal: proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada da União, Estados e Municípios, cumprindo o que estabelece o inciso VI do art. 52 da Constituição, bem como de limites e condições relativos aos incisos VII, VIII e IX do mesmo artigo;

II - Congresso Nacional: projeto de lei que estabeleça limites para o montante da dívida mobiliária federal a que se refere o inciso XIV do art. 48 da Constituição, acompanhado da demonstração de sua adequação aos limites fixados para a dívida consolidada da União, atendido o disposto no inciso I do § 1º deste artigo.

§ 1º As propostas referidas nos incisos I e II do *caput* e suas alterações conterão:

I - demonstração de que os limites e condições guardam coerência com as normas estabelecidas nesta Lei Complementar e com os objetivos da política fiscal;

II - estimativas do impacto da aplicação dos limites a cada uma das três esferas de governo;

III - razões de eventual proposição de limites diferenciados por esfera de governo;

IV - metodologia de apuração dos resultados primário e nominal.

§ 2º As propostas mencionadas nos incisos I e II do *caput* também poderão ser apresentadas em termos de dívida líquida, evidenciando a forma e a metodologia de sua apuração.

§ 3º Os limites de que tratam os incisos I e II do *caput* serão fixados em percentual da receita corrente líquida para cada esfera de governo e aplicados igualmente a todos os entes da Federação que a integrem, constituindo, para cada um deles, limites máximos.

§ 4º Para fins de verificação do atendimento do limite, a apuração do montante da dívida consolidada será efetuada ao final de cada quadrimestre.

§ 5º No prazo previsto no art. 5º, o Presidente da República enviará ao Senado Federal ou ao Congresso Nacional, conforme o caso, proposta de manutenção ou alteração dos limites e condições previstos nos incisos I e II do *caput*.

§ 6º Sempre que alterados os fundamentos das propostas de que trata este artigo, em razão de instabilidade econômica ou alterações nas políticas monetária ou cambial, o Presidente da República poderá encaminhar ao Senado Federal ou ao Congresso Nacional solicitação de revisão dos limites.

§ 7º Os precatórios judiciais não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada, para fins de aplicação dos limites.

**Seção III**

**Da Recondução da Dívida aos Limites**

Art. 31. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subseqüentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro.

§ 1º Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido:

~~I - estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvado o refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária;~~

I - estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive por antecipação de receita, ressalvadas as para pagamento de dívidas mobiliárias; (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

II - obterá resultado primário necessário à recondução da dívida ao limite, promovendo, entre outras medidas, limitação de empenho, na forma do art. 9º.

§ 2º Vencido o prazo para retorno da dívida ao limite, e enquanto perdurar o excesso, o ente ficará também impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.

§ 3º As restrições do § 1º aplicam-se imediatamente se o montante da dívida exceder o limite no primeiro quadrimestre do último ano do mandato do Chefe do Poder Executivo.

§ 4º O Ministério da Fazenda divulgará, mensalmente, a relação dos entes que tenham ultrapassado os limites das dívidas consolidada e mobiliária.

§ 5º As normas deste artigo serão observadas nos casos de descumprimento dos limites da dívida mobiliária e das operações de crédito internas e externas.

**Seção IV**

**Das Operações de Crédito**

**Subseção I**

**Da Contratação**

Art. 32. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.

§ 1º O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

I - existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou lei específica;

II - inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, exceto no caso de operações por antecipação de receita;

III - observância dos limites e condições fixados pelo Senado Federal;

IV - autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito externo;

V - atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição;

VI - observância das demais restrições estabelecidas nesta Lei Complementar.

§ 2º As operações relativas à dívida mobiliária federal autorizadas, no texto da lei orçamentária ou de créditos adicionais, serão objeto de processo simplificado que atenda às suas especificidades.

§ 3º Para fins do disposto no inciso V do § 1º, considerar-se-á, em cada exercício financeiro, o total dos recursos de operações de crédito nele ingressados e o das despesas de capital executadas, observado o seguinte:

I - não serão computadas nas despesas de capital as realizadas sob a forma de empréstimo ou financiamento a contribuinte, com o intuito de promover incentivo fiscal, tendo por base tributo de competência do ente da Federação, se resultar a diminuição, direta ou indireta, do ônus deste;

II - se o empréstimo ou financiamento a que se refere o inciso I for concedido por instituição financeira controlada pelo ente da Federação, o valor da operação será deduzido das despesas de capital;

III - (VETADO)

§ 4º Sem prejuízo das atribuições próprias do Senado Federal e do Banco Central do Brasil, o Ministério da Fazenda efetuará o registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, garantido o acesso público às informações, que incluirão:

I - encargos e condições de contratação;

II - saldos atualizados e limites relativos às dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

§ 5º Os contratos de operação de crédito externo não conterão cláusula que importe na compensação automática de débitos e créditos.

§ 6º O prazo de validade da verificação dos limites e das condições de que trata este artigo e da análise realizada para a concessão de garantia pela União será de, no mínimo, 90 (noventa) dias e, no máximo, 270 (duzentos e setenta) dias, a critério do Ministério da Fazenda. (Incluído pela Lei Complementar nº 159, de 2017)

§ 7º Poderá haver alteração da finalidade de operação de crédito de Estados, do Distrito Federal e de Municípios sem a necessidade de nova verificação pelo Ministério da Economia, desde que haja prévia e expressa autorização para tanto, no texto da lei orçamentária, em créditos adicionais ou em lei específica, que se demonstre a relação custo-benefício e o interesse econômico e social da operação e que não configure infração a dispositivo desta Lei Complementar. (Incluído pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

Art. 33. A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.

§ 1º A operação realizada com infração do disposto nesta Lei Complementar será considerada nula, procedendo-se ao seu cancelamento, mediante a devolução do principal, vedados o pagamento de juros e demais encargos financeiros.

§ 2º Se a devolução não for efetuada no exercício de ingresso dos recursos, será consignada reserva específica na lei orçamentária para o exercício seguinte.

~~§ 3º Enquanto não efetuado o cancelamento, a amortização, ou constituída a reserva, aplicam-se as sanções previstas nos incisos do § 3º do art. 23.~~

§ 3º Enquanto não for efetuado o cancelamento ou a amortização ou constituída a reserva de que trata o § 2º, aplicam-se ao ente as restrições previstas no § 3º do art. 23. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

§ 4º Também se constituirá reserva, no montante equivalente ao excesso, se não atendido o disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, consideradas as disposições do § 3º do art. 32.

**Subseção II**

**Das Vedações**

Art. 34. O Banco Central do Brasil não emitirá títulos da dívida pública a partir de dois anos após a publicação desta Lei Complementar.

Art. 35. É vedada a realização de operação de crédito entre um ente da Federação, diretamente ou por intermédio de fundo, autarquia, fundação ou empresa estatal dependente, e outro, inclusive suas entidades da administração indireta, ainda que sob a forma de novação, refinanciamento ou postergação de dívida contraída anteriormente.

§ 1º Excetuam-se da vedação a que se refere o *caput* as operações entre instituição financeira estatal e outro ente da Federação, inclusive suas entidades da administração indireta, que não se destinem a:

~~I - financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes;~~

~~I - financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes, ressalvadas as operações destinadas a financiar a estruturação de projetos ou a garantir contraprestações em contratos de parceria público-privada ou de concessão para o ente da Federação afetado pelo estado de calamidade pública reconhecido pelo Congresso Nacional de que trata o art. 65;~~ (Redação dada pela Lei Complementar nº 206, de 2024)

I - financiar, direta ou indiretamente, despesas correntes, ressalvadas as operações destinadas a financiar a estruturação de projetos ou a garantir contraprestações em contratos de parceria público-privada ou de concessão; (Redação dada pela Lei Complementar nº 212, de 2025)

II - refinanciar dívidas não contraídas junto à própria instituição concedente.

§ 2º O disposto no *caput* não impede Estados e Municípios de comprar títulos da dívida da União como aplicação de suas disponibilidades.

Art. 36. É proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.

Parágrafo único. O disposto no *caput* não proíbe instituição financeira controlada de adquirir, no mercado, títulos da dívida pública para atender investimento de seus clientes, ou títulos da dívida de emissão da União para aplicação de recursos próprios.

Art. 37. Equiparam-se a operações de crédito e estão vedados:

I - captação de recursos a título de antecipação de receita de tributo ou contribuição cujo fato gerador ainda não tenha ocorrido, sem prejuízo do disposto no § 7º do art. 150 da Constituição;

II - recebimento antecipado de valores de empresa em que o Poder Público detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto, salvo lucros e dividendos, na forma da legislação;

III - assunção direta de compromisso, confissão de dívida ou operação assemelhada, com fornecedor de bens, mercadorias ou serviços, mediante emissão, aceite ou aval de título de crédito, não se aplicando esta vedação a empresas estatais dependentes;

IV - assunção de obrigação, sem autorização orçamentária, com fornecedores para pagamento a *posteriori* de bens e serviços.

**Subseção III**

**Das Operações de Crédito por Antecipação de Receita Orçamentária**

Art. 38. A operação de crédito por antecipação de receita destina-se a atender insuficiência de caixa durante o exercício financeiro e cumprirá as exigências mencionadas no art. 32 e mais as seguintes:

I - realizar-se-á somente a partir do décimo dia do início do exercício;

II - deverá ser liquidada, com juros e outros encargos incidentes, até o dia dez de dezembro de cada ano;

III - não será autorizada se forem cobrados outros encargos que não a taxa de juros da operação, obrigatoriamente prefixada ou indexada à taxa básica financeira, ou à que vier a esta substituir;

IV - estará proibida:

a) enquanto existir operação anterior da mesma natureza não integralmente resgatada;

b) no último ano de mandato do Presidente, Governador ou Prefeito Municipal.

§ 1º As operações de que trata este artigo não serão computadas para efeito do que dispõe o inciso III do art. 167 da Constituição, desde que liquidadas no prazo definido no inciso II do *caput*.

§ 2º As operações de crédito por antecipação de receita realizadas por Estados ou Municípios serão efetuadas mediante abertura de crédito junto à instituição financeira vencedora em processo competitivo eletrônico promovido pelo Banco Central do Brasil.

§ 3º O Banco Central do Brasil manterá sistema de acompanhamento e controle do saldo do crédito aberto e, no caso de inobservância dos limites, aplicará as sanções cabíveis à instituição credora.

**Subseção IV**

**Das Operações com o Banco Central do Brasil**

Art. 39. Nas suas relações com ente da Federação, o Banco Central do Brasil está sujeito às vedações constantes do art. 35 e mais às seguintes:

I - compra de título da dívida, na data de sua colocação no mercado, ressalvado o disposto no § 2º deste artigo;

II - permuta, ainda que temporária, por intermédio de instituição financeira ou não, de título da dívida de ente da Federação por título da dívida pública federal, bem como a operação de compra e venda, a termo, daquele título, cujo efeito final seja semelhante à permuta;

III - concessão de garantia.

§ 1º O disposto no inciso II, *in fine*, não se aplica ao estoque de Letras do Banco Central do Brasil, Série Especial, existente na carteira das instituições financeiras, que pode ser refinanciado mediante novas operações de venda a termo.

§ 2º O Banco Central do Brasil só poderá comprar diretamente títulos emitidos pela União para refinanciar a dívida mobiliária federal que estiver vencendo na sua carteira.

§ 3º A operação mencionada no § 2º deverá ser realizada à taxa média e condições alcançadas no dia, em leilão público.

§ 4º É vedado ao Tesouro Nacional adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do Banco Central do Brasil, ainda que com cláusula de reversão, salvo para reduzir a dívida mobiliária.

**Seção V**

**Da Garantia e da Contragarantia**

~~Art. 40. Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto neste artigo, as normas do art. 32 e, no caso da União, também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal.~~

Art. 40. Os entes poderão conceder garantia em operações de crédito internas ou externas, observados o disposto neste artigo, as normas do art. 32 e, no caso da União, também os limites e as condições estabelecidos pelo Senado Federal e as normas emitidas pelo Ministério da Economia acerca da classificação de capacidade de pagamento dos mutuários. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

§ 1º A garantia estará condicionada ao oferecimento de contragarantia, em valor igual ou superior ao da garantia a ser concedida, e à adimplência da entidade que a pleitear relativamente a suas obrigações junto ao garantidor e às entidades por este controladas, observado o seguinte:

I - não será exigida contragarantia de órgãos e entidades do próprio ente;

II - a contragarantia exigida pela União a Estado ou Município, ou pelos Estados aos Municípios, poderá consistir na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas e provenientes de transferências constitucionais, com outorga de poderes ao garantidor para retê-las e empregar o respectivo valor na liquidação da dívida vencida.

§ 2º No caso de operação de crédito junto a organismo financeiro internacional, ou a instituição federal de crédito e fomento para o repasse de recursos externos, a União só prestará garantia a ente que atenda, além do disposto no § 1º, as exigências legais para o recebimento de transferências voluntárias.

§ 3º (VETADO)

§ 4º (VETADO)

§ 5º É nula a garantia concedida acima dos limites fixados pelo Senado Federal.

§ 6º É vedado às entidades da administração indireta, inclusive suas empresas controladas e subsidiárias, conceder garantia, ainda que com recursos de fundos.

§ 7º O disposto no § 6º não se aplica à concessão de garantia por:

I - empresa controlada a subsidiária ou controlada sua, nem à prestação de contragarantia nas mesmas condições;

II - instituição financeira a empresa nacional, nos termos da lei.

§ 8º Excetua-se do disposto neste artigo a garantia prestada:

I - por instituições financeiras estatais, que se submeterão às normas aplicáveis às instituições financeiras privadas, de acordo com a legislação pertinente;

II - pela União, na forma de lei federal, a empresas de natureza financeira por ela controladas, direta e indiretamente, quanto às operações de seguro de crédito à exportação.

§ 9º Quando honrarem dívida de outro ente, em razão de garantia prestada, a União e os Estados poderão condicionar as transferências constitucionais ao ressarcimento daquele pagamento.

§ 10. O ente da Federação cuja dívida tiver sido honrada pela União ou por Estado, em decorrência de garantia prestada em operação de crédito, terá suspenso o acesso a novos créditos ou financiamentos até a total liquidação da mencionada dívida.

§ 11. A alteração da metodologia utilizada para fins de classificação da capacidade de pagamento de Estados e Municípios deverá ser precedida de consulta pública, assegurada a manifestação dos entes. (Incluído pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

**Seção VI**

**Dos Restos a Pagar**

Art. 41. (VETADO)

Art. 41-A. A partir de 1º de janeiro de 2027, se verificado, ao final de um exercício, que a disponibilidade de caixa não é suficiente para honrar os compromissos com Restos a Pagar processados e não processados inscritos e com as demais obrigações financeiras, aplica-se imediatamente ao respectivo Poder ou órgão referido no art. 20, até a próxima apuração anual, a vedação à concessão ou à ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária. (Incluído pela Lei Complementar nº 212, de 2025)

Parágrafo único. Se verificado que a insuficiência de que trata o *caput* perdura por 2 (dois) anos consecutivos, aplicam-se imediatamente ao respectivo Poder ou órgão, enquanto perdurar a insuficiência, as vedações previstas nos incisos I, II e III do parágrafo único do art. 22, bem como a vedação à concessão ou à ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária. (Incluído pela Lei Complementar nº 212, de 2025)

Art. 42. É vedado ao titular de Poder ou órgão referido no art. 20, nos últimos dois quadrimestres do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. (Vide Lei Complementar nº 178, de 2021) (Vigência)

Parágrafo único. Na determinação da disponibilidade de caixa serão considerados os encargos e despesas compromissadas a pagar até o final do exercício.

## CAPÍTULO VIII

## DA GESTÃO PATRIMONIAL

### Seção I

### Das Disponibilidades de Caixa

Art. 43. As disponibilidades de caixa dos entes da Federação serão depositadas conforme estabelece o § 3º do art. 164 da Constituição.

§ 1º As disponibilidades de caixa dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos, ainda que vinculadas a fundos específicos a que se referem os arts. 249 e 250 da Constituição, ficarão depositadas em conta separada das demais disponibilidades de cada ente e aplicadas nas condições de mercado, com observância dos limites e condições de proteção e prudência financeira.

§ 2º É vedada a aplicação das disponibilidades de que trata o § 1º em:

I - títulos da dívida pública estadual e municipal, bem como em ações e outros papéis relativos às empresas controladas pelo respectivo ente da Federação;

II - empréstimos, de qualquer natureza, aos segurados e ao Poder Público, inclusive a suas empresas controladas.

### Seção II

### Da Preservação do Patrimônio Público

Art. 44. É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos.

Art. 45. Observado o disposto no § 5º do art. 5º, a lei orçamentária e as de créditos adicionais só incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

Parágrafo único. O Poder Executivo de cada ente encaminhará ao Legislativo, até a data do envio do projeto de lei de diretrizes orçamentárias, relatório com as informações necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo, ao qual será dada ampla divulgação.

Art. 46. É nulo de pleno direito ato de desapropriação de imóvel urbano expedido sem o atendimento do disposto no § 3º do art. 182 da Constituição, ou prévio depósito judicial do valor da indenização.

### Seção III

### Das Empresas Controladas pelo Setor Público

Art. 47. A empresa controlada que firmar contrato de gestão em que se estabeleçam objetivos e metas de desempenho, na forma da lei, disporá de autonomia gerencial, orçamentária e financeira, sem prejuízo do disposto no inciso II do § 5º do art. 165 da Constituição.

Parágrafo único. A empresa controlada incluirá em seus balanços trimestrais nota explicativa em que informará:

I - fornecimento de bens e serviços ao controlador, com respectivos preços e condições, comparando-os com os praticados no mercado;

II - recursos recebidos do controlador, a qualquer título, especificando valor, fonte e destinação;

III - venda de bens, prestação de serviços ou concessão de empréstimos e financiamentos com preços, taxas, prazos ou condições diferentes dos vigentes no mercado.

## CAPÍTULO IX

## DA TRANSPARÊNCIA, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

### Seção I

### Da Transparência da Gestão Fiscal

Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.

~~Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e de discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.~~

~~Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:~~ ~~(Redação dada pela Lei Complementar nº 131, de 2009).~~

§ 1º A transparência será assegurada também mediante: (Redação dada pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

~~II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;~~ ~~(Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).~~

II - liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público; e (Redação dada pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009) (Vide Decreto nº 7.185, de 2010)

IV - divulgação no Portal de Transparência, em formato aberto e padronizado, de dados atualizados sobre benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia concedidos. (Incluído pela Lei Complementar nº 224, de 2025) Produção de efeitos

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios disponibilizarão suas informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais conforme periodicidade, formato e sistema estabelecidos pelo órgão central de contabilidade da União, os quais deverão ser divulgados em meio eletrônico de amplo acesso público. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

§ 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão ao Ministério da Fazenda, nos termos e na periodicidade a serem definidos em instrução específica deste órgão, as informações necessárias para a constituição do registro eletrônico centralizado e atualizado das dívidas públicas interna e externa, de que trata o § 4º do art. 32. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

§ 4º A inobservância do disposto nos §§ 2º e 3º ensejará as penalidades previstas no § 2º do art. 51. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

§ 5º Nos casos de envio conforme disposto no § 2º, para todos os efeitos, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios cumprem o dever de ampla divulgação a que se refere o caput. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

§ 6º Todos os Poderes e órgãos referidos no art. 20, incluídos autarquias, fundações públicas, empresas estatais dependentes e fundos, do ente da Federação devem utilizar sistemas únicos de execução orçamentária e financeira, mantidos e gerenciados pelo Poder Executivo, resguardada a autonomia. (Incluído pela Lei Complementar nº 156, de 2016)

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a: (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Art. 49. As contas apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo ficarão disponíveis, durante todo o exercício, no respectivo Poder Legislativo e no órgão técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Parágrafo único. A prestação de contas da União conterá demonstrativos do Tesouro Nacional e das agências financeiras oficiais de fomento, incluído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, especificando os empréstimos e financiamentos concedidos com recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social e, no caso das agências financeiras, avaliação circunstanciada do impacto fiscal de suas atividades no exercício.

**Seção II**

**Da Escrituração e Consolidação das Contas**

Art. 50. Além de obedecer às demais normas de contabilidade pública, a escrituração das contas públicas observará as seguintes:

I - a disponibilidade de caixa constará de registro próprio, de modo que os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória fiquem identificados e escriturados de forma individualizada;

II - a despesa e a assunção de compromisso serão registradas segundo o regime de competência, apurando-se, em caráter complementar, o resultado dos fluxos financeiros pelo regime de caixa;

III - as demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão, fundo ou entidade da administração direta, autárquica e fundacional, inclusive empresa estatal dependente;

IV - as receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos;

V - as operações de crédito, as inscrições em Restos a Pagar e as demais formas de financiamento ou assunção de compromissos junto a terceiros, deverão ser escrituradas de modo a evidenciar o montante e a variação da dívida pública no período, detalhando, pelo menos, a natureza e o tipo de credor;

VI - a demonstração das variações patrimoniais dará destaque à origem e ao destino dos recursos provenientes da alienação de ativos.

§ 1º No caso das demonstrações conjuntas, excluir-se-ão as operações intragovernamentais.

§ 2º A edição de normas gerais para consolidação das contas públicas caberá ao órgão central de contabilidade da União, enquanto não implantado o conselho de que trata o art. 67.

§ 3º A Administração Pública manterá sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 51. O Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de junho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior, e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.

§ 1º Os Estados e os Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União nos seguintes prazos:

~~I - Municípios, com cópia para o Poder Executivo do respectivo Estado, até trinta de abril;~~

~~II - Estados, até trinta e um de maio.~~

§ 1º Os Estados e os Municípios encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União até 30 de abril. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021) (Vigência)

~~§ 2º O descumprimento dos prazos previstos neste artigo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o ente da Federação receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao refinanciamento do principal atualizado da dívida mobiliária.~~

§ 2º O descumprimento dos prazos previstos neste artigo impedirá, até que a situação seja regularizada, que o Poder ou órgão referido no art. 20 receba transferências voluntárias e contrate operações de crédito, exceto as destinadas ao pagamento da dívida mobiliária. (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021) (Vigência)

**Seção III**

**Do Relatório Resumido da Execução Orçamentária**

Art. 52. O relatório a que se refere o § 3º do art. 165 da Constituição abrangerá todos os Poderes e o Ministério Público, será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre e composto de:

I - balanço orçamentário, que especificará, por categoria econômica, as:

a) receitas por fonte, informando as realizadas e a realizar, bem como a previsão atualizada;

b) despesas por grupo de natureza, discriminando a dotação para o exercício, a despesa liquidada e o saldo;

II - demonstrativos da execução das:

a) receitas, por categoria econômica e fonte, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada no bimestre, a realizada no exercício e a previsão a realizar;

b) despesas, por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando dotação inicial, dotação para o exercício, despesas empenhada e liquidada, no bimestre e no exercício;

c) despesas, por função e subfunção.

§ 1º Os valores referentes ao refinanciamento da dívida mobiliária constarão destacadamente nas receitas de operações de crédito e nas despesas com amortização da dívida.

§ 2º O descumprimento do prazo previsto neste artigo sujeita o ente às sanções previstas no § 2º do art. 51.

Art. 53. Acompanharão o Relatório Resumido demonstrativos relativos a:

I - apuração da receita corrente líquida, na forma definida no inciso IV do art. 2º, sua evolução, assim como a previsão de seu desempenho até o final do exercício;

II - receitas e despesas previdenciárias a que se refere o inciso IV do art. 50;

III - resultados nominal e primário;

IV - despesas com juros, na forma do inciso II do art. 4º;

V - Restos a Pagar, detalhando, por Poder e órgão referido no art. 20, os valores inscritos, os pagamentos realizados e o montante a pagar.

§ 1º O relatório referente ao último bimestre do exercício será acompanhado também de demonstrativos:

I - do atendimento do disposto no inciso III do art. 167 da Constituição, conforme o § 3º do art. 32;

II - das projeções atuariais dos regimes de previdência social, geral e próprio dos servidores públicos;

III - da variação patrimonial, evidenciando a alienação de ativos e a aplicação dos recursos dela decorrentes.

§ 2º Quando for o caso, serão apresentadas justificativas:

I - da limitação de empenho;

II - da frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.

**Seção IV**

**Do Relatório de Gestão Fiscal**

Art. 54. Ao final de cada quadrimestre será emitido pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 Relatório de Gestão Fiscal, assinado pelo:

I - Chefe do Poder Executivo;

II - Presidente e demais membros da Mesa Diretora ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Legislativo;

III - Presidente de Tribunal e demais membros de Conselho de Administração ou órgão decisório equivalente, conforme regimentos internos dos órgãos do Poder Judiciário;

IV - Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados.

Parágrafo único. O relatório também será assinado pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão referido no art. 20.

Art. 55. O relatório conterá:

I - comparativo com os limites de que trata esta Lei Complementar, dos seguintes montantes:

a) despesa total com pessoal, distinguindo a com inativos e pensionistas;

b) dívidas consolidada e mobiliária;

c) concessão de garantias;

d) operações de crédito, inclusive por antecipação de receita;

e) despesas de que trata o inciso II do art. 4º;

II - indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites;

III - demonstrativos, no último quadrimestre:

a) do montante das disponibilidades de caixa em trinta e um de dezembro;

b) da inscrição em Restos a Pagar, das despesas:

1) liquidadas;

2) empenhadas e não liquidadas, inscritas por atenderem a uma das condições do inciso II do art. 41;

3) empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa;

4) não inscritas por falta de disponibilidade de caixa e cujos empenhos foram cancelados;

c) do cumprimento do disposto no inciso II e na alínea *b* do inciso IV do art. 38.

§ 1º O relatório dos titulares dos órgãos mencionados nos incisos II, III e IV do art. 54 conterá apenas as informações relativas à alínea *a* do inciso I, e os documentos referidos nos incisos II e III.

§ 2º O relatório será publicado até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º O descumprimento do prazo a que se refere o § 2º sujeita o ente à sanção prevista no § 2º do art. 51.

§ 4º Os relatórios referidos nos arts. 52 e 54 deverão ser elaborados de forma padronizada, segundo modelos que poderão ser atualizados pelo conselho de que trata o art. 67.

Seção V

Das Prestações de Contas

Art. 56. As contas prestadas pelos Chefes do Poder Executivo incluirão, além das suas próprias, as dos Presidentes dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Chefe do Ministério Público, referidos no art. 20, as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas. (Vide ADI 2324)

§ 1º As contas do Poder Judiciário serão apresentadas no âmbito:

I - da União, pelos Presidentes do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, consolidando as dos respectivos tribunais;

II - dos Estados, pelos Presidentes dos Tribunais de Justiça, consolidando as dos demais tribunais.

§ 2º O parecer sobre as contas dos Tribunais de Contas será proferido no prazo previsto no art. 57 pela comissão mista permanente referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente das Casas Legislativas estaduais e municipais. (Vide ADI 2324)

§ 3º Será dada ampla divulgação dos resultados da apreciação das contas, julgadas ou tomadas.

Art. 57. Os Tribunais de Contas emitirão parecer prévio conclusivo sobre as contas no prazo de sessenta dias do recebimento, se outro não estiver estabelecido nas constituições estaduais ou nas leis orgânicas municipais.

§ 1º No caso de Municípios que não sejam capitais e que tenham menos de duzentos mil habitantes o prazo será de cento e oitenta dias.

§ 2º Os Tribunais de Contas não entrarão em recesso enquanto existirem contas de Poder, ou órgão referido no art. 20, pendentes de parecer prévio.

Art. 58. A prestação de contas evidenciará o desempenho da arrecadação em relação à previsão, destacando as providências adotadas no âmbito da fiscalização das receitas e combate à sonegação, as ações de recuperação de créditos nas instâncias administrativa e judicial, bem como as demais medidas para incremento das receitas tributárias e de contribuições.

## Seção VI

## Da Fiscalização da Gestão Fiscal

~~Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público, fiscalizarão o cumprimento das normas desta Lei Complementar, com ênfase no que se refere a:~~ (Vide ADI 2324)

Art. 59. O Poder Legislativo, diretamente ou com o auxílio dos Tribunais de Contas, e o sistema de controle interno de cada Poder e do Ministério Público fiscalizarão o cumprimento desta Lei Complementar, consideradas as normas de padronização metodológica editadas pelo conselho de que trata o art. 67, com ênfase no que se refere a: (Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

I - atingimento das metas estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias;

II - limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em Restos a Pagar;

III - medidas adotadas para o retorno da despesa total com pessoal ao respectivo limite, nos termos dos arts. 22 e 23;

IV - providências tomadas, conforme o disposto no art. 31, para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites;

V - destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos, tendo em vista as restrições constitucionais e as desta Lei Complementar;

VI - cumprimento do limite de gastos totais dos legislativos municipais, quando houver.

§ 1º Os Tribunais de Contas alertarão os Poderes ou órgãos referidos no art. 20 quando constatarem:

I - a possibilidade de ocorrência das situações previstas no inciso II do art. 4º e no art. 9º;

II - que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) do limite;

III - que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 90% (noventa por cento) dos respectivos limites;

IV - que os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite definido em lei;

V - fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.

§ 2º Compete ainda aos Tribunais de Contas verificar os cálculos dos limites da despesa total com pessoal de cada Poder e órgão referido no art. 20.

§ 3º O Tribunal de Contas da União acompanhará o cumprimento do disposto nos §§ 2º, 3º e 4º do art. 39.

## CAPÍTULO X

## DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 60. Lei estadual ou municipal poderá fixar limites inferiores àqueles previstos nesta Lei Complementar para as dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito e concessão de garantias.

Art. 61. Os títulos da dívida pública, desde que devidamente escriturados em sistema centralizado de liquidação e custódia, poderão ser oferecidos em caução para garantia de empréstimos, ou em outras transações previstas em lei, pelo seu valor econômico, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

Art. 62. Os Municípios só contribuirão para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação se houver:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias e na lei orçamentária anual;

II - convênio, acordo, ajuste ou congênere, conforme sua legislação.

Art. 63. É facultado aos Municípios com população inferior a cinqüenta mil habitantes optar por:

I - aplicar o disposto no art. 22 e no § 4º do art. 30 ao final do semestre;

II - divulgar semestralmente:

a) (VETADO)

b) o Relatório de Gestão Fiscal;

c) os demonstrativos de que trata o art. 53;

III - elaborar o Anexo de Política Fiscal do plano plurianual, o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais da lei de diretrizes orçamentárias e o anexo de que trata o inciso I do art. 5º a partir do quinto exercício seguinte ao da publicação desta Lei Complementar.

§ 1º A divulgação dos relatórios e demonstrativos deverá ser realizada em até trinta dias após o encerramento do semestre.

§ 2º Se ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, enquanto perdurar esta situação, o Município ficará sujeito aos mesmos prazos de verificação e de retorno ao limite definidos para os demais entes.

Art. 64. A União prestará assistência técnica e cooperação financeira aos Municípios para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das normas desta Lei Complementar.

§ 1º A assistência técnica consistirá no treinamento e desenvolvimento de recursos humanos e na transferência de tecnologia, bem como no apoio à divulgação dos instrumentos de que trata o art. 48 em meio eletrônico de amplo acesso público.

§ 2º A cooperação financeira compreenderá a doação de bens e valores, o financiamento por intermédio das instituições financeiras federais e o repasse de recursos oriundos de operações externas.

§ 3º A assistência técnica e a cooperação financeira a que se refere o *caput* poderão ser prestadas para a modernização da gestão educacional dos Estados e Municípios. (Incluído pela Lei Complementar nº 212, de 2025)

Art. 65. Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, no caso da União, ou pelas Assembléias Legislativas, na hipótese dos Estados e Municípios, enquanto perdurar a situação:

I - serão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas nos arts. 23 , 31 e 70;

II - serão dispensados o atingimento dos resultados fiscais e a limitação de empenho prevista no art. 9º.

~~Parágrafo único. Aplica-se o disposto no *caput* no caso de estado de defesa ou de sítio, decretado na forma da Constituição.~~

§ 1º Na ocorrência de calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, nos termos de decreto legislativo, em parte ou na integralidade do território nacional e enquanto perdurar a situação, além do previsto nos inciso I e II do caput: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

I - serão dispensados os limites, condições e demais restrições aplicáveis à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como sua verificação, para: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

a) contratação e aditamento de operações de crédito; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) concessão de garantias; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

c) contratação entre entes da Federação; e (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

d) recebimento de transferências voluntárias; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

II - serão dispensados os limites e afastadas as vedações e sanções previstas e decorrentes dos arts. 35, 37 e 42, bem como será dispensado o cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 8º desta Lei Complementar, desde que os recursos arrecadados sejam destinados ao combate à calamidade pública; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

III - serão afastadas as condições e as vedações previstas nos arts. 14, 16 e 17 desta Lei Complementar, desde que o incentivo ou benefício e a criação ou o aumento da despesa sejam destinados ao combate à calamidade pública. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

§ 2º O disposto no § 1º deste artigo, observados os termos estabelecidos no decreto legislativo que reconhecer o estado de calamidade pública: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

I - aplicar-se-á exclusivamente: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

a) às unidades da Federação atingidas e localizadas no território em que for reconhecido o estado de calamidade pública pelo Congresso Nacional e enquanto perdurar o referido estado de calamidade; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) aos atos de gestão orçamentária e financeira necessários ao atendimento de despesas relacionadas ao cumprimento do decreto legislativo; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

II - não afasta as disposições relativas a transparência, controle e fiscalização. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

§ 3º No caso de aditamento de operações de crédito garantidas pela União com amparo no disposto no § 1º deste artigo, a garantia será mantida, não sendo necessária a alteração dos contratos de garantia e de contragarantia vigentes. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

Art. 65-A. Não serão contabilizadas na meta de resultado primário, para efeito do disposto no art. 9º desta Lei Complementar, as transferências federais aos demais entes da Federação, devidamente identificadas, para enfrentamento das consequências sociais e econômicas no setor cultural decorrentes de calamidades públicas ou pandemias, desde que sejam autorizadas em acréscimo aos valores inicialmente previstos pelo Congresso Nacional na lei orçamentária anual. (Incluído pela Lei Complementar nº 195, de 2022)

Art. 66. Os prazos estabelecidos nos arts. 23, 31 e 70 serão duplicados no caso de crescimento real baixo ou negativo do Produto Interno Bruto (PIB) nacional, regional ou estadual por período igual ou superior a quatro trimestres.

§ 1º Entende-se por baixo crescimento a taxa de variação real acumulada do Produto Interno Bruto inferior a 1% (um por cento), no período correspondente aos quatro últimos trimestres.

§ 2º A taxa de variação será aquela apurada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ou outro órgão que vier a substituí-la, adotada a mesma metodologia para apuração dos PIB nacional, estadual e regional.

§ 3º Na hipótese do *caput*, continuarão a ser adotadas as medidas previstas no art. 22.

§ 4º Na hipótese de se verificarem mudanças drásticas na condução das políticas monetária e cambial, reconhecidas pelo Senado Federal, o prazo referido no *caput* do art. 31 poderá ser ampliado em até quatro quadrimestres.

Art. 67. O acompanhamento e a avaliação, de forma permanente, da política e da operacionalidade da gestão fiscal serão realizados por conselho de gestão fiscal, constituído por representantes de todos os Poderes e esferas de Governo, do Ministério Público e de entidades técnicas representativas da sociedade, visando a:

I - harmonização e coordenação entre os entes da Federação;

II - disseminação de práticas que resultem em maior eficiência na alocação e execução do gasto público, na arrecadação de receitas, no controle do endividamento e na transparência da gestão fiscal;

III - adoção de normas de consolidação das contas públicas, padronização das prestações de contas e dos relatórios e demonstrativos de gestão fiscal de que trata esta Lei Complementar, normas e padrões mais simples para os pequenos Municípios, bem como outros, necessários ao controle social;

IV - divulgação de análises, estudos e diagnósticos.

§ 1º O conselho a que se refere o *caput* instituirá formas de premiação e reconhecimento público aos titulares de Poder que alcançarem resultados meritórios em suas políticas de desenvolvimento social, conjugados com a prática de uma gestão fiscal pautada pelas normas desta Lei Complementar.

§ 2º Lei disporá sobre a composição e a forma de funcionamento do conselho.

Art. 68. Na forma do art. 250 da Constituição, é criado o Fundo do Regime Geral de Previdência Social, vinculado ao Ministério da Previdência e Assistência Social, com a finalidade de prover recursos para o pagamento dos benefícios do regime geral da previdência social.

§ 1º O Fundo será constituído de:

I - bens móveis e imóveis, valores e rendas do Instituto Nacional do Seguro Social não utilizados na operacionalização deste;

II - bens e direitos que, a qualquer título, lhe sejam adjudicados ou que lhe vierem a ser vinculados por força de lei;

III - receita das contribuições sociais para a seguridade social, previstas na alínea *a* do inciso I e no inciso II do art. 195 da Constituição;

IV - produto da liquidação de bens e ativos de pessoa física ou jurídica em débito com a Previdência Social;

V - resultado da aplicação financeira de seus ativos;

VI - recursos provenientes do orçamento da União.

§ 2º O Fundo será gerido pelo Instituto Nacional do Seguro Social, na forma da lei.

Art. 69. O ente da Federação que mantiver ou vier a instituir regime próprio de previdência social para seus servidores conferir-lhe-á caráter contributivo e o organizará com base em normas de contabilidade e atuária que preservem seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Art. 70. O Poder ou órgão referido no art. 20 cuja despesa total com pessoal no exercício anterior ao da publicação desta Lei Complementar estiver acima dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 deverá enquadrar-se no respectivo limite em até dois exercícios, eliminando o excesso, gradualmente, à razão de, pelo menos, 50% a.a. (cinqüenta por cento ao ano), mediante a adoção, entre outras, das medidas previstas nos arts. 22 e 23.

Parágrafo único. A inobservância do disposto no *caput*, no prazo fixado, sujeita o ente às sanções previstas no § 3º do art. 23.

Art. 71. Ressalvada a hipótese do inciso X do art. 37 da Constituição, até o término do terceiro exercício financeiro seguinte à entrada em vigor desta Lei Complementar, a despesa total com pessoal dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 não ultrapassará, em percentual da receita corrente líquida, a despesa verificada no exercício imediatamente anterior, acrescida de até 10% (dez por cento), se esta for inferior ao limite definido na forma do art. 20.

Art. 72. A despesa com serviços de terceiros dos Poderes e órgãos referidos no art. 20 não poderá exceder, em percentual da receita corrente líquida, a do exercício anterior à entrada em vigor desta Lei Complementar, até o término do terceiro exercício seguinte.

Art. 73. As infrações dos dispositivos desta Lei Complementar serão punidas segundo o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); a Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950; o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967; a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992; e demais normas da legislação pertinente.

Art. 73-A. Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para denunciar ao respectivo Tribunal de Contas e ao órgão competente do Ministério Público o descumprimento das prescrições estabelecidas nesta Lei Complementar. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A: (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes; (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Art. 73-C. O não atendimento, até o encerramento dos prazos previstos no art. 73-B, das determinações contidas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e no art. 48-A sujeita o ente à sanção prevista no inciso I do § 3º do art. 23. (Incluído pela Lei Complementar nº 131, de 2009).

Art. 74. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 75. Revoga-se a Lei Complementar nº 96, de 31 de maio de 1999.

Brasília, 4 de maio de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
*Pedro Malan*
*Martus Tavares*

Este texto não substitui o publicada no DOU de 5.5.2000